

guezes que não a tinham completamente bannido, foi João Franco. João Franco foi o ultimo politico da monarchia e o seu governo o ultimo governo. Depois d'elle — era coisa assente — nada mais! E que poderia ser mais, se nada mais havia! Em rigor, o Portugal monarchico da dictadura estava condemnado a João Franco, *per omnia secula seculorum*. Elle mesmo, na sua embriaguez, fallava em governar vinte annos — vinte annos de dictadura! Não tinha senso-commun. João Franco frustrou-se, como tudo quanto é insensato, e a monarchia acabou.

O que é isso que ahi está hoje? O que são essas ficções que já não illudem ninguem e que a todos repugna? O que são esses governos constituídos de homens já julgados e já condemnados? O que são esses politicos que fizeram o seu tempo, que foram arrumados na historia, uns, amaldiçoados pela opinião, outros?

O que quer dizer outra vez—*rotativos*?

O quer dizer outra vez—*regeneradores, progressistas*?

Retrocedemos?

Voltamos para traz?

Mergulhamos outra vez n'um passado, d'onde já tínhamos sahido?

Não pode ser!

Quando estes absurdos se dão elles encontram em si mesmos a sua condemnação, e é o que está succedendo.

A monarchia de D. Manuel é um absurdo social e é um absurdo politico. A sociedade e a politica portuguezas não a comportam já. Não têm logar para ella. A velha monarchia foi nociva. Esta atravanca o corpo social. Não tem o direito de fazer coisa alguma, nem

mesmo o mal que a outra fez. A obra da monarchia liberal está consummada. Não póde haver ruina maior, miseria maior, anarchia maior. A monarchia de D. Manuel não tem funcção.

E' um equivoco, e os equivocos desfazem-se.

E' o que está succedendo. Os politicos sem destino estão eliminando esta monarchia sem funcção.

Tem um anno para a apagar da historia. Esse anno hade ser bem aproveitado. Um anno é pouco tempo para governar, mas é bastante para morrer.



---

**Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde**



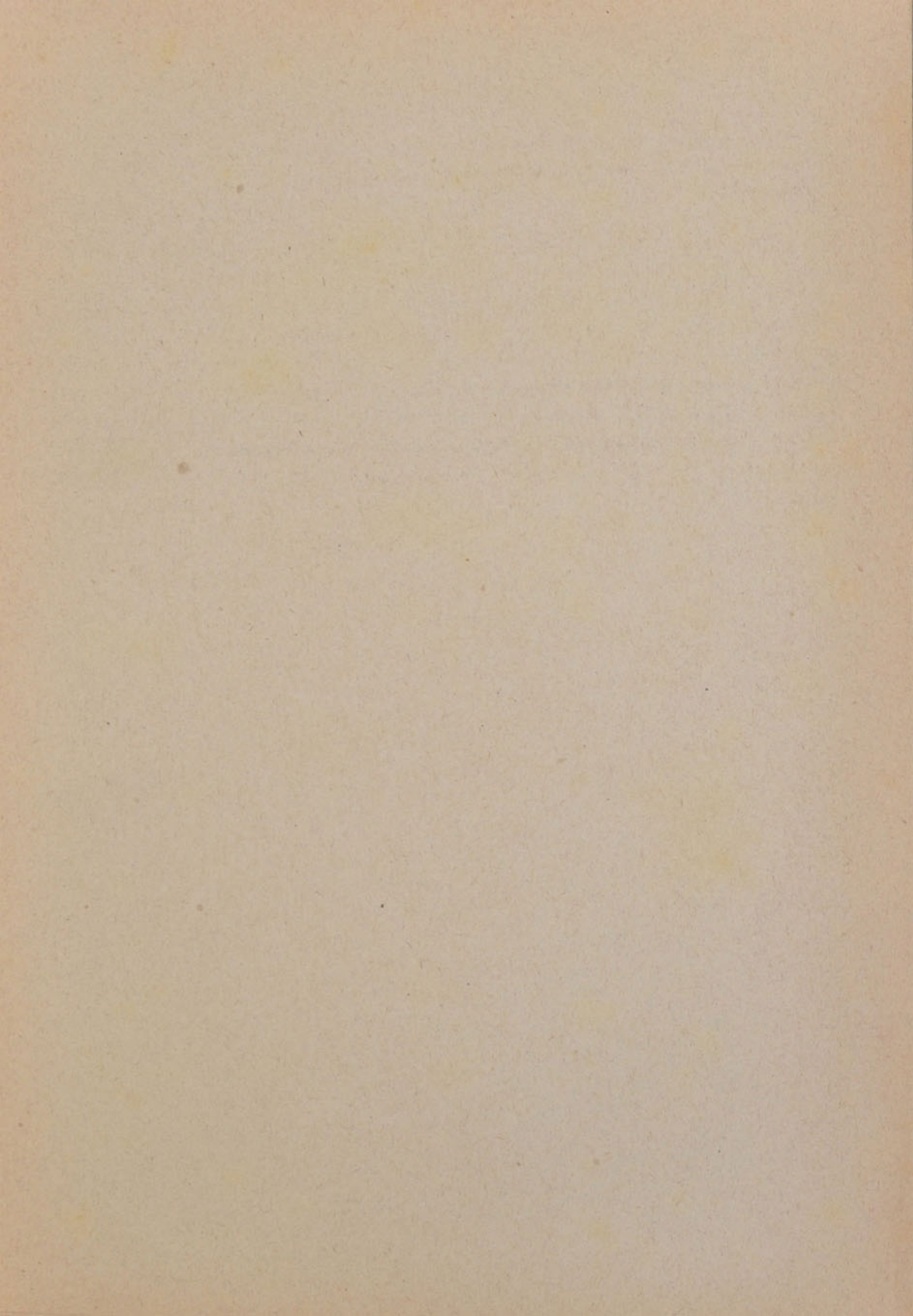
se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

---

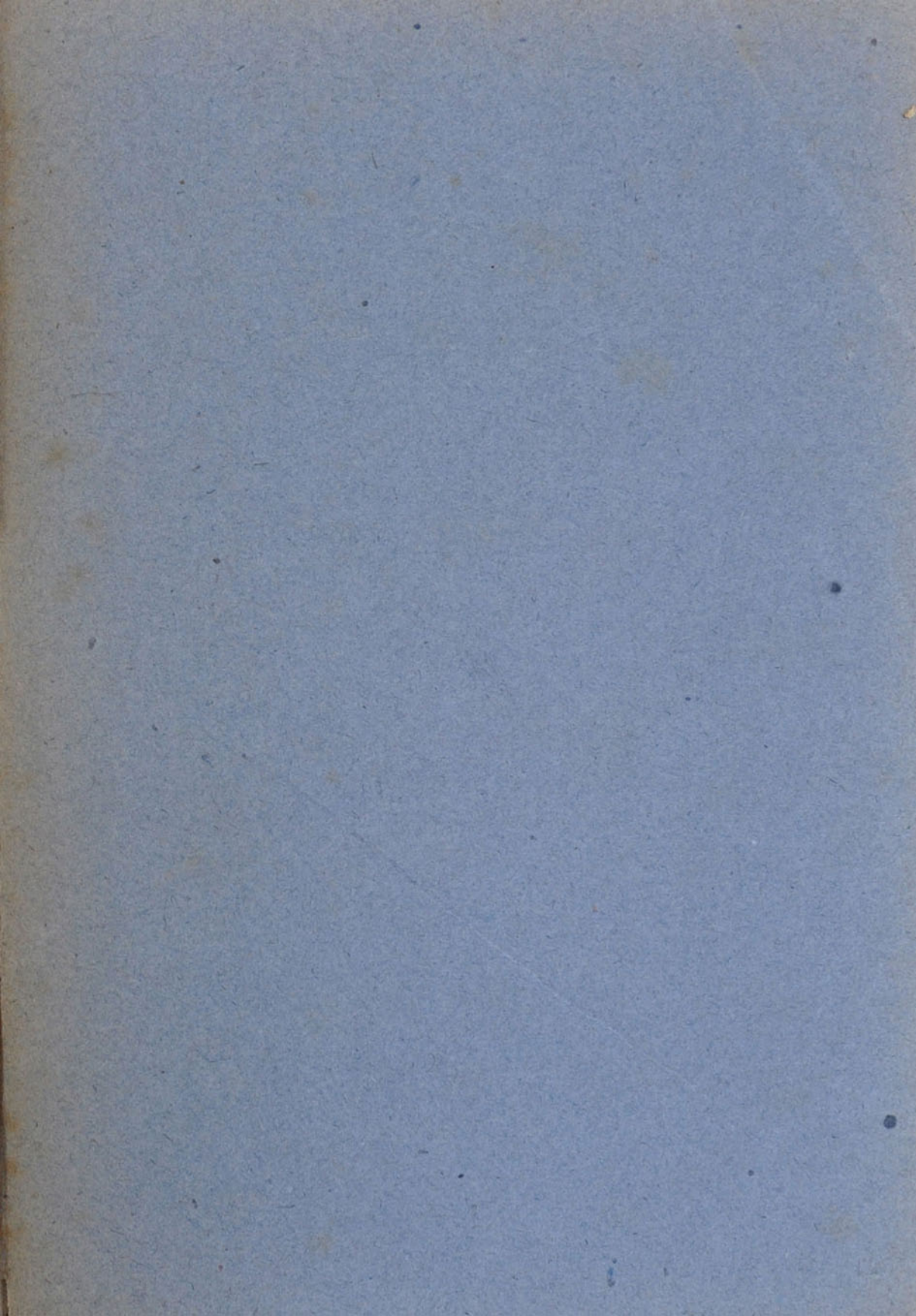
Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.







103





*CARTAS POLITICAS*

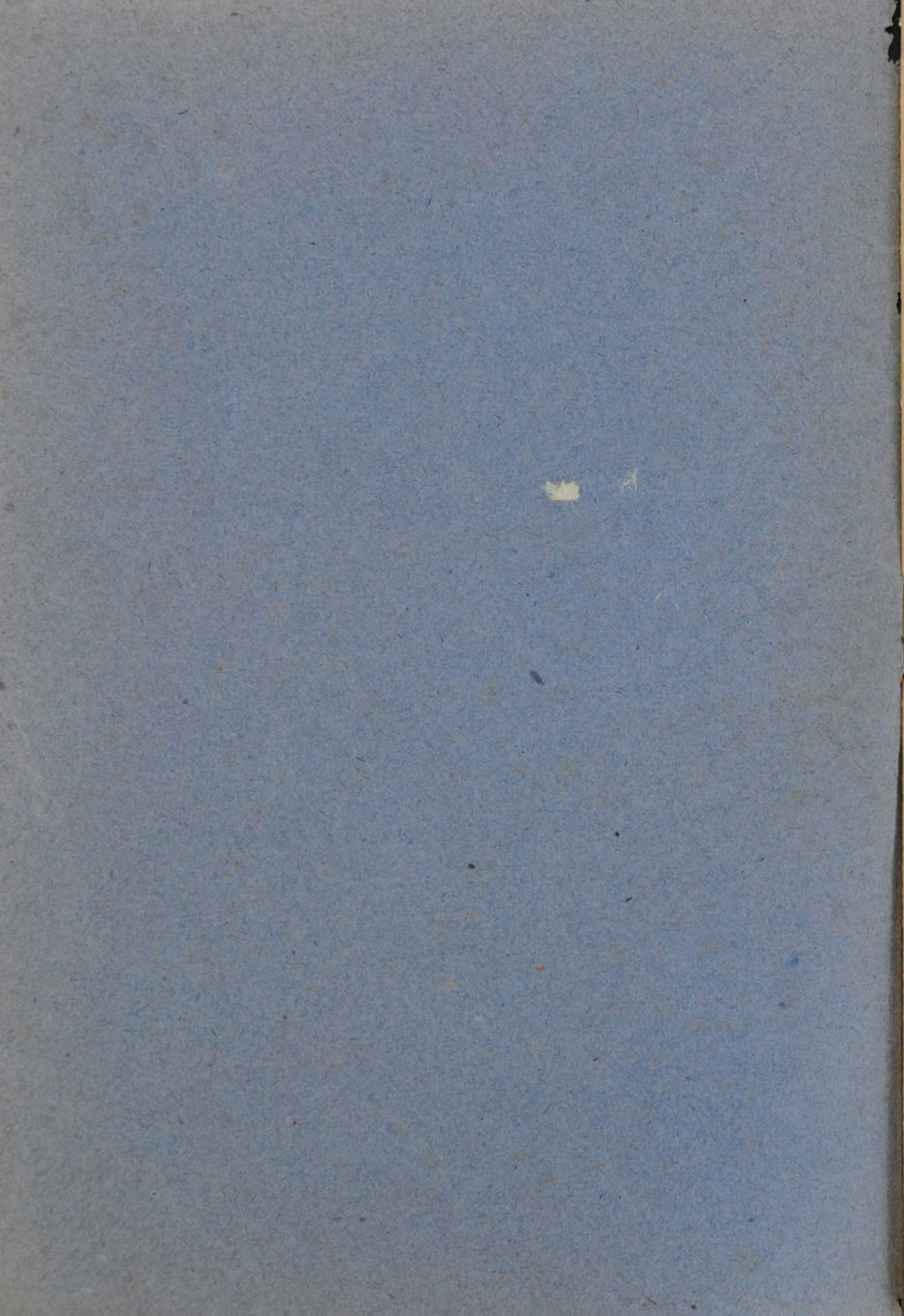
*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 13*

9







# CARTA

EM

RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA,

POR

UM ANTIGO CANDIDATO

A

DEPUTADO

---

---

*Lisboa, 1 de Março de 1909.*

**A** historia tem syncopes, e nós estamos n'um d'esses estados syncopaes. Perdemos os sentidos depois da tragedia do Terreiro do Paço, porque nós, apezar de todo o mal que digam da nossa indole, não podemos ver matar uma mosca, quanto mais um rei. Ainda estamos sob a influencia da commoção que este facto nos causou, e só assim se explica a continuidade de uma monarchia que a sua propria obra devia ter bannido, bem como a con-

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

tinuidade de governos e homens de governo, que não deveriam estar no poder, como estão ainda, mas nos bancos dos reus dos tribunaes nacionaes, ou nos caminhos do exilio.

Quando se considera a obra d'esta monarchia e a d'estes homens pasma-se, como o historiador pasmará no futuro, de que tanto ellas como elles exercessem ainda o poder no anno de 1909, abrissem o parlamento, lessem discursos cheios de promessas mais falsas do que os brinquedos das creanças nas arvores do Natal e se preparassem tranquillamente para continuar a governar.

Governar!

Sabeis simplesmente a quanto monta a somma das extravagancias da administração liberal, nos ultimos cincoenta annos, de 1852 a 1900?

A 200 mil contos de réis!

E' absurdo? — E' absurdo, mas é absolutamente exacto.

Na minha *Carta* undecima, um erro da revisão fez-me dizer, reportando-me ás verificações de Anselmo d'Andrade, no seu «Portugal economico», — obra que me vae servir de subsidio para uma boa parte das conclusões d'esta *Carta* — que não se sabia do destino de 40 por cento dos emprestimos contrahidos desde então pelos governos portuguezes. A percentagem do dinheiro extraviado não é de 40, mas de 60 por cento.

Em 1852, os serviços da divida publica custavam 2.570 contos. Em 1902 custavam 20.710 contos. De 1852 a 1902, é o periodo de paz. Acabaram as guerras civis. A administração publica entra na normalidade. O que se gastou extraordinariamente, gastou-se em fomento: caminhos de ferro, estradas. Quanto se gastou



n'estas despezas? 91.863 contos, diz Anselmo d'Andrade na sua obra citada. Digamos—100 mil contos. A 8 por cento (taxa adoptada pelo referido economista), representam esses 100 mil contos, o juro annual de 8 mil. Pois bem! Pagamos 18 mil, isto é, mais do dobro. Para onde foram esses 50, esses 60 por cento dos empréstimos contrahidos? Sumiram-se. «*D'este modo — conclue Anselmo d'Andrade — os erros da administração publica teriam custado ao paiz, nos ultimos cincoenta annos, 130 a 140 mil contos*».

Mas a somma é maior.

Como o Estado devia em 1902 ao Banco de Portugal, 55 mil contos, o auctor do «Portugal Economico» eleva a 180 ou 190 mil contos de réis, o que elle chama «*a somma dos desperdicios*».

180, 190, 200 mil contos de desperdicios!

Chama-se a isto governar?

Factos d'esta natureza não dão direito ao governo, mas ao banco dos réus. Um regimen politico, que pode ser accusado de desviar dos cofres publicos 200 mil contos de réis, fortuna consideravel, fortuna immensa, roubada á riqueza e á prosperidade social, é uma calamidade publica, é uma affronta á moral publica e só póde subsistir n'uma sociedade que, pela sua ignorancia, pela sua inconsciencia, pela sua miseria e pela sua corrupção, perdeu o direito de ser livre.

\*

Governar!

A administração liberal portugueza é a administração dissipadora por excellencia. Na Suissa, na Hollanda, na Belgica, na Dinamarca, que são os paizes mais comparaveis ao nosso em área e população, o orçamento da despeza não chega a representar 10 por cento da riqueza publica. Em Portugal representa 70 %. «*Nem mesmo fóra da Europa se encontra esta proporção*», escreve Anselmo d'Andrade, e acrescenta: «*No Egypto é de 46 %*».

Antes da crise de 1891, a despeza oscillava entre 50 e 54 mil contos. Sobrevem a crise. Os juros da divida são reduzidos. Era logico que a despeza diminuisse e diminuiu, assim:

1892-93 . . . . .	48.013 contos
1893-94 . . . . .	46.462 »
1894-95 . . . . .	48.602 »

«*Eram as apparencias de uma vida nova, que pouco durou*», escreve Anselmo d'Andrade. A partir de 1895, a despeza publica sobe n'esta proporção:

1895-96 . . . . .	54.591 contos
1896-97 . . . . .	57.516 »
1897-98 . . . . .	55.034 »
1898-99 . . . . .	52.665 »
1899-900 . . . . .	54.418 »
1900-901 . . . . .	54.849 »



Antes da crise, os encargos proprios dos ministerios eram de 20 mil contos. Em 1900 estão em 23 mil contos. Os encargos geraes raro attingiam 4.000 contos. Em 1900 estão em cerca de 10 mil contos. Cresceu esta verba, em 10 annos, na proporção de 150 por cento. Anselmo d'Andrade escreve: «*Dentro d'estes capitulos orçamentaes estão muitas coisas que se não veem*».

Portugal, é, entre os Estados da Europa, aquelle onde as despezas publicas mais crescem. «*A todos leva a palma*», escreve Anselmo d'Andrade, como leva a palma a todos, em todos os males. Assim, elle é o paiz mais endividado do velho mundo, o que faz dizer áquelle economista que o encargo da divida publica em Portugal é «*absolutamente maior do que o de muitas nações da Europa e relativamente mais pesado do que em todas ellas, exceptuada apenas a França, onde a indemnisação de guerra explica e documenta a grandeza da sua divida.*»

A enormidade da divida, sem cessar augmenta e augmentam os seus encargos. Em 1900 a divida fluctuante estava em 51.537 contos; em 1906, em 75.432 contos; em 1907, em 76.831 contos. O anno passado era de 80.052 contos! Se não estourarmos antes será, dentro em pouco e n'esta progressão, de — 100 mil contos. Já para isso se trabalha. O ministerio acaba de fazer um novo emprestimo — outro emprestimo! São mais 5 mil contos de capital. São mais 300 contos de juro. E' um Pactolo rolando oiro e sangue.



\*

Entretanto, que abandonado, que desgraçado, que aviltado paiz!

Portugal está a monte. 44 por cento da sua superficie são incultos.—«*triste e singular notoriedade na carta geographica das terras incultas da Europa*». escreve Anselmo d'Andrade, e acrescenta: «*Pode-se dizer que fóra da península scandinava e das enormes vastidões moscovitas, em paiz nenhum ha tão grandes disponibilidades de terras.*» E' o paiz da Europa que produz menos trigo. Comtudo, esclarece Anselmo d'Andrade, «*uma parte da nossa superficie inculta, accaso menos de um decimo da sua actual extensão, bastaria a produzir as substancias alimenticias que todos os annos nos custam alguns milhares de contos em ouro*». E' o unico paiz agricola da Europa que não produz a beterraba. Importamos 2 mil contos de assucar e pagamos 3 mil de direitos de entrada. E' o paiz que importa mais carne (23 % do consumo) e é o que menos carne consume.—50 grammas escassas por dia, «*menos do que a ração dos presos na França e na Allemanha*», esclarece Anselmo d'Andrade. Come-se pouca carne—signal de miseria, e cada vez se come menos. Em Lisboa, cidade de luxo, consumiram-se em 1890—9 milhões de kilos. Em 1900, o consumo desceu a menos de 8 milhões.

O systema tributario é um systema de extorsões.



A velha expressão *sugar o contribuinte* applica-se aqui litteralmente. O pensamento de todos os governos é arrancar-lhe a maior somma do dinheiro. Assim se tem feito successivamente.

Nos ultimos 30 annos, os impostos duplicaram.

Em 1877-78, a nação pagava de impostos directos 6.150 contos. Hoje paga 13.389 contos. Os impostos indirectos eram então de 13.916 contos. São hoje de 26.920 contos. O imposto do sello, que era de 2.173 contos, passou a ser de 6.735 contos. O primeiro imposto additional, de 80 contos, subiu em 26 annos, a 1.000 contos.

A propriedade rustica rende 20.700 contos. Paga 4.150 contos de imposto e 5.750 contos, contando com os encargos das hypothecas. Mais de uma quarta parte do rendimento liquido da agricultura portugueza consomme-se em impostos e juros a credores.

Portugal é o povo da Europa mais esmagado pelo peso dos tributos. «*O peso dos impostos por cada habitante*—escreve Anselmo d'Andrade—*excede em Portugal 8 a 100 por cento o dos outros povos da Europa*».

A vida é carissima. «*Se a vida está cara*—escreve Bazilio Tellés «*Carestia da vida nos campos*»—*é porque existe uma minoria que bebe o suor alheio.*» Physiologicamente, a população está em crise e vae-se depauperando, como se tem reconhecido nas inspecções militares. No congresso da tuberculose de Vianna do Castello, verificou-se que uma das causas do flagello publico d'essa enfermidade é—a insufficiencia da alimentação. A media annual da emigração é de 28 mil individuos—um exodo!



\*

Este povo expoliado, reduzido á miseria e lançado ao abandono, jaz na abjecta ignorancia que se sabe.

No ponto de vista da instrucção apenas dois paizes estão abaixo de Portugal: a Romania e a Servia.

Pelo censo de 1878, a população era de 4:455.699 individuos. 3:151.774 não sabiam ler, nem escrever. A percentagem dos analphabetos era de 82 %. No censo de 1890, a população subiu para 5:049.720 habitantes e eram ainda analphabetos—4:000.927 individuos, isto é, 79,2 %. A população augmenta sempre. Estamos em 1900. N'este anno é de 5:423.132 habitantes e o numero dos analphabetos é ainda de 4:261.336 individuos, isto é, 78,5 %. Assim vê-se («Boletim da Associação das Escolas Moveis») que, de 1890 a 1900, em 10 annos, a percentagem dos analphabetos baixou 7 decimos por cento. «*Estamos hoje mais atrazados em instrucção*— escreve Casimiro Freire («Instrucção do Povo») —*do que os indigenas (cafres e outras raças) do Cabo da Boa Esperança, ha trinta e dois annos.*» E acrescenta: «*As proprias cidades de Lisboa e Porto contam maior numero de analphabetos do que a raça negra dos Estados Unidos, que, em 1890, contava 56 %.*»

Instruir uma mulher é abrir uma escola, dizia Julio Simon. A par do homem ignorante, a mulher portugueza é mais ignorante ainda. Segundo o *censo* de 1900, ha em Portugal 2.831.132 mulheres. D'estas



apenas 425.287 sabem ler. Percentagem de analfabetas: 85 %.

No districto de Bragança, ha 12 freguezias, em cada uma das quaes só *uma mulher* sabe ler, e em sete freguezias nenhuma o sabe. No de Castello Branco, ha 4 freguezias, onde só *uma mulher* sabe ler. Em 3 freguezias *nenhuma* sabe ler. No de Coimbra, ha 3 freguezias onde *nenhuma* mulher sabe ler; n'outras só uma, ou duas. No de Evora ha 6 freguezias onde *nenhuma* mulher sabe ler. No da Guarda, ha 13 freguezias, em cada uma das quaes só *uma mulher* sabe ler. «*Percorrem-se 22 povoações da Beira Baixa, n'um só districto*,—diz o «Boletim da Associação das Escolas Moveis» (janeiro a maio de 1907), d'onde recolho estas informações—*para só encontrar 13 mulheres sabendo ler!*»

No Funchal, a percentagem dos analfabetos vae de 86 a 99 %.

Em Lisboa a percentagem dos analfabetos, homens, é de 43 %, 45 % e a das mulheres — 54 %, 55 %. Quasi metade da população masculina da capital do paiz não sabe ler; mais de metade da sua população feminina é completamente ignorante. No Porto, a percentagem é approximadamente a mesma para os homens, e maior para as mulheres — 66 %.

Não temos uma escola para 1.000 habitantes (Relatorio da *Liga de Instrucção*). No districto de Braga, por exemplo, ha 282 freguezias sem escolas. No de Barcellos, que conta 94 freguezias, ha 69 que não tem escola. «*Percorramos o paiz do Algarve ao Minho*, escreve o professor Philippe de Mattos «O passado; o presente e o futuro da escola primaria portugueza». *A' excepção de algumas cidades e povoações, que*



*encontramos nós que mereça o nome de escola? Nada. Absolutamente nada!*

A tarefa de instruir, que em todas as sociedades modernas constitue o cuidado especial dos governos, foi absolutamente abandonada pelos nossos. Aqui não se tratou nunca de instruir o povo, mas ao contrario — os factos o provam — de o manter *systematicamente* na ignorancia.

Com effeito, (e para não me referir senão aos paizes que tem relação com Portugal pela extensão do seu territorio e pelo numero dos seus habitantes) a Belgica, que tem 6.693.584 habitantes, gasta por anno, com a instrucção primaria, 7.628 contos; a Suissa, que tem 3.315.443 habitantes, gasta 9.311 contos; a Hollanda, que tem 5.104.137 habitantes, gasta 7.761 contos. Portugal, com os seus 5.016.267 habitantes, gasta apenas — 1600 contos.

Mas gasta os?

Na realidade, não os gasta.

Quando dizemos que Portugal gasta com a instrucção primaria 1.600 contos por anno, parecemos dar a entender que essa verba, embora insignificante, é dispendida pelo Estado, mas não é assim. Para essa verba de 1.600 contos, o Estado concorre com pouco mais de trezentos contos. O resto é pago quasi exclusivamente pelo cofre dos municipios do paiz («O passado, o presente e o futuro da escola primaria portugueza»).

Mas d'esse mesmo subsidio se apropria o Estado. Assim, n'um dos ultimos congressos de instrucção, o professor Borges Grainha verificava que a camara municipal do Porto, tendo contribuido para a instrucção p primaria com 114 contos, apenas recebia 48 contos.



Quer dizer, os governos liberaes não tem descurado a obra da instrucção. Descurar não é contrariar e, esses governos tem voluntariamente contrariado a obra da instrucção. Voluntariamente tem promovido a cegueira collectiva, afim de se garantirem uma impunidade que só n'um paiz de cegos lhes pode ser assegurada.

O seu pensamento, na realidade, tem sido o de defender-se do paiz, embrutecendo-o e policiando-o. Assim se comprehende que o Estado gaste com a instrucção publica, primaria, secundaria e superior menos do que gasta com a Guarda Municipal e a policia («Manual Politico do Cidadão Portuguez» — Trindade Coelho). No exercicio de 1904-05, por exemplo, o Estado gastou com a instrucção toda 988 contos, e com a Municipal e a policia — 1003 contos.

\*

Governar!

Chama-se a isto governar?

Só a immensa ignorancia publica explica a existencia e sobrevivencia de semelhantes governos, — unicos na historia da administração publica de todos os povos. Se simplesmente metade dos portuguezes soubessem ler e escrever, já o regimen monarchico não existiria ha muito tempo em Portugal. Não seria preciso para isso, que se formasse uma nova corrente doutrinal de idéas: não seria precisa a democracia;

não seriam precisos os republicanos. Bastaria para o eliminar do seio dos portuguezes — o sentimento da salvação publica.

O paiz foi de cegos e onde os governos não puderam espalhar a cegueira, semeiaram a corrupção. A sua obra chama-se aviltamento: aviltamento intellectual, aviltamento moral.

Foi preciso manter, durante cincoenta annos, ficções mortas. Como se mantiveram? Assim: cegando o maior numero e corrompendo o resto.

Servem-se principios gratuitamente. Mentiras ninguém as serve de graça, e que maior mentira do que a dos partidos que tem governado este paiz? «*Os partidos em Portugal* — lê-se a pag. 338, tomo XII, da «*Histoire générale du IV siècle à nos jours*», dos professores Lavisse e Rambaud, citada por Trindade Coelho no seu «*Manual politico do cidadão portuguez*» — *não passam de clientellas, cujos chefes luctam uns contra os outros com uma completa ausencia de escrupulos e um perfeito desdem pelos interesses publicos.*»

Essas clientellas intitulam-se partidos, mas o que é que os distingue? Partido quer dizer — opinião, programma. Aqui não ha distincções. Que principios separam *progressistas* de *regeneradores*? Ao contrario, estão tão poucos divididos pelos principios, que a cada passo se confundem e fazem obra commum. As divisões justificam-se meramente pela influencia dos chefes. Ha um partido progressista, porque ha um velho politico que se chama José Luciano de Castro. Houve um partido regenerador, porque houve um outro politico que se chamou Hintze Ribeiro. Servir um ou outro partido não quer dizer servir taes, ou taes princi-



pios, mas um ou outro individuo, e se os homens servem principios de graça, não servem a outros homens senão a troco de alguma coisa. Assim os partidos desaggregam-se quando os chefes desaparecem. Havia um partido regenerador. Ha dois. Porquê? Porque ha dois chefes. Não são já dois partidos: são duas *kaby-las* — a *kabyla* Vilhena e a *kabyla* Campos Henriques, procurando cada uma fazer a sua clientella.

A obra de *fazer clientella* effectuou-se e continua effectuando-se á custa da nação. E' preciso obter adeptos, amigos, compadres, cúmplices.

Como se procede?

Fazendo, ou melhorando a sua fortuna.

Assim, para organizar a clientella é preciso, antes de mais nada, obter o poder, pois só o poder permite fazer favores.

O resultado d'esta situação expressa-se pelas verbas do orçamento, relativas aos serviços publicos.

Cada partido colloca na administração tantos individuos quantos são os que lh'o sollicitam a troco da sua solidariedade, e colloca-os tanto mais depressa quanto, se o não fizessem, perderiam immediatamente o direito ao seu appoio. Colloca-os nos logares que vagam, cria logares para os collocar, colloca-os em logares que não existem. Dá um logar aos que valem menos, tres ou quatro aos que valem mais. A todos empurra para dentro do orçamento, d'onde resulta que o orçamento está a abarrotar.

Portugal é, com effeito, o paiz do mundo onde os serviços publicos custam mais caros. Na Suissa, custam, por habitante, 6 francos; na Inglaterra, 10,5; na Hollanda, 11,5; na Austria, 14; na Allemanha e na Belgica, 15; na Italia, 19,5; na França, 24. O custo

dos serviços publicos em França é considerado exorbitante. Pois bem: Portugal excede-o. A percentagem aqui é de perto de 30 %.

Portugal é o paiz do mundo que, relativamente, tem mais empregados publicos. Ha 10 annos tinha — 50.436 representando uma despeza annual de 12 a 13 mil contos. «*Temos, portanto, — escreve Anselmo d'Andrade («Portugal Economico») — um numero de empregados publicos relativamente maior do que na França, gastando-se com elles proporcionalmente o mesmo*». E acrescenta: «*As despezas com o pessoal representam 23 por cento dos valores administrados, e todos podem calcular o que se diria de qualquer pessoa, empresa, sociedade, ou companhia que consummisse em despezas de pessoal 23 % dos seus rendimentos. Tinha-se de lhe acudir apressadamente com a tutella, para evitar uma fallencia certa*».

\*

«Dignos pares do reino e senhores deputados da nação portugueza, conclue o discurso da corôa. — Espero que o auxilio da divina Providencia não faltará ao reino fidelissimo, e confiando no vosso patriotismo e zelo pela causa publica, estou seguro de que será proficuo o novo periodo parlamentar.



Não! Nem o auxilio da divina Providencia nos assiste, nem o patriotismo tem servido a causa publica. A Providencia, se por alguma parte anda, tem andado longe de nós. O ceu cobre-nos, mas não nos protege. Patria, essa é uma palavra! Temos sido tão pouco servidos por patriotas, que diriamos que a sua obra é a de aventureiros estrangeiros. Nunca se viu individuos da mesma familia fazerem-se tanto mal.

A obra dos governos portuguezes é a negação da patria. Patria quer dizer civilização, engrandecimento, prosperidade, cultura, fortuna, dignidade, orgulho, e os portuguezes que nos tem governado tem feito o contrario de tudo isto.

Ahi estão. Eil-os reunidos. São os mesmos.

Que querem mais?

Enterrar-nos a todos na sepultura que já nos cavaram?

O discurso da corôa diz: — «Renasce a confiança.»

Em quê?

Em quem?



---

Os escriptorios das **CARTAS POLITICAS** mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde

se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

---

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.





106



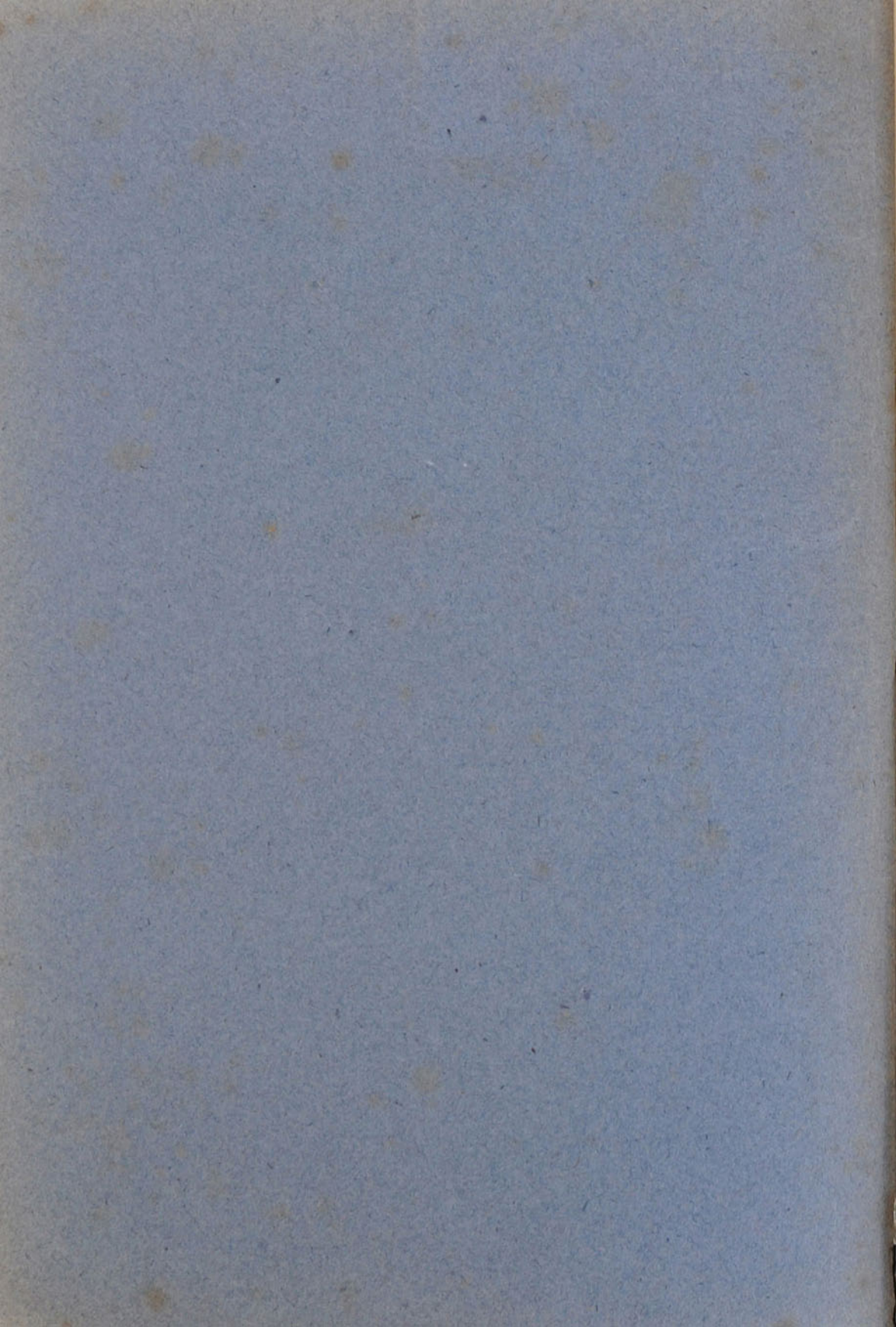
*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 14*







# CARTA

AOS

REPUBLICANOS SOBRE O NOVO

EMPRESTIMO

E

SOBRE OS PERIGOS DA SITUAÇÃO

---

---

*Lisboa, 8 de Março de 1909.*

**A**h! este nosso paiz! E' preciso ser heroico para ser portuguez! O doutor Bernardino Machado recommenda-nos paciencia. E', pelo menos, isso o que o illustre pedagogo quer dizer quando recrimina, como hontem no Porto, os *impacientes*. Não é preciso: temol-a.

Agora, outro emprestimo — outro mais, depois de tantos!

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

E fez-se. E foi talvez subscripto, quem sabe?

Se este empréstimo é um velho expediente de governo, foi no entanto levado á pratica de um modo inteiramente novo.

Eu, pelo menos, não tenho idéa de ver fazer reclame a um empréstimo, como se fez a este. Tratava-se, em rigor, de um empréstimo? Quem lesse os jornaes da semana passada teria antes a impressão de que se tratava de um beneficio.

Logo na vespera appareceram nos jornaes, em communicados de origem official, os primeiros reclames annunciando as vantagens do empréstimo:

«E' um excellente emprego de capital, visto que as obrigações rendem 5,33 por cento, isto é um juro superior ao das inscripções pela actual cotação, alem das suas especiaes garantias e vantagens e do valioso premio de amortisação. N'estas condições prevê-se no nosso meio financeiro que a subscripção será muito concorrida, devendo os pedidos ultrapassar o limitado numero de obrigações, de forma a dar logar a rateio entre os subscriptores».

O estylo adoptado para reclamar o empréstimo é em tudo o mesmo que costuma empregar-se para fazer réclame a espectaculos, aos quaes se quer a todo o transe attrahir um publico rebelde. A esses espectaculos prevê-se sempre uma enchente, previnem-se os retardatarios de que se arriscam a ficar sem logares, se não se acautellarem, pois é muito limitado o numero de bilhetes disponiveis. Lá está em gria de no-



ticiario theatral a inevitavel insinuação: «prevê-se no nosso meio financeiro que a subscrição será muito concorrida, *devendo os pedidos ultrapassar o limitado numero das obrigações.*»

E' o «previnam-se com tempo» da reclame a beneficios.

No dia em que é aberta a subscrição insiste-se n'esta nota:

«Tudo indica que será muito concorrida — diziam os communicados officiaes—a subscrição do emprestimo com a garantia do fundo especial dos Caminhos de Ferro do Estado, porque, embora só hoje abra a subscrição publica, já hontem, segundo as nossas informações, os pedidos particulares affluiram aos estabelecimentos bancarios que figuram nos annuncios».

Os annuncios foram profusamente espalhados, e que annuncios! O governo portuguez annunciou o emprestimo, com o espalhafato e a abundancia com que vemos annuciado o — *Odol*.

Quantas vantagens! E que tentação!

Juro — 5  $\frac{0}{100}$ . Garantias: as mais solidas. Lá vinha a nota das receitas dos caminhos de ferro nos ultimos 5 annos, sufficientissimas para garantir. Alem d'isso, serviço especial a cargo da junta, «*á qual a administração dos caminhos de ferro entregará mensalmente o duodecimo correspondente ao encargo d'este emprestimo.*»

Facilidades de pagamento. Prestações. Quem,

mesmo o de mais modesta fortuna, não contribuiria?

Subscrever para o empréstimo é trocar dinheiro por dinheiro. Quereis pagar as vossas contribuições? Os coupons servem. São recebidos como dinheiro «*em todos os cofres publicos*».

Optimo emprego de fortuna!

Excellentes occasiões de collocar «*capitales de menores, interdictos, dotaes, etc., como se pratica com as inscrições de assentamento*».

Ao empréstimo! Ao empréstimo!

Não é o Estado fallando: é um palhaço de feira fazendo o seu *boniment*, rufando temerosamente n'um bombo, esganiçando-se a gritar para o publico, que não se move: — Tomar os seus bilhetes! E' entrar! E' entrar!

Os bilhetes estão á venda um pouco por toda a parte. Aqui é um corretor que, ao lado do annuncio da valsa *O amor não morre*, convida «*os seus clientes a subscreverem para este empréstimo*»; ali é outro corretor que, em seguida a um annuncio do *Chá Chambard*, convida «*os seus ex.<sup>mos</sup> clientes a subscreverem para o empréstimo, que julgam convidativo.*»



\*

Assim se fez o novo empréstimo.

Mas fez-se?

Não sei.

E' inconcebível que ainda haja n'este paiz governos que ousem pronunciar a palavra *empréstimo*. Dir-se-hia que pronuncial-a só seria desencadeiar uma revolução. Dir-se-hia que o paiz deveria recebê-la a tiro.

No entanto, ahí estão mais empréstimos.

Para quê?

Para que hade ser! — Para augmentar a divida. Ella já é de 800 mil contos. E' pequena, e é preciso que se torne maior. E' preciso que se torne tão grande e tão pesada que, amarrada ao pescoço do paiz, o faça ir para o fundo, no dia em que tudo se afundar. A monarchia não quer morrer só: quer arrastar comsiigo o paiz. Se o pensamento de novos empréstimos não é esse, não sei qual seja.

Para que se fez mais um empréstimo?

Um jornal, o *Seculo*, diz isto:

*«Na folha official vem publicado o decreto determinando que seja creado um empréstimo de 4:000 contos, não para construcção de novas linhas ferreas, como ainda tivemos a ingenuidade de acreditar, mas destinado, entre outras nebulosas in-*

*venções do sr. Espregueira, ao encerramento das contas de abonos já feitos ao conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado. E' sempre o regimen dos «adiantamentos». Faz-se um emprestimo para pagar... as despezas que se fizeram... sem dinheiro. E tudo será absorvido n'esse «encerramento» de contas e em favores a caciques electoraes, visto que a dissolução das camaras já se annuncia e sem a corrupção não poderá o governo obter maioria parlamentar.»*

Outro jornal, a *Lucta*, diz isto :

*«As nossas informações dizem-nos que, do novo emprestimo de 4.000:000,\$000 contos effectivos, cautionados pelo que restava dos rendimentos dos caminhos de ferro do Estado, são 3.000:000,\$000 destinados ao pagamento de lettras do thesouro, que estão em poder da casa Henry Burnay & C.<sup>a</sup> e outras!»*

Assim, o novo emprestimo teria por objectivo, segundo um, comprar gente, subornar, corromper; segundo outro proporcionar á firma Henry Burnay e outras mais um bom negocio. Não se sabe sequer para que se fez o novo emprestimo. Sobre o destino d'estes 4 mil contos de réis paira a incerteza. E assim se fazem ainda emprestimos em Portugal!

Na camara pediram-se informações, requereu-se a



urgencia para se tratar o caso do emprestimo. A maioria, a postos, — *regeitou a urgencia*.

Não é urgente tratar do emprestimo. Não é urgente saber a que fim se destinam mais 4 mil contos!

E ainda o doutor Bernardino Machado falla na nossa impaciencia!

Impacientes nós, que assistimos de braços cruzados a tudo isto! Verdadeiramente é ennobrecer-nos com titulos que não merecemos!

\*

O emprestimo é acompanhado pelas *propostas de fazenda*. Um emprestimo em Portugal nunca vem só. Todo o ministro que o faz justifica-se apresentando, acto continuo, as suas *propostas de fazenda*.

O nosso ministro da fazenda apresentou as suas, e aqui está o que diz a respeito d'essas propostas um jornal d'hoje, as *Novidades*:

«*Por essa proposta o sr. Espregueira pretende que o parlamento auctorise o governo a amortisar, ou consolidar a parte da divida fluctuante, tanto interna, como externa, que estiver em conta de bancos, sociedades financeiras e particulares, alie-*

*nando para esse fim as acções e obrigações e os títulos da divida publica portugueza, que actualmente pertencem ao Estado, ou emittindo novos títulos de divida publica, cuja criação deseja igualmente auctorisada.»*

Empenhar, alienar, vender, desbaratar, queimar! E o peor é que não ha maneira de evitar esta calamidade. Não serão as minhas palavras, nem as dos numerosos portuguezes que n'este paiz tão vamente dão á lingua, que a evitarão, se o governo entender que ella deve consummar-se. Lá está a maioria, a maioria fiel, a maioria expressamente convidada a não faltar, para a sancionar com o seu voto.

O jornal a que me refiro ennumera os valores que o governo pretende vender.

E' curiosa essa ennumeração. E' a ultima phase de um leilão, n'aquella hora em que, ao *correr do martello*, se vende tudo, por todo o preço.

Eis aqui, nas paginas documentaes d'estes folhetos, a lista d'esses valores, prestes a desaparecerem dos cofres publicos:

Um milhão de libras de títulos da divida externa;  
100.000 contos nominaes de divida interna;  
72.718 obrigações do 1.º grau da Companhia Real dos Caminhos de Ferro;  
90.658 acções da Companhia de Moçambique;  
115.000 acções da Companhia da Zambezia;  
200.000 acções da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguella;  
60.500 acções da Companhia de Mossamedes;



700 acções da Companhia Portugueza de Caminhos de Ferro Africanos;

20.931 obrigações da Companhia das docas e Caminhos de Ferro Peninsulares.

Fica alguma coisa por vender? Parece que não fica mais nada. Este é o ultimo lote.

\*

Depois?

Depois— a Republica. E aqui está porque nos é preciso pacientar: porque os governos da monarchia ainda não fizeram todo o mal que poderiam fazer e a sua obra não é ainda completa.

O paiz está na expectativa.

De quê?

De que se perca tudo. Quando tudo estiver perdido, então faz a republica.

Entretanto, a expectativa é precisa. E', já o ouvi dizer — patriotica. E' patriotico esperar que a patria se subverta e d'ella não fique senão a mera indicação geographica. E' patriotico esperar que os estrangeiros, nossos credores, definitivamente persuadidos, como lhes affirmara João Franco, de que somos incapazes de nos governarmos, se apoderem da nossa administração, se installem na Junta do Credito Publico, venham cobrar por suas mãos as nossas receitas, invoquem finalmente o direito de tutela.

Quando os governos monarchicos nos tiverem conduzido até ahi, então sim, então faremos a republica.

Diriamos que a condição essencial para que a republica se faça, em Portugal, é que o paiz se perca, e que se nós mesmos republicanos, recommendamos uns aos outros uma politica de prudencia é porque elle ainda não se perdeu completamente.

Diriamos que a nossa missão social é aguardarmos o ultimo suspiro d'este agonisante que é Portugal, para o tomarmos então nos nossos braços — já morto.

A sobrevivencia de uma monarchia como a nossa não se explica mesmo de outro modo. Ella vive, porque nós lh'o consentimos, convidando-a não poucas vezes a viver, e que hade ella fazer vivendo, senão o que tem feito até aqui? Não é licito esperar que ella se retire voluntariamente da scena politica para dar logar á republica, mas esse me parece ás vezes o objectivo dos nossos idealistas republicanos.

Diriamos aguardar um estado social de saturação democratica, em que o proprio padre Mattos, enjoado da sua monarchia, se declare republicano. Diriamos esperar que o José Luciano, antes de morrer, faça a sua profissão de fé e nos legue o Oliveira Mattos. Diriamos esperar que emfim, emfim! O José d'Alpoim, definitivamente desinteressado do seu macarrão á italiana, corra a filiar-se no Centro do largo de S. Carlos.

Não!

Em Portugal não ha mais republicanos a fazer. Quem tinha de o ser já o foi e quem não o foi ainda, não o será mais, pelo menos emquanto a republica não vier. A verdade illuminou mesmo os mais escuros recessos da intelligencia publica. Os derradeiros portu- guezes que n'este momento servem, ou defendem a



monarchia não são susceptíveis de conversão. Converte-se almas puras. Não se converte o erro militante e não se converte a corrupção profissional. O erro é a associação dos interesses archeologicos, os reaccionarios hereditarios, os absolutistas, os theocratas, os fins de regimen, os inimigos de todo o progresso social, para quem a monarchia, mesmo calamitosa, é um dogma, e para quem a republica, mesmo reparadora, é uma heresia. A corrupção é a liga dos interesses parasitarios adherentes ao tronco da monarchia, dos politicos que a ella devem a sua influencia e a sua fortuna, nada tem a ganhar e tem tudo a perder com o advento de um regimen novo; dos Fálstaffs do orçamento, engordados ao favor das instituições, com os seus largos rendimentos que só ellas garantem; dos burocratas ociosos que vivem dos vicios da administração; dos exploradores da fortuna publica que manejam em seu beneficio a baixeza dos caracteres; dos banqueiros que fazem emprestimos, dos agiotas que cobram juros, e em geral, de todos os tutelados do Estado-Providencia, do Estado-pae, do Estado-mãos rotas.

Para esta sociedade a unica verdade luminosa é e será a monarchia, emquanto ella existir, e todas as mais serão fórmãs da insurreição.

\*

Quem não faz parte d'esta sociedade faz parte da outra, da sociedade que se renova e se moralisa, tenha ou não sentado praça n'um partido. As naturezas combativas, guerreiras, militantes, ardentemente civicas veem ostensivamente para a lucta; as naturezas timidas e sedentarias esquivam-se a ella. No seu todo, porém, essa sociedade está esclarecida e quando não faz todos os esforços uteis, faz todos os votos do seu coração por uma transformação radical na politica e nos costumes.

A situação é, pois, esta: de um lado estão os velhos interesses da monarchia, inconvertiveis; do outro lado estão os interesses da nação, penetrados até ao intimo, do sentimento do perigo que os ameaça e invocando a republica, como a sua unica esperança de salvação.

Para quem appellamos ainda?

Para uns?

E' inutil. — Não accorrerão ao nosso appello.

Para outros?

E' inutil tambem, pois já nos escutaram.

Eu creio nas revoluções, disse Garrett (*discurso pronunciado na camara dos deputados, em 24 de abril de 1837*) e no direito que tem os povos, em



caso extremo, de recorrer a esse derradeiro meio extra-legal, quando todos os outros estão exgotados.

Os portuguezes exgotaram todos os meios legais.

Agora mesmo o governo está occupado em cortar dos recenseamentos eleitoraes o maior numero de eleitores suspeitos de professarem ideias revolucionarias. E' um verdadeiro escandalo. Em certas freguezias de Lisboa tem sido abatidos dos cadernos eleitoraes centenas de eleitores. Nas freguezias ruraes, diz um jornal, o corte é enorme. O pensamento é claro: dissolver a camara, fazer uma outra em que o paiz não tenha representação legitima, desmoralisar pela derrota na urna as energias civicas fatigadas por tão improficuas luctas, proclamar depois da espantosa burla, que o paiz é monarchico e quer a monarchia.

Entretanto, o tenente Lopes, da Guarda Municipal, responsavel pelo morticínio de 5 de abril de 1908, é julgado em conselho de guerra e absolvido. Entretanto, o policia Albino Martins, condemnado ha pouco n'uma pena severa, por haver assassinado um guarda municipal e haver ferido um outro, *a quem tomou por dois populares*, é tirado da cadeia, julgado outra vez por um jury *ad hoc* e—absolvido. Mas não é absolvido só: regressa á corporação da policia, retoma o seu logar e é felicitado pelos seus superiores, «*chegando alguns*—informa o jornal *O Mundo*—*a achal-o gordo e de excellente parecer*».

Que significação tem estes factos?

Esta: a lei cahiu. Não ha mais lei. O que está em scena são vis paixões humanas pondo em risco os mais graves interesses sociaes — a collectividade, a familia, o individuo, o lar. O poder empurra o povo para

a revolução e espera-o com o massacre. Rouba-lhe o voto e rouba-lhe a vida. Não consente o cidadão e não consente sequer o homem. N'uma monarchia como esta não é licito ser, ao abrigo da lei, mesmo um transeunte. A rua está cheia de ciladas.

Aqui, a insurreição traduz-se por *legitima defeza* —defeza collectiva e defeza pessoal.

Contrariar este pensamento que deve ser o de nós todos, amortecer as suas energias, deter o seu impulso, é preparar a degradação civicá do paiz e porventura o inutil sacrificio dos seus melhores filhos.

Amanhã é ainda cedo?

Amanhã será já tarde.



---

**Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde**



se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

---

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. —  
O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.









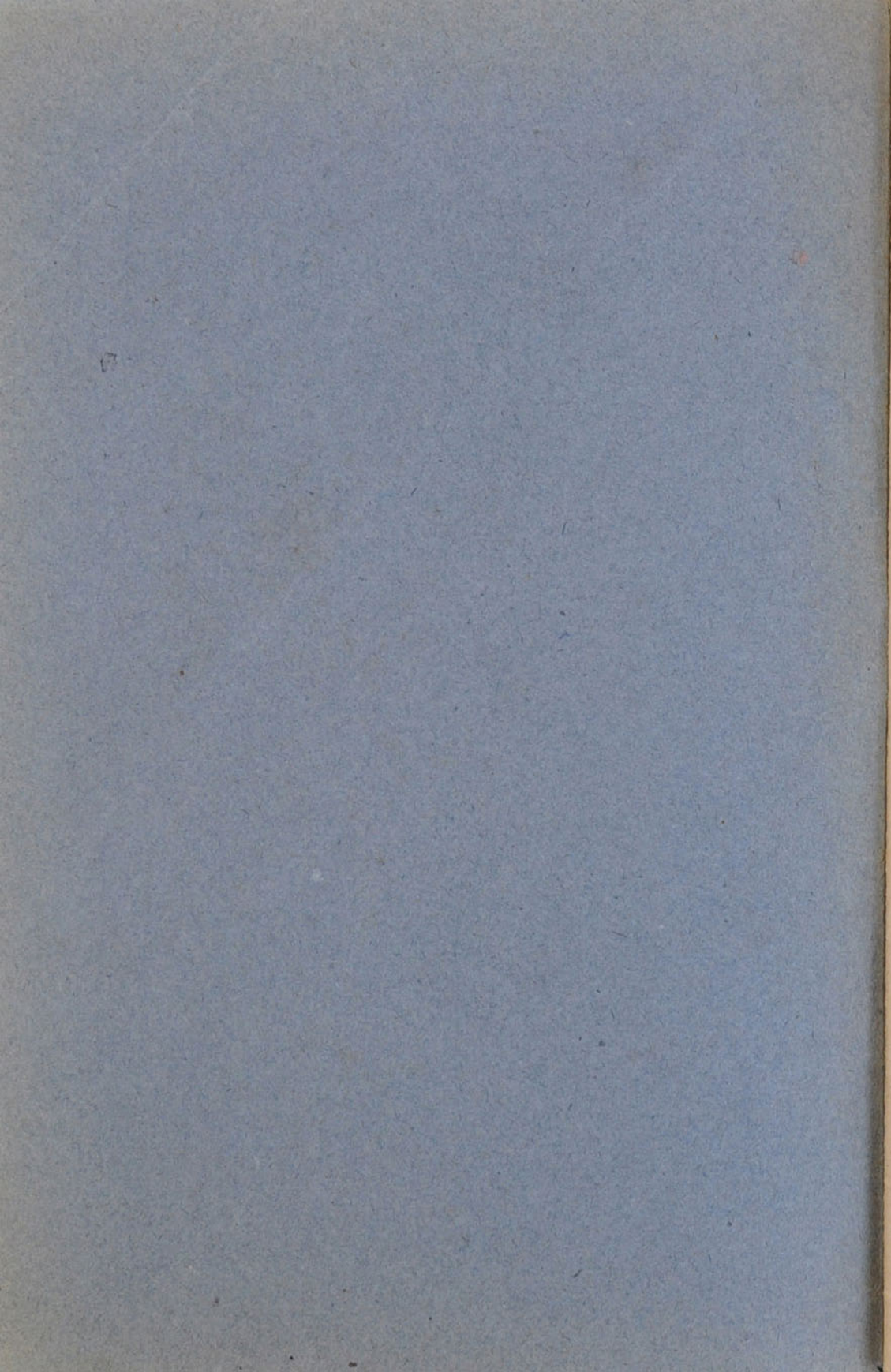


*CARTAS POLITICAS*

POR

*JOÃO CHAGAS*

N.º 15





# CARTA

A

D. MIGUEL DE BRAGANÇA

EM

SEGUIDA Á NOTICIA DA SUA RENUNCIA

E

DO SEU RECONHECIMENTO

DA

MONARCHIA LIBERAL

---

---

*Lisboa, 15 de Março de 1909.*

**A**CABO de ler n'um jornal da tarde a noticia sensacional de que V. A. renunciou officialmente, por si e pelos seus descendentes, aos direitos á corôa de Portugal reconhecendo a monarchia constitucional e as leis do reino e dispondo-se a voltar a esta terra que o bannira, e apressome a ir ao seu encontro á fronteira, afim de ser o pri-

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

meiro a saudal-o com este grito, feito de todo o sangue que me circula nas veias: Abaixo D. Miguel!

Desculpe V. A. E' que se V. A. renuncia a ser miguelista, eu não renuncio a ser liberal. V. A. renuncia á sua tradição. Eu não renuncio á minha. V. A. renuncia aos seus antepassados. Eu não renuncio aos meus. V. A. renuncia á força. Eu não renuncio aos seus martyres.

Depois, desculpe-me tambem, meu principe, que lh'o diga, mas é preciso dizer-lh'o sem perda de tempo, em meu nome e em nome de muitos, — eu não acredito, nós não acreditamos na sinceridade da sua renuncia.

O rei da Illyria renunciava ao seu throno para comprar os favores de uma cortezã. Era uma razão.

Porque razão renuncia V. A. ao throno da legitimidade?

«O sr. D. Miguel de Bragança, — esclarece o periodico que torna publica a noticia da sua renuncia — *profundamente impressionado pela tragedia de 1 de fevereiro de 1908, que deu a morte a seus primos D. Carlos e D. Luiz Philippe, e pela situação em que se encontra o paiz, ante a qual, em seu esclarecido criterio, devem abater-se as reivindicações de caracter politico, como são as do principio tradicionalista que elle representa, convocou os seus amigos politicos mais graduados, para a conferencia recente de Bordeus, e ahí lhes fez saber o proposito em que estava de renunciar, publica e oficialmente, ás suas pretensões á corôa de Portugal, por si e pelos seus descendentes.*»

Que significação clara, intelligente e intelligivel tem isto?



Nenhuma!

V. A. renunciou aos seus direitos ao throno porque o rei D. Carlos e seu filho foram mortos?

Ora adeus!

Que tem que ver com a causa da legitimidade a morte de dois principes liberaes? V. A. foi affectado pelo duplo homicidio d'esses principes do seu sangue? Então não deveria renunciar ao throno só: deveria renunciar ao proprio paiz. Pois quê! Os reis morrem aqui nas praças publicas e por esse motivo os principes exilados voltam?

V. A. renunciou aos seus direitos, porque entende que perante a situação em que se encontra o paiz, «devem abater-se as reivindicações de character politico».

Reivindicações de character politico! Quem é que em Portugal reivindicava o poder absoluto? Porventura estamos nós ainda scindidos em liberaes e miguelistas, em *malhados* e *chamorros*! Porventura a doutrina da monarchia absoluta ainda nos dividia?

Ora adeus!

A situação do paiz é má, é grave a crise da monarchia e quando V. A. sabe pelos seus amigos que ella está perdida é que a reconhece?

Ora adeus!

\*

Não! A renuncia de V. A. occulta ainda o proposito de reinar.

E como não seria assim?

Com V. A.—diz a gazeta em questão—regressarão ao reino os duques do Cadaval e outros legitimistas actualmente no estrangeiro.

Não é já o partido de V. A. que volta. E' a sua côrte. Um pretendente não é chefe de partido dentro do seu paiz. Dentro do seu paiz, reina.

V. A. não quer reinar. Quer—diz o communicado da sua renuncia—viver como simples cidadão.

Assim—se tomassemos á lettra este programma—V. A. e os seus amigos renunciariam aos seus velhos, velhissimos principios e regressariam a Portugal, não para intervirem no movimento politico, mas simplesmente para se encorporarem no anonymato da população, terem casa em Belem, ou na Junqueira, passeiarem na Avenida, irem aos theatros, lerem pela manhã o *Seculo*, assistirem da galeria ás sessões da camara dos deputados, darem dois dedos de cavaco á porta da *Havaneza* ao sr. Taborda de Magalhães, n'uma palavra fazerem vida commum commosco.

Não! Esse não pode ser nem o proposito de V. A. nem o dos seus amigos. Faço-lhes essa justiça e presto-lhes essa homenagem. Não! Não se renunciam a seculos de tradição, não se destroe n'um dia uma longa obra de intransigencia e de fidelidade como foi a dos legitimistas portuguezes, sob tão futil pretexto.



V. A. não volta para ser, como pretende, um simples cidadão. V. A. volta para conspirar. Nem aspira ás alegrias obscuras do cidadão, nem aspira aos seus gosos civicos. Não volta a Portugal para respirar as brisas da patria, nem para collaborar benignamente na obra do seu progresso, propondo modestamente o seu nome ao cargo de membro da junta de parochia da sua freguezia. Volta porque vislumbrou no throno em ruina um throno a reconstruir. Para que D. Miguel e os miguelistas voltassem a Portugal, com sacrificio do seu velho sonho absolutista, era preciso que a monarchia liberal estivesse como está, a desabar.

A declaração de renuncia de V. A. não tem o menor valor moral. O direito divino não renuncia. Chambord não renunciou. Faz questão de tudo, até de um trapo. Chambord fez questão de bandeira e, por isso, deixou de ser rei de França. V. A. renuncia. E' já um mau signal.

Quer a sua renuncia dizer que renuncia a ser rei? Amanhã poderá sophismal-a allegando que tão somente renunciou aos direitos da légitimidade. De resto, os seus amigos ahi vem com V. A., dispostos talvez, em ultimo caso, a reclamar-o como um rei necessario e a propôr ao paiz a sua candidatura.

No fundo — em resumo — a renuncia de V. A. e o seu regresso a Portugal é uma aventura.

Pessima aventura!

V. A. desconhece Portugal.

Aqui não ha já logar para uma monarchia, nem para esta, nem para outra. O throno que existe, cambaleante, ainda serve a D. Manuel. Depois d'elle é lenha para queimar.

No momento em que V. A. se dispõe a entrar em

Portugal, a monarchia dispõe-se a sahir, e este é o lado equivoco da sua aventura. V. A. reconhece a monarchia liberal, quando já ninguem a reconhece; traz-lhe a sua solidariedade — singular solidariedade! — quando todos lh'a retiram.

V. A. — repito — desconhece o paiz.

A monarchia tornou-se um *systema* de governo impopular e perdeu toda a *sympathia publica*. Está reduzida ao minimum de solidariedades. Com o resto do paiz, a sua situação é de divorcio — insanavel. Offerece este spectaculo unico na Europa, de um *systema* de governo — deshonorado. A monarchia absoluta, de que V. A. era ainda ha dias, o altivo representante, cahiu perante uma nova corrente de idéas. Foi odiada, mas não foi desprezada. A monarchia liberal é despresada. Não é um regimen politico: é um *systema* de delapidação.

Ainda hoje, na camara, um deputado accusou o ministro da fazenda de ser reu do crime de burla, e o peor é que o é. O roubo campeia nos dominios da administração liberal, tão desaforadamente hoje, como ha setenta e cinco annos, quando os liberaes cahiram, como matilha de cães esfaimados, sobre a fortuna dos vencidos.

Setenta e cinco annos de depredação exgota o paiz mais rico e esse é o caso do nosso, mas exgota tambem as mais robustas instituições. Ao cabo de setenta e cinco annos ellas deixam de ter amigos e tem apenas socios. E' o que succede ás nossas.

A monarchia perdeu a solidariedade dos amigos que tinha, e só com a solidariedade dos socios que tem não vae longe. Está cercada da animadversão do paiz. Não governa já. Defende-se. V. A. deve ter ou-

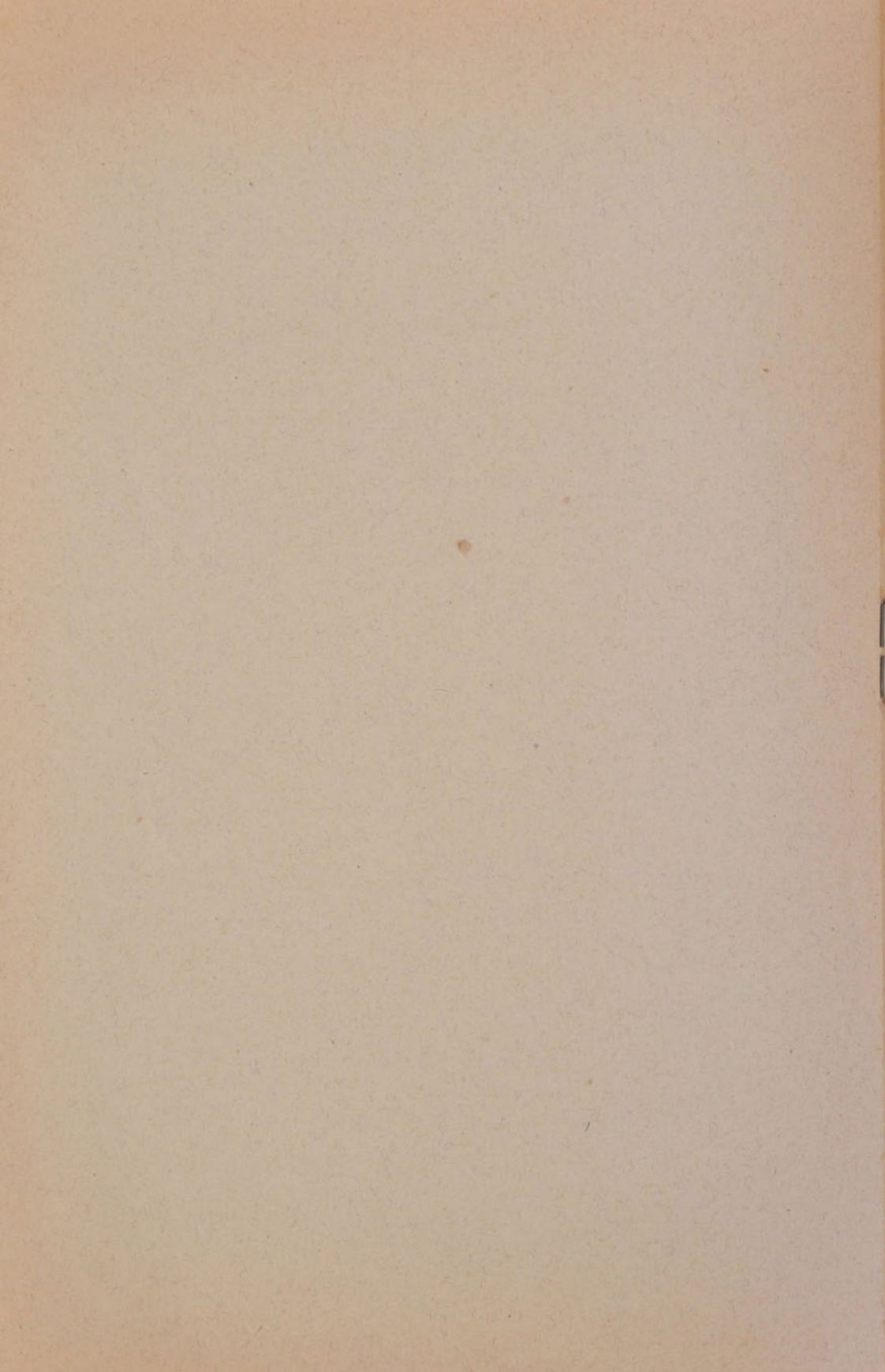


vido em Brombach as detonações dos tiros da sua ultima defeza. Assim, eis aqui um regimen politico, cuja traducção litteral é esta: pilhagem, massacre.

Quando um systema de governo aliena d'esta fórma a solidariedade social, perde-a para sempre. A monarchia liberal em Portugal não tem futuro e excuso dizer a V. A. que a monarchia absoluta muito menos a tem.

Por isso, o regresso de V. A. a este paiz não é de inquietar, o que não impede que elle seja um facto e grandemente significativo. E' preciso que esta nação pareça bem um cadaver, para que os herdeiros dos seus velhos reis absolutos se julguem no direito de a rehavere!







# CARTA

AO

SR. JULIO DE VILHENA

SOBRE

O SEU DISCURSO

NA

LIGA MONARCHICA

---

---

*Lisboa, 15 de Março de 1909.*

**Q**UE o Faria Machado faça discursos na Liga Monarchica, vá! Mas v. ex.<sup>a</sup>!  
Li-o e não acreditei.

Já me pareceu inacreditavel que v. ex.<sup>a</sup> fosse á Liga Monarchica, cooperando assim n'um acto de insensatez a que v. ex.<sup>a</sup>, por muito monarchico que seja, não deveria pelo respeito que deve á sua razão, dar sequer a solidariedade da sua presença.

Pois v. ex.<sup>a</sup> não viu, como toda a gente que tem o juízo no seu logar, que a Liga Monarchica é um disparate e que não ha razões para que a monarchia, forma de governo, poder constituido, faça ligas?

Pois v. ex.<sup>a</sup> não viu que semelhante idéa não tem senso-commum e só pode inspirar-se no desvairamento de que estão possuidos os monarchicos que reputam a monarchia perdida?

V. ex.<sup>a</sup> não devia dar a semelhante liga a solidariedade da sua presença e devia, se a sua mentalidade correspondesse ao juízo que outr'ora fizemos d'ella, combatel-a como coisa absurda, mais propria a mostrar a fraqueza do que a força das instituições.

Mas a nossa surpresa subiu de ponto ao ver que v. ex.<sup>a</sup> não só comparecia nas reuniões da Liga Monarchica, como discursava n'ellas e de que modo!

Ah! ex.<sup>mo</sup> sr. Eu garanto a v. ex.<sup>a</sup> que semelhante espectáculo não me rejubila! Ver cahir todos, sem excepção de nenhum, no mesmo nivel intellectual, ver descer a sociedade por igual, como eu estou vendo descer a sociedade a que v. ex.<sup>a</sup> pertence, dá-me a idéa de uma tão extensa decadencia que pergunto a mim mesmo se ella não terá tambem attingido a sociedade que eu reivindico e se não é v. ex.<sup>a</sup> apenas que se afunda com os seus, mas nós todos sem distincção que mergulhamos na ignominia do mesmo irreparavel cretinismo.

Leio o que v. ex.<sup>a</sup> disse na ultima reunião da Liga Monarchica e não o creio. Pois quê! V. ex.<sup>a</sup> disse aquillo que os jornaes lhe attribuem? V. ex.<sup>a</sup> disse essas enormidades e essas banalidades? V. ex.<sup>a</sup> disse que o principio da eleição não dá mais garantias do que o principio da hereditariedade? V. ex.<sup>a</sup> disse que



o suffragio é uma burla, porque em Portugal o tem sido sempre? V. ex.<sup>a</sup> disse que na America, na França e na Suissa, as despesas de representação dos chefes d'Estado absorvem quantias superiores ás das listas civis dos soberanos hereditarios? V. ex.<sup>a</sup> disse que a republica não se justifica, porque em Portugal sempre existiu a monarchia? V. ex.<sup>a</sup> disse que só se comprehende a republica n'uma colonia que se liberta? V. ex.<sup>a</sup> disse que a monarchia sempre foi em Portugal uma garantia da liberdade? V. ex.<sup>a</sup> disse que a monarchia é uma garantia de independencia?

Na Liga Monarchica ha muito quem tenha o direito de dizer estas ineptias. V. ex.<sup>a</sup> não tinha o direito de as dizer, não pelo que intrinsicamente vale, senão pelo que exteriormente e durante muitos annos representou aos olhos dos homens cultos d'este paiz. V. ex.<sup>a</sup> assumiu perante elles as responsabilidades da reputação que lhe crearam, no longo interregno em que, mantendo-se affastado da politica, lhes deu a impressão de que o fazia, muito mais do que por integridade moral, pelo decoro intellectual que leva os homens de algum espirito que este paiz tem possuido, a ter da politica um horror litterario. Essas responsabilidades obrigavam-n'o, pelo menos, a não repetir as falsidades, as patacoadas e as parvoçadas com que o proselytismo monarchico está tecendo á monarchia a sua ultima corôa de espinhos. Ha alguma coisa que obriga tanto como a nobreza, que é a fama, e v. ex.<sup>a</sup> tinha a fama de não ser tolo. O seu discurso na Liga Monarchica desfaz em fumo essa reputação.

\*

Quem é v. ex.<sup>a</sup> afinal e que mystificação foi essa que nol-o apresentou durante tanto tempo como um homem differente dos outros?

Durante muito tempo — e eu sou d'esse tempo — v. ex.<sup>a</sup> foi, no meio da crassa mediocridade dos politicos constitucionaes, o homem solitario que o juizo publico distingue para as apreciações lisongeiras. Estar na politica era desconsiderar-se; em rigor, era infamar-se. Estar fóra d'ella, ao contrario, era ennobrecer-se e elevar-se. Fóra da politica e só por este facto, v. ex.<sup>a</sup> crescia na consideração publica. Quem foi que lhe fez a reputação de um homem de talento e de cultura? Não sei! O que é certo é que a tinha. Era dos poucos que a tinha. Em que se fundava? Não sei. Nós, os homens do meu tempo, recebemol-o a v. ex.<sup>a</sup> e aos seus, já feitos. Na realidade herdamos, sem os investigar, como quem recebe um legado n'um sacco, sem verificar o que está dentro, e enquanto v. ex.<sup>a</sup> se manteve no seu «esplendido isolamento», foi, a nossos olhos, um super-homem constitucional. Não contavamos é certo, com a sua solidariedade moral — v. ex.<sup>a</sup> parecia destinado a morrer com o velho mundo que o tinha orgulhosamente dado á luz — mas contavamos com a sua solidariedade intellectual, a da sua cultura, a do seu gosto, e isso nos bastava. N'uma sociedade cretinizada por uma instru-



ção insufficiente e por uma educação deploravel, as mentalidades superiores constituem, por assim dizer, uma franco-maçonaria e são sempre solidarias, independentemente de credos politicos, ou religiosos. V. ex.<sup>a</sup>, a nossos olhos, fazia parte d'essa franco-maçonaria.

Afinal e em toda a linha, uma burla! Sobrevem a crise monarchica e o homem divorciado da politica, mergulha no atoleiro da politica; aggrava-se a crise monarchica e o homem de mentalidade superior, o homem de espirito, o homem de cultura, o homem de gosto, apparece-nos a dizer baboseiras sobre monarchias e republicas, rés vés com Alfredo Gallis, por alcunha — o *Rabelais*.

E' inconcebivel!

\*

Não é, porém, a solidariedade do politico com uma monarchia de bancarroteiros que nos desola. Que importa um politico a mais, ou a menos? O que nos desola é a solidariedade, com uma sociedade de idiotas, do homem para cuja reputação de intellectualidade todos afinal contribuimos, uns com a leviandade dos seus juizos, outros com a cumplicidade dos seus suffragios.

Por isso tambem os unicos monarchicos a quem

a mentalidade portugueza não pode perdoar o serem tão clamorosa e escandalosamente monarchicos são os que, algum dia, assumiram perante ella responsabilidades intellectuaes. Esses não podem allegar a seu favor a stulticia, que nos seus companheiros d'armas concorre em proporções tão grandes que não se sabe o que elles são mais—se corruptos, se estupidos. Esses renegaram mais do que antigas crenças politicas: abjuraram da religião do espirito, que, acima de tudo, põe o culto da intellectualidade. Ao fazerem, na hora da morte da monarchia, a sua profissão de fé monarchica, não acceitaram apenas as solidariedades moraes da monarchia, que já são de respeito: acceitaram as suas solidariedades intellectuaes, que são de fugir.

V. ex.<sup>a</sup> não tinha as responsabilidades de uma obra litteraria, ou artistica que nunca fez, mas tinha as da tradição oral da sua intellectualidade, que o inculcou durante muito tempo ao respeito das nossas intelligencias. A sua presença na Liga Monarchica, as suas palavras ali, fizeram-lhe perder o direito a essa forma da estima publica. Havia um Julio de Vilhena que, por muito que estivesse na politica, parecia elevar-se acima d'ella por um fundo de espiritualidade. Até certo ponto mesmo attribuia-se o seu evidente fracasso politico ao trambolho de privilegios intellectuaes que, na politica portugueza, só servem para incommodar. Lendas! O Julio de Vilhena em questão nunca existiu senão na nossa imaginação.



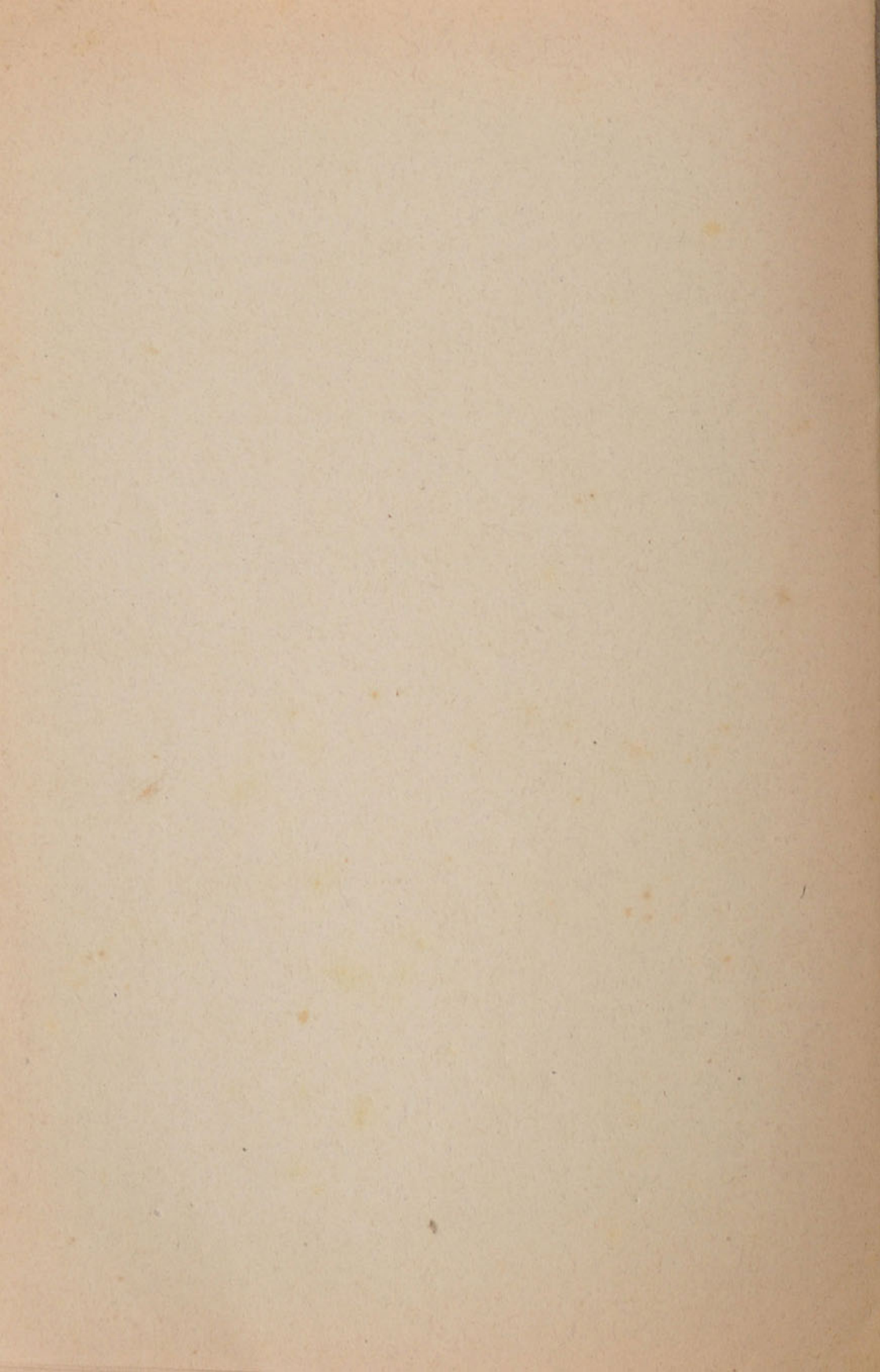
Os escriptorios das **CARTAS POLITICAS** mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

---

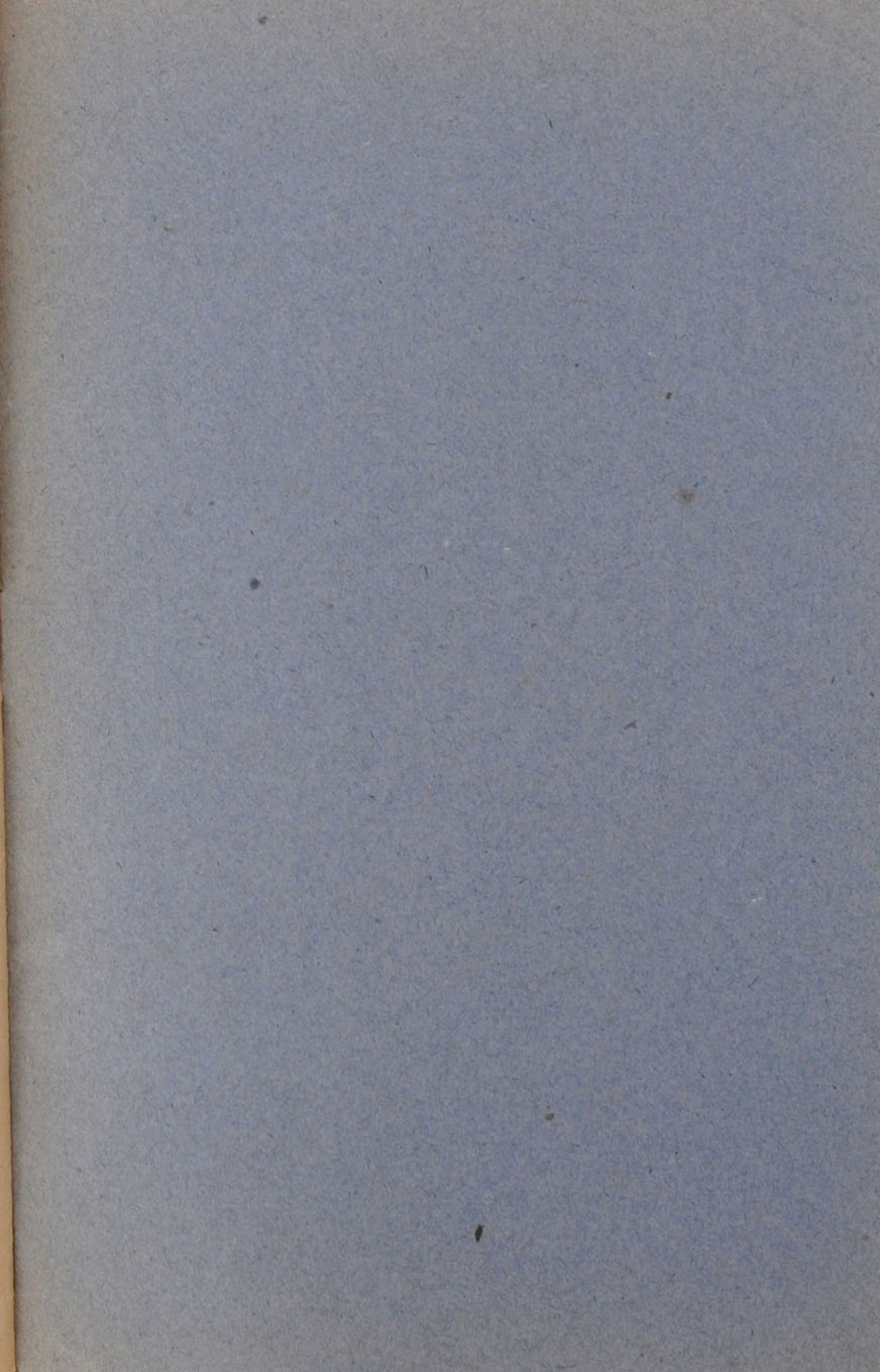
Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.







10



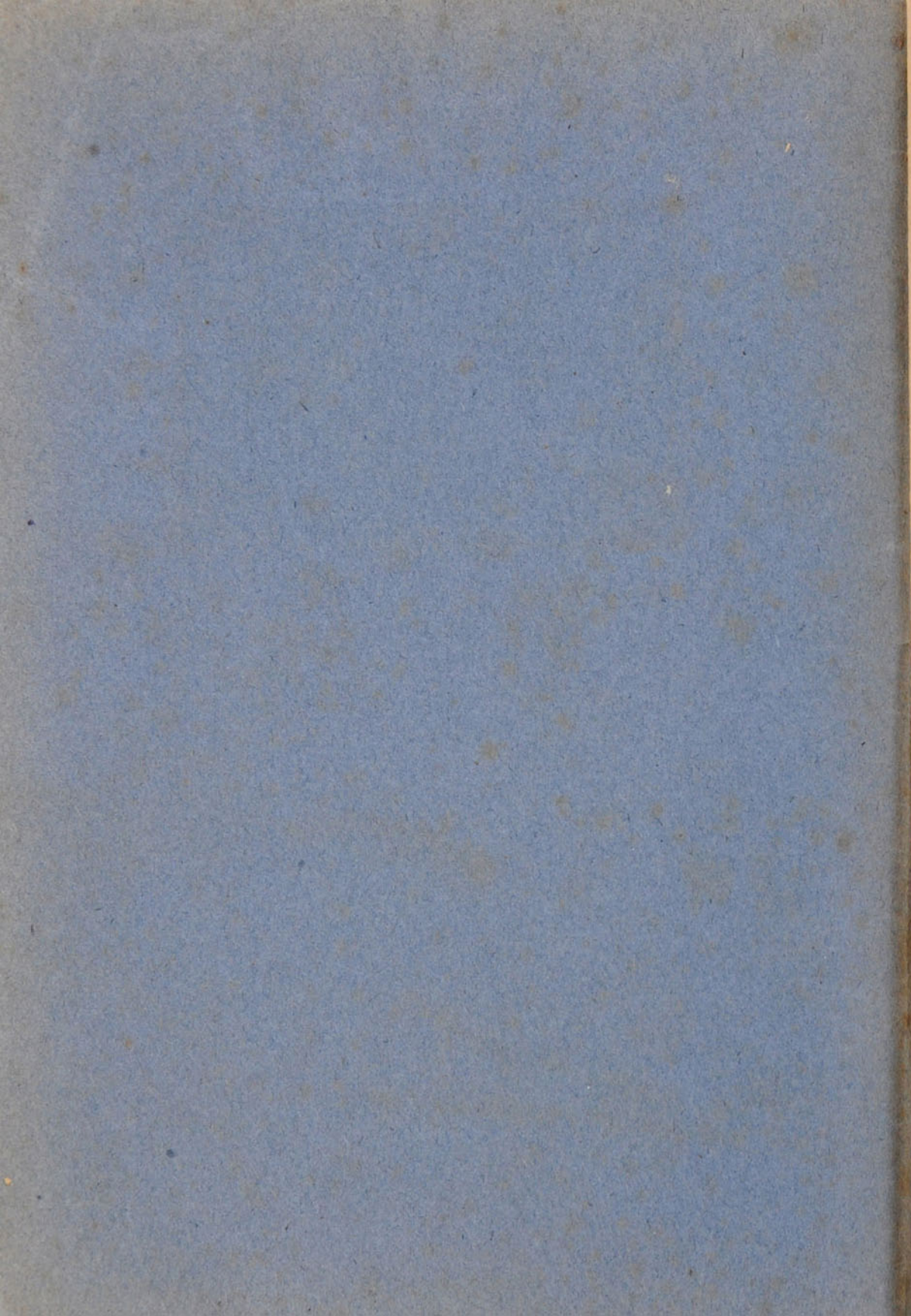
*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 16*







# CARTA

A

FRADIQUE FILHO, QUE, DE PARIS,

PERGUNTA

QUANDO ACABA ISTO

---

---

*Lisboa, 22 de Março de 1909.*

**T**ERRÍVEL compromisso tomei eu comsigo, quando lhe annunciei na minha carta a Ricardo Durão, que isto acabava em 1909. Agora já sei que o tenho á perna por todo este 1909 e ai de mim se os acontecimentos não me acodem antes do findar do anno! Sou um homem irreparavelmente perdido aos seus olhos, como propheta que quiz ser na minha terra.

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

Ainda vamos em meados de março, ainda faltam uns longos, estirados nove mezes para que v. tenha o direito de me pedir o pagamento d'esta lettra que é a minha prophecia, e já não me larga a porta, a perguntar-me quando acaba isto.

Valha-o Deus, Fradique e como v. é bem um lusitano! Agora todo o seu esforço patriotico consiste em esperar que a minha prophecia se realise. O tenue laço que ainda o liga á patria sou eu, ou antes são as cartas de jogar em que v. suppoz que eu li um dia os destinos patrios. A patria para v. é uma superstição. Se as minhas cartas tiverem fallado certo, a patria existe e é possivel que ainda o vejámos apparecer um dia por ahi, á porta do *Central*, grato a seu pae, a farejar uma sociedade decente, digna das gravatas e dos ditos que v. herdou do velho Fradique. Se as minhas cartas se tiverem enganado, então é porque definitivamente não ha mais patria, mas uma choldra irreparavel, de que v. tirará o sentido, adoptando talvez a nacionalidade do seu nascimento e tornando-se egypcio, porque creio que v. é do Cairo.

V., que nada fez pela patria, quer, exige que eu lh'a restitua, limpa e escarolada, como dizia seu pae, não já n'um anno, mas n'uma semana, n'um mez. Não lhe annunciei ainda por telegramma, que ella aqui está, nova em folha, aguardando a sua volta pelo *Sud-Express* e já v. se impacienta, bombardeia-me com cartas escriptas ás mezas de todos os caffès de Paris, por onde arrasta a sua madracice, saccode-me desesperadamente com a forte manapola que tambem herdou do seu illustre progenitor, descompõe-me no seu portuguez inçado de gallicismos, quasi me trata por intrujão.



Em boa me metti, Fradique! E o peor não é v., que, afinal, anda lá por longe. O peor são os de cá de dentro, que, d'aqui a pouco, quem sabe? se pendurarão ao ferrolho da minha porta, a reclamar desabridamente, como credores ferozes, o cumprimento do meu vaticinio, quasi o da minha promessa.

Os portuguezes são assim, v. é assim! Quando se trata dos seus negocios particulares, cada um se mexe e faz pela vida; quando se trata dos negocios da patria todos em commum delegam nos outros o cuidar d'elles. D'ahi os syndicalos politicos que nos devoram. Os politicos fizeram o que os portuguezes não quizeram fazer—: cuidar da patria, e como cuidaram d'ella v. sabe. Uma sociedade que se desinteressa dos seus assumptos mais graves e os entrega sem fiscalisação a procuradores de officio, é naturalmente, logicamente posta a saque. Foi o que succedeu á nossa.

O que succede agora com as suas novas esperanças não é essencialmente differente. Igualmente ella as entregou a procuradores. Delegou nos primeiros o encargo de a perder; delega nos segundos o encargo de a salvar. Tudo delegações e delegações cegas. N'este ponto de vista, a opinião d'hoje não é sensivelmente differente da opinião d'hontem. E' um systema de renuncias individuaes em favor do poder e da vontade d'alguns.

Eu não tenho poder, nem vontade que se substitua á dos outros, mas cahi na esparrella de annunciar que punha uma confiança especial nos acontecimentos.

Ai de mim! Tornei-me por assim dizer responsavel por elles, e graças á minha loquacidade, graças á

minha desinvoltura não faltarão a esta hora portugueses, profundamente patriotas, cujo unico esforço em favor da patria consista, como o seu, Fradique, em esperar de calendario em punho, que o anno de 1909 produza os acontecimentos que eu annunciei.

\*

Esta situação pessoal — deixe-me, porem dizer-lhe — não me assusta.

Eu vejo morrer todos os dias estas velhas instituições, cujo fim marquei para este anno de 1909 e cada dia que passa me firmo mais robustamente não já na fé mas na certeza material de que não irão muito longe.

N'este momento, por exemplo, debatem-se ellas no vacuo. Ninguem as persegue, ninguem as accomette, nada parece pol-as em perigo e, todavia, estrebucham.

Repare. V. persiste em não ler os jornaes da terra. Vou informal-o.

O aspecto geral da sociedade é de calma. O povo faminto do norte deitou fogo ha dias a algumas repartições de fazenda, mas aqui, o que inquieta as instituições não é o campo: é a Cidade. E' principalmente



Lisboa. O campo debella-se, por ora, com um administrador do concelho, um destacamento e uma carrada de pão. A queima das repartições de fazenda não assustou. Foram incendios isolados, sem propagação, que alguns baldes d'agua apagaram. Já não se falla em tal. Ha uma grande miseria, ha fome por essas provincias, mas quando é que a fome chega a chamar-se Revolução? A revolução elabora-se nos cerebros. Os estomagos digerem pedras antes de a fazer.

Por outro lado, os partidos não ameaçam, nem uns, nem outros, note-o bem. O partido republicano nunca foi tão pouco aggressivo. E' aquella cada vez maior familia de que falla o doutor Bernardino Machado, mas não parece pelo momento ser mais nada. Já leva um mez a sessão legislativa e ainda a minoria republicana não levantou na camara o menor incidente. Podê dizer-se mesmo que ainda não abriu bico.

Os conflictos intestinos dos partidos do governo (expressão excellente para definir uma politica toda do apparelho digestivo), são abafados pelos mesmos que os levantam e logo reconhecem a sua imprudencia. Ha dias defrontaram-se nos pares os dois irmãos desavindos da Regeneração, o Campos Henriques, em quem deve ter ouvido fallar, e o bem conhecido Julio de Vilhena, ainda do tempo de seu pae. As galerias encheram-se á cunha farejando barulho. Não o houve. Tudo se passou pelo melhor. Ha dias tambem, um jornal progressista levantou levemente uma questão que ficára sendo conhecida na gyria d'estas polemicas patrias pelo *caso das unhas aduncas*. Era um caso para *dar*. Não deu. Dir-se-hia que o atabafaram com um cober-

tor. Os mesmos que o trouxeram á luz, se apressaram a recolhê-lo á sombra declarando-o nocivo ao prestigio das instituições.

Ha um accordo evidente para não *irritar as questões*. A questão do empréstimo, a da Caixa Geral dos Depositos fez barulho um dia, mas o ministro da fazenda e um deputado da opposição trocaram duas bolas sem resultado, e foi como se lhe puzessem a virtude. Já lá vão uns poucos de dias e *dir-se-hia* que a questão do empréstimo, mais a da Caixa Geral dos Depositos foram empurradas para o mais fundo da historia. Creio que já se trata mesmo — de outro empréstimo.

Monarchicos e republicanos encaram-se reciprocamente com reciproco receio. Hoje, como corresse o boato de que a camara municipal de Lisboa ia ser dissolvida, logo o jornal do governo se apressou anciosamente a desmentir, clamando contra os especuladores que «andam a alarmar a opinião». Por sua vez, o partido republicano affirma incessantemente a sua aspiração á ordem. E' mesmo uma cega-réga.

N'uma palavra, quem observar o paiz *pela rama*, como dizia aquelle immorredouro conselheiro Pacheco, de quem seu pae nos deixou um tão commovido panegyrico, não vê n'elle n'este momento preciso em que lhe escrevo, 10 da noite de 21 de março, os signaes exteriores da revolução, ou da guerra civil.



\*

Considere, porém, as instituições e vel-as-ha debaterem-se convulsivamente, como se as cercasse um perigo immediato. A nobreza e o clero andam n'uma dobadoura. A nobreza cerca o rei, como nas ultimas horas de uma batalha perdida. O clero, assanhado, faz sermões, dá murros nos pulpitos, faz pasquins, espirra para todos os lados uma tinta envenenada. Todos cochixam, tramam, conspiram, espreitam, espionam, recebem ordens, dão ordens, partem para aqui, para ali, em expedição, cosem-se com as esquinas, andam de gatas por baixo da terra. Nos olhos de todos lê-se, com a lividez dos momentos supremos em que se joga os proprios destinos, o rancor e o odio. Sinto não ter á mão um numero do *Portugal*, para lhe mandar. E' uma gazeta muito representativa e muito luzitana — uma especie de *Besta Esfolada* ao serviço dos interesses da Igreja e da Dynastia, redigida por polemistas tonsurados que se inspiram nas tradições tremendas do padre José Agostinho de Macedo.

Nobreza e clero procuram afanosamente todas as solidariedades e a todas acceitam. Uma parte da nobreza despreza os politicos. Considera-os e muito justamente

como os causadores da ruina das instituições. Não os recebe; mal lhes estende a mão. Pois chamou-os! O *Portugal* tem a respeito dos politicos a mesma opinião do *Mundo*. Para o *Portugal*, como para o *Mundo*, os politicos são uma cambada. Pois chamou-os!

Conta a Cora Pearl, nas suas memorias (a Cora Pearl já não é do seu tempo, mas seu pae conheceu-a muito bem) que tendo, um dia, 13 pessoas para jantar, resolveu o problema do seu enguiço, abrindo a janella e convidando a subir o primeiro sujeito que passou. Accrescenta Cora Pearl que, por accaso, o sujeito em questão era uma excellente pessoa.

Outro tanto não podem dizer os amigos do throno, que, no seu alarme e na sua pressa, chamam quem passa para o defender, pois o outro dia succedeu cahir-lhes em casa um individuo que v. não conhece mas que é tudo o que póde cahir de mais desagradavel em casa de alguem—um auctor de novellas obscenas, d'aquellas que, quando são pilhadas pela policia, recadem logo sob a alçada do bem conhecido delicto de—*ultrage aos costumes*.

Pois, caro Fradique, este pouco recommendavel personagem perorou uma d'estas noites, n'uma sala cheia de luzes, no meio de pessoas da maior gravidade e de avultado numero de d'amas, sobre as vantagens da monarchia e os inconvenientes da democracia pura!

Isto lhe dará a v. idéa do enlouquecimento d'estas pobres instituições, e não lhe diz isto, como a todos os espiritos claros, que ellas estão perdidas não hoje, ou amanhã, mas irremediavelmente e para breve prazo?

A monarchia fez uma *Liga*—pense n'isto—a *Liga*



*Monarchica!* E' já a morte. E' já mesmo o exilio. Contra quem faz ella a *Liga*? Contra os republicanos, diz ella; mas já viu v. por accaso, ou já leu que o poder constituido fizesse ligas contra — *um partido*? Eu sublinho de proposito, para que attente bem no caso. A monarchia faz a *Liga*—contra o paiz, e o que é isto senão o fim de tudo? A nossa velha monarchia não confia sequer no exercito. Se confiasse n'elle não se colligava, pois se suppõe (assim deve ser nos regimens populares) que n'elle encontraria a sua força. Que faz afinal?—Debate-se, torno a dizel-o. Debate-se no vazio que se fez em volta d'ella.

\*

V. não comprehende, eu estou a ouvil-o. Não comprehende a agonia d'este moribundo, que não acaba nunca de morrer e não comprehende o paiz assistindo de braços cruzados a esse 5.º acto representado á sua vista.

No entanto, é simples.

Em primeiro lugar, os portuguezes são morosos. Que quer! Somos assim. Nunca temos pressa. Se até a monarchia não tem pressa de morrer!

Depois, está assente que a monarchia de D. Manuel é uma monarchia nova e a uma monarchia nova é preciso conceder pelo menos um anno ou dois de vida.

Já viveu um. Viverá os dois? Continuo a não o acreditar, senão com muitas reservas.

A esperança de uma monarchia nova era um absurdo. O que havia de novo era apenas o rei, novo pela idade que não pela novidade. O mais era tudo velho, até na idade! Imagine simplesmente v.: o arbitro da monarchia nova é o José Luciano, o qual já ha quarenta annos era ministro em Portugal. Ha quarenta annos! Quer dizer este homem que dirigia a sociedade de ha quarenta annos é o que pretende dirigir a sociedade d'hoje. Que idade tem elle? Cem? E' provavel. Não vive: sobrevive. Governa isto de sua casa, de uma cadeira de rodas, com as pernas embrulhadas n'um *couvre-pieds*. E' o grande homem da monarchia nova. A monarchia nova reivindica-o.

Governo de velhos, velha moral. Os mesmos homens, os mesmos partidos, os mesmos costumes. Monarchia nova: velha ficção. Monarchia nova: velha immoralidade.

Sabe v. o que disse ha pouco na camara dos pares esse homem que ha tres mezes ainda era presidente do conselho e que é o Ferreira do Amaral? Disse simplesmente isto: que a monarchia rouba as eleições por Lisboa. Disse isto, assim, por estas palavras: disse que as victorias politicas dos governos portuguezes, na capital do reino, se obteem unicamente á custa de fraudes (*chapelladas*) praticadas nas freguezias suburbanas por agentes eleitoraes.

Aqui tem v. a monarchia nova!

A administração tinha de ser a mesma, visto que



os administradores eram os mesmos. Quando o Franco cahiu, estava assente que os partidos monarchicos devastavam o paiz e eram peiores do que a praga. A idéa mesmo de João Franco—idéa original!—era substituir-se a elles indefinidamente. Estas concepções excessivamente originaes estão naturalmente destinadas a frustrarem-se, e a monarchia nova readquiriu a praga dos partidos de governo da monarchia velha. Veja que seivas para reaccenderem a vida n'um corpo morto!

A velha administração da nova monarchia não fez uma reforma util, não fez um palaco de economias e aggravou todas as despezas e todos os males. Augmentou a lista civil ao rei, empenhou os rendimentos publicos que ainda estavam livres de caução, contrahiu mais emprestimos, deu mais empregos. Quando o actual Campos Henriques, presidente do conselho, se separou do partido regenerador, procurando, por sua vez, organizar partido, os seus correligionarios da vespera accusaram-n'o de fazer leilão de favores no seu ministerio, afim de obter amigos. O ultimo emprestimo deu logar a que, na camara dos deputados, o ministro da fazenda fosse tratado de *burlão* e por quem?— Por um lente da Universidade!

Considere, Fradique, a monarchia nova.

O rei é novo. Sim, é novo! Mas o que é n'uma monarchia sem monarchicos um rei, mesmo novo? E' elle, por isso, mais rei? Não. E' menos. E' então um privilegio, cujo absurdo salta á vista.

Depois sabe v. o que se diz do novo rei? Diz-se que está nas mãos dos reaccionarios e clericas, que já o manejam, pretendendo reproduzir n'elle um typo de soberano catholico á antiga maneira hespanhola, e

sabe quem o diz? Disse-o ha dias na camara dos pares o Ferreira do Amaral, inflammado de indignação, chamando a attenção do paiz para esse novo perigo nacional e offerecendo-lhe a sua espada para o defender d'elle.

Quer dizer, n'esta nova monarchia nada em rigor é novo, nem mesmo o rei. O rei tem dezenove annos, mas a mentalidade que lhe estão fazendo tem seculos.

\*

Da nova monarchia se pode, portanto, affoutamente dizer que nasceu para morrer.

A situação é improlongavel — para ella e para o paiz. Ella está n'um sobresalto constante, cheia de panico, cheia de medo, fazendo-se guardar pela municipal e pela policia, vendo conspiradores em toda a parte, em toda a parte vendo regicidas. O paiz, por sua vez, não repousa. Póde dizer-se que a vida social está desorganizada e que todas as resoluções individuaes estão suspensas, á espera da grande resolução collectiva. Não se vive para a actividade util, nem para o trabalho fecundo. Passa-se o tempo na rua, á espera do que ha de vir, interrogando quem passa,



lendo jornaes, farejando o ar. O commercio está paralyzado. Não se compra, nem se vende. As fallencias, as lettras protestadas succedem-se. Quem tem de seu aferrolha-o, com medo do dia d'amanhã que póde ser de guerra. Emfim, isto lhe dará idéa do estado social: ha em Portugal quem accumule provisões de bocca, em casa — *para estar prevenido*.

A sociedade está dividida por interesses que tornam impossivel toda a conciliação, e por isso mesmo, está ferozmente dividida, como esteve no tempo de D. Miguel.

Essa divisão irreductivel e feroz annuncia o fim proximo da monarchia. Dentro do mesmo paiz estão em presença uns dos outros, individuos que são verdadeiros inimigos, e a sociedade não póde existir indefinidamente n'este pé de inimizade e animosidade. Quando isto se dá dá-se inevitavelmente e a breve prazo, um conflicto que se chama — Revolução, que se chama — Guerra Civil.

V. está longe, como sempre esteve, d'esta patria que, por um vicio hereditario, só o interessa litterariamente. Quem aqui está, sente-o, — sente-o no ar carregado, como se sente a approximação de uma trovada.

A trovada vae estalar e não é obra de vidente prever uma trovada, quando o ceu escurece e se acastella de nuvens negras.

Sobre os effeitos mortaes d'esse conflicto imminente entre a monarchia de Affonso Henriques e o novo Portugal dos nossos dias, não me restam duvidas. Com guerra, ou sem guerra, através de todas as vicissitudes do conflicto final que não posso prever, a monarchia cahirá para não mais se levantar. Cahe

com desgraça publica, sem gloria e sem honra. Não é um *systema* politico que cede ás imposições do progresso e dá logar a outro: é um mal que desaparece no meio da alegria do povo, emfim liberto de tyrannias, de oppressões, de vexames, de expoliações, de extorsões, de roubos. Quando ouvir lá fóra a derrocada dos sete seculos de monarchia que fazem a historia d'este paiz, ha-de ouvir tambem o hymno immenso da victoria do povo, celebrando a sua libertação, e garanto-lhe a v. que nunca terá ouvido mais clamorosa *Marseilha* em toda essa França de Rouget de l'Isle.

Aqui, não é um partido que triumphha: é a nação em peso, e, com sangue, ou sem sangue, ella ha-de triumphar, porque é a nação, isto é o maior numero. Um partido seria talvez vencido. A nação não o será nunca. Uma nação só outra nação a esmaga.

Estes acontecimentos estão muito á mercê do imprevisto, porque não são dirigidos, mas hão de dar-se e hão de conduzir a estes resultados. Marquei-lhes um prazo relativamente curto. O que, porem, lhe posso garantir é que não é o da minha impaciencia, mas o que, a meu ver, supponho ser o da logica dos successos historicos. A minha impaciencia é nenhuma. Eu não aspiro á presidencia da republica, que, de resto, já está dada, e, para comer, cá me vou arranjando com esta velha caneta de vintem, que já agora será o meu bordão, até ao fim da minha vida — *amen!*





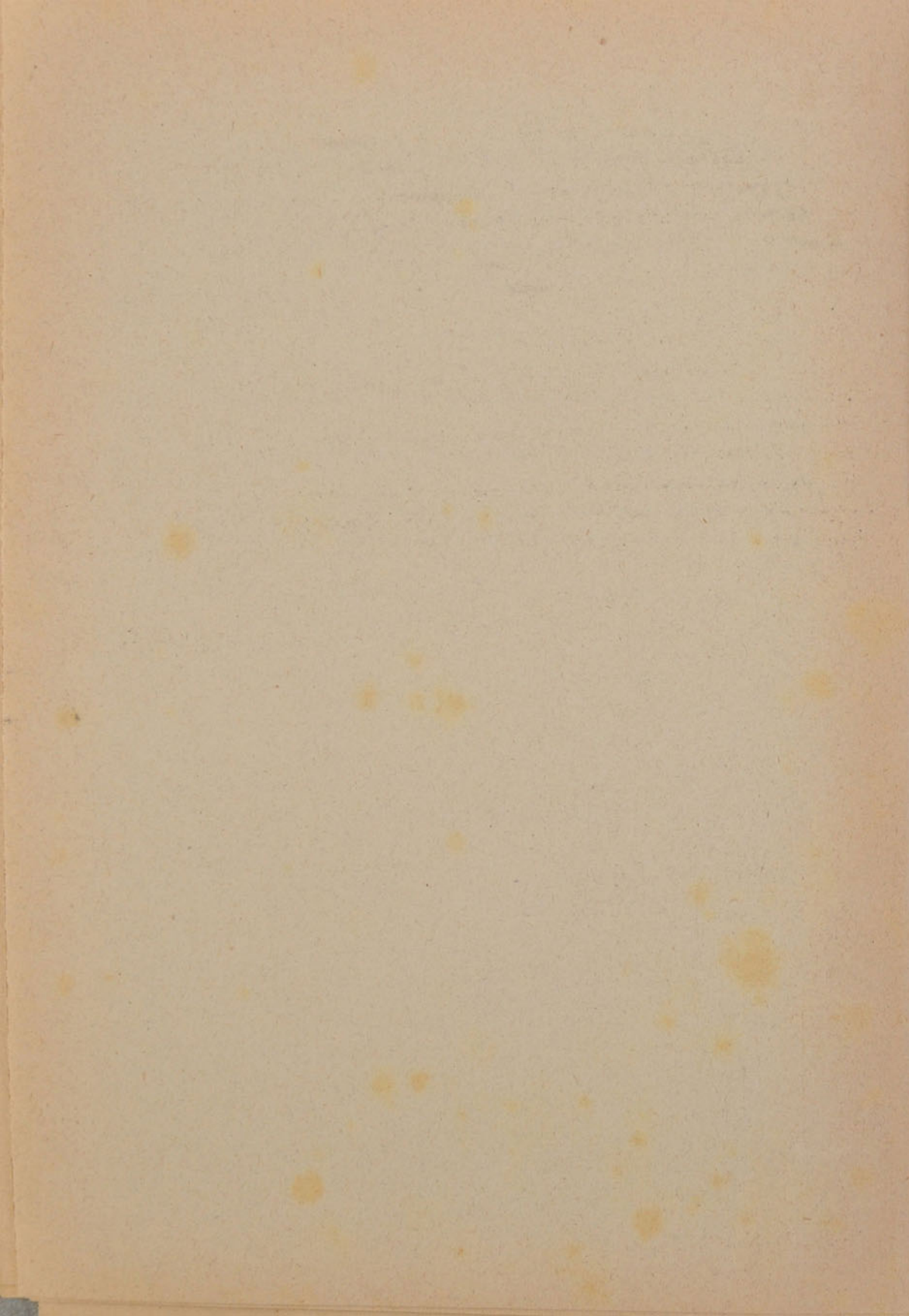
Os escriptorios das **CARTAS POLITICAS** mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

---

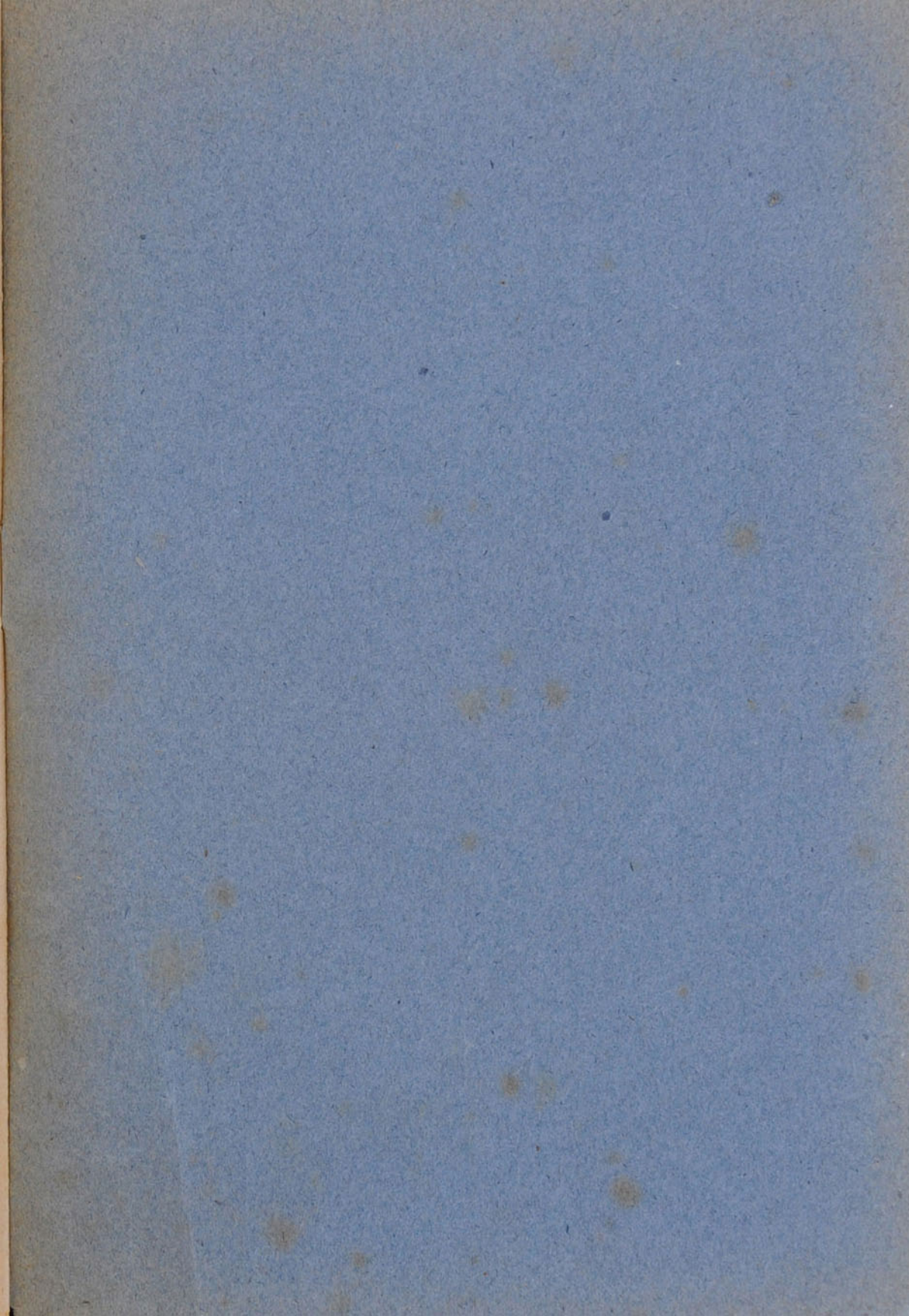
Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.









JOU

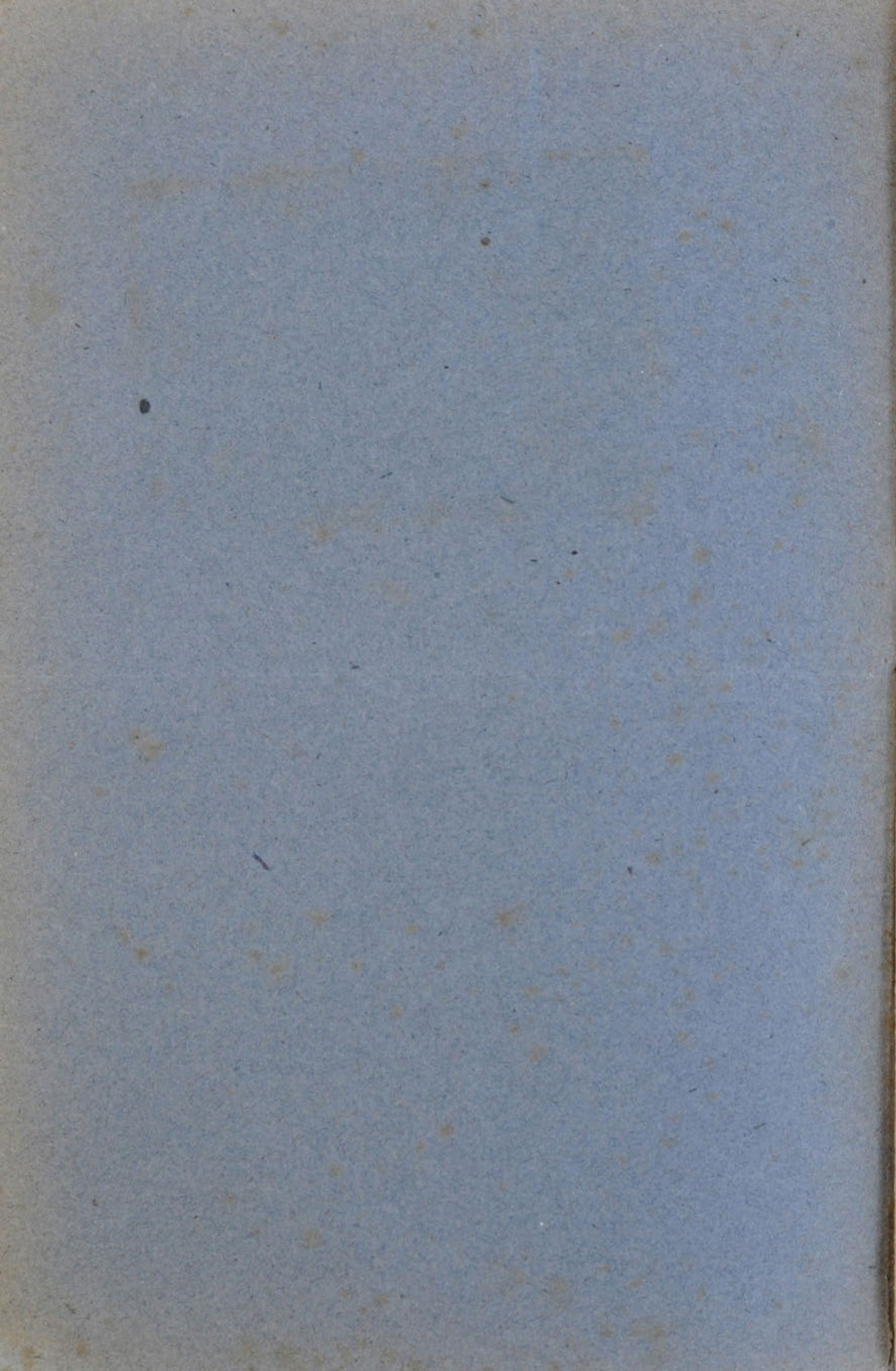


*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 17*





# CARTA

A

UM PROVINCIANO, SOBRE A CRISE

DA SEMANA

E

SOBRE O QUE SE LHE VAE SEGUIR

---

---

*Lisboa, 29 de Março de 1909.*

**D**IZ v. não se entender no meio do cahos da politica portugueza e pede-me a «verdadeira significação dos tumultos na camara», pois se affigura ao seu bom senso, á sua experiencia dos assumptos patrios e ao seu justificado pessimismo que Espregueira e as immoralidades da sua administração não os justificam sufficientemente.

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

Tem v. muitissima razão.

Espegueira, mesmo sobre carregado com os escandalos das suas ultimas operações financeiras, não explica, para quem conhece a politica e os politicos d'este paiz, tanta intransigencia e tanta carteira partida.

Ministros da fazenda como Espegueira tem havido muitos, e emprestimos como o que elle acaba de contrahir foram todos ou quasi todos os que se fizeram n'este paiz, desde que o regimen liberal nos pôz a saque. Não é o economista Anselmo d'Andrade quem affirma ignorar-se o destino de 60 % da totalidade dos emprestimos feitos pelos governos portuguezes desde 1852? Nem todos esses emprestimos foram feitos por Espegueira. Espegueira fez mais um, do qual, como succedeu a todos, só uma parte entrou no thesouro. Na camara dos pares, na dos deputados sentam-se ministros da fazenda que fizeram operações tão equivocas e ruinosas como aquella, e, no entanto, ninguem pede para elles, como se está pedindo para Espegueira, a Penitenciaria.

Tem, portanto, razão. Espegueira não explica tanta celeuma, tanta gritaria, tanto murro.

O que é que o explica?

A politica e os politicos, no fundo a ambição do poder, d'um poder instavel, d'um poder cheio de perigos, d'um poder sem amanhã, mas que os ultimos politicos da monarchia continuam a disputar.

A guerra ao ministerio Campos Henriques foi feita por duas facções — a facção Julio de Vilhena e a facção José d'Alpoim.

Julio de Vilhena odiava n'esse ministerio chamado *da traição* — o traidor, e comprehende-se o seu odio. Ver fugir um discipulo é desagradavel. Assistir ao



triumpho da sua defecção é duro. A esse triumpho estava o Julio de Vilhena assistindo desde janeiro, com a raiva no coração. Derrubar não um governo nocivo aos interesses publicos, mas um inimigo que affrontava a sua auctoridade e a sua influencia, tal foi o seu pensamento. Como um senhor feudal, executou-o com a sua mesnada, á qual outro senhor feudal, o Alpoim, emprestou o concurso da sua.

Por sua vez o Alpoim odiava no ministerio Campos Henriques, quem?—o Espregueira? Qual! A quem elle odiava era ao José Luciano, velho inimigo! Para o Julio de Vilhena, o caso Espregueira era a queda e o lamentavel fim de Campos Henriques—o traidor esmagado sob a obra da sua traição, mas para o Alpoim era a queda do prestigio do José Luciano — *bête noire* da dissidencia progressista.

Que identidade existia, ou existe entre estes dois politicos — Vilhena e Alpoim?

Apparentemente, nenhuma.

O Vilhena presidia ao partido monarchico conservador por excellencia, que era o partido regenerador, com as suas tradições palacianas e anti-reformistas. O Alpoim dizia-se e diz-se chefe de uma facção radical da extrema esquerda da monarchia, a entestar com a republica, tendo por divisa o *senão, não!* que v. muito bem conhece.

\*

O que é que juntou, pois, estes dois grupos politicos, que parecia não poderem nunca entender-se?

O mesmo odio pessoal.

O Espregueira, com as suas manigancias, serviu optimamente os interesses d'este pacto.

V. não acreditou — e fez muito bem — que a guerra ao ministerio Campos Henriques fosse unicamente movida pela rigida moral dos politicos que o tem combatido, offendida pelos escandalos do ministro da fazenda.

Fez tão bem em não o acreditar que os factos lhe vão brevemente dar plenissima razão.

A' hora em que lhe escrevo parece coisa assente que, não dando o rei a dissolução, o ministerio Campos Henriques cairá.

Vae, pois, formar-se outro ministerio.

Qual?

Seja elle qual fôr, v. verá que o caso Espregueira fica liquidado. Os mesmos que reclamam hoje um inquerito á administração d'esse homem, calar-se-hão amanhã, não pedirão mais inquerito, passando a considerar como intoleraveis discolos aquelles que persistem em o reclamar.

Não leu v. que o Espregueira fora accusado na camara, de *burlão*? Não leu que pediram para o seu



caso a applicação do Codigo Penal e a prisão cellular? Não leu que, por occasião dos ultimos tumultos, a opposição embravecida, gritava apontando para as cadeiras ministeriaes — *Fóra ladrão! Fóra gatuno!*

Pois deixe constituir outro ministerio, com gente porventura de opposicionistas, ou com amigos seus, e immediatamente verá cessar no parlamento e na imprensa, o ruido de tão iradas accusações. Cahiú o Campos Henriques? cahiú o José Luciano? Estão satisfeitos os odios? Estão satisfeitas as ambições? *A' la bonne heure!* Restitua-se Espregueira ao socego, á vida domestica, á vida social, á consideração! Espregueira já não é preciso. Se amanhã carecer de uma folha corridã as opposições passam-lh'a. Se morrer, será glorificado e não me admiraria muito que aquelles mesmo que n'este momento pedem para elle a Penitenciaría peçam amanhã — o Pantheon.

A politica e os politicos em Portugal são assim. Em rigor mesmo, a sociedade é um pouco assim. Pois não acabo eu de ler no *Diario de Noticias* que o Burnay foi um benemerito. E porque, senhor! porque foi elle um benemerito?—Porque morreu! Morrer, em Portugal, é bem aquelle acto de um alcance incalculavel de que falla Anatole France. A's vezes o vivo arrasta em vida uma verdadeira corrente de forçado; mas morre e, só por esse facto, toma um vulto tão extraordinario, que não cabe pela porta dos Jeronymos.

O Espregueira não precisa, porem, morrer para se restabelecer senão na consideração publica, na dos seus adversarios politicos; basta, para esse effeito, que deixe o poder, arrastando comsigo o incommodo ministerio.

Aqui tem v. a verdadeira significação dos tumultos na camara. Não foi de uma questão de moralidade politica que se tratou ali: foi de uma questão de influencias pessoaes. Dirimiu-se ali uma questão de mando e de incompatibilidades de mandões. A questão de moralidade politica, essa, fica de pé e sem solução. O Vilhena é um homem cheio de escrupulos; o Alpoim tambem, mas a simples queda do ministerio dá-lhes plena satisfação. Nem pedem mais á moral, nem á justiça. Até nova ordem fecham o Codigo Penal e fecham as portas da Penitenciaria sobre os desgraçados que lá estão, esperando em vão a companhia illustre dos nossos ministros da fazenda.

\*

Vejamos agora o resultado da crise, aberta por este conflicto de interesses pessoaes.

Dentro da actual situação politica portugueza, promover uma crise é crear outra. *Abyssus abyssum invocat*, e é realmente de abysmos que se trata. Cada nova crise politica cava á monarchia um abysmo novo. Principiou com a queda do gabinete Campos Henriques, a grande crise? — Quem sabe?

As condições politicas que asseguravam á monarchia uma existencia normal, cessaram. Essas condi-



ções eram as que provinham do conluio das ambições dos politicos organisados em dois partidos. Eram, n'uma palavra, as que provinham do *rotativismo*. Este, para o paiz, era uma calamidade; mas, para a monarchia, era a vida sem perturbação interna, relativamente robusta para reagir contra a nação e a revolução. Só os regimens populares resistem às divisões dos partidos. Os regimens impopulares, ao contrario, enfraquecem-se e perdem-se com ellas.

Foi o que succedeu á nossa monarchia. Emquanto foi servida e defendida por ambições disciplinadas, foi andando. Desde que sob o pretexto de a servirem melhor, as ambições sahiram para fóra dos partidos, ella entrou em crise.

A' historia da queda final das instituições está assim intimamente ligada a historia das suas scisões partidarias.

Essas scisões escangalharam o machinismo de relojoaria do organismo politico da monarchia.

Em primeiro lugar tornaram impossivel com ella o regimen parlamentar. — A ficção da opinião publica em Portugal estava organizada pelo Estado para votar em *progressistas* e *regeneradores*, e não se comprehendia parlamento portuguez onde estes dois partidos não estivessem nitidamente representados — progressistas no governo; regeneradores na opposição, ou vice-versa. A entrada na scena politica de regeneradores que não eram regeneradores (João Franco) e de progressistas que não eram progressistas (José d'Alpoim) dividiu a tal ponto o parlamento que não ha governo que possa governar com elle, e este é o aspecto mais grave, mais urgente da crise monarchica, crise sem solução, porquanto sem partidos, a monarchia não pode

governar com o parlamento, e sem o parlamento não pode governar mais um dia com o paiz. O parlamento não é grande coisa. O parlamento não offerece garantias. E' uma ficção, é uma burla, mas o paiz lá vae tendo a impressão de que é livre, emquanto elle está aberto — tal é o poder das ficções!

Ora, a tendencia dos partidos monarchicos não é para se aggregarem, mas, como o de todos os corpos em decomposição — para se desaggregarem. O seu ultimo acto de desaggregação foi a scisão Campos Henriques. O partido regenerador desaggregou-se graças a João Franco, primeiro, e áquelle depois; o partido progressista desaggregou-se mercê da scisão Alpoim. Se semelhante situação se prolongasse, o que não pode succeder, a desaggregação d'este ultimo partido, por morté do seu chefe, seria ainda maior. Cada um iria para o seu lado, e se um parlamento é impossivel hoje, amanhã seria hypothese completamente a affastar.

No ponto de vista dos interesses da monarchia e dos mesmos monarchicos, as scisões partidarias foram assim actos infinitamente estupidos, pois nem a serviram a ella, nem elles.

As scisões partidarias augmentaram e tornaram irreparavel o descredito da monarchia.

Accusar só é apenas irritar a justiça. Quem accusa condemna. Os auctores das scisões levantaram um escarcéu enorme de accusações e continuaram collaboreando na obra affrontosa da impunidade.

João Franco declarou *urbi et orbi*, os partidos rotativos réus de todos os crimes, e pediu-lhes votos e pediu-lhes ministros. O Alpoim tambem se declara inimigo dos rotativos e é o alliado do partido regenerador.



O que é que ficou da monarchia do João Franco? Uma monarchia peor, mais desorganizada e mais enlameada. O que ficaria de uma monarchia do Alpoim — se isso fosse possível? Entulho.

E d'elles, o que fica?

Alguns seriam, quem sabe? homens uteis. Ficam inutilizados. O João Franco parecia ser uma utilidade social. Hoje é uma má lembrança. O Alpoim quer governar e já isso o torna suspeito. Se governasse amanhã tornava-se intoleravel.

As scisões partidarias foram actos estupidos, porque lesaram profundamente as instituições, sob o pretexto de as salvarem. Dividiram as suas unicas forças politicas legaes, açularam contra ellas a opinião e não deram, como não podiam dar remedio a nenhum dos seus males.

Fundaram-se, essas divisões, na presumpção de que o paiz não existia, de que o paiz estava morto e os seus destinos se encontravam por isso á mercê de aventureiros. Obra de mentecaptos! Obra de cegos!

O unico gesto logico e nobre de politicos intelligentes, ao verificarem, como os dissidentes dos partidos monarchicos dizem ter feito, a obra dos governos liberaes, seria o de renunciarem para todo o sempre á politica, ou, se lhes sobrasse actividade, se nos seus corações palpitassem ainda legitimas ambições, o de prepararem com novos esforços, um futuro melhor n'um regimen melhor. Mas quê! Portuguezes improgressivos, recuando mesmo quando parecem progredir, ficaram-se na sua monarchia por elles mesmo condemnada, como n'um pégo sem fundo, e o seu destino é afogarem-se n'elle.

\*

Começa hoje a nova crise, creada pelos partidos monarchicos á monarchia.

Repare. O momento é curioso.

Não viu já o quê succedeu na camara, durante os ultimos tumultos? Emquanto a opposição bramia furiosamente quebrando a murros as tampas das carteiras e lançando á face do governo os epithetos mais infamantes, os deputados republicanos, alheios a essa briga entre monarchicos, serenamente, cruzavam os braços.

A questão é entre monarchicos e reduz-se a isto — isto que parece pouco e é enorme: quem deve governar?

Esta carta leva a data d'hontem, mas só hoje, terça-feira, a concluo. Os jornaes da tarde d'hoje dão como certo o pedido de demissão do governo, mas não parecem ainda habilitados a informar sobre o resultado da crise. Acceitará o rei a demissão do governo? Este resultado parece adquirido, o que já faz rejubilar os jornaes que o combatiam. Mas quem virá? Isso os sobresalta, e, como consta, segundo se diz, que se pretende sophismar a situação reconduzindo o Campos Henriques, com outros homens, o alarme é grande. As *Novidades*, inquietas, já fallam em comedia.



O que se pretende, em resumo, é a queda total do gabinete.

Como substituí-lo?

Eis a questão.

Trata-se de constituir um governo que possa ir á camara, isto é, que possa contar com o apoio da maioria dos elementos heterogeneos que compoem a camara actual e que são — os progressistas - José Luciano, os dissidentes-progressistas, os regeneradores - Julio de Vilhena, os regeneradores - Campos Henriques, finalmente os amarallistas, sem fallar nos nacionalistas e nos independentes.

E' possível constituir este governo?

E' difficil.

Siga v., se póde, estes horriveis raciocinios. Trata-se d'aquillo a que durante muito tempo nós portuguezes chamámos — a Politica.

Um novo governo Campos Henriques não acalma os odios e as irritações dos henriquistas e alpoínistas. São as mesmas incompatibilidades, são, a breve trecho, as mesmas carteiras partidas, é o mesmo conflicto, porque, como já vimos, não se trata de remover o ministro da fazenda, mas de deitar abaixo o ministerio, inutilizando o ephemero poder do homem que indevidamente se collocou á sua frente e dando um golpe na auctoridade do velho politico que não larga de mão as redeas da politica official.

Mas, tal como está constituida, a camara garante uma maioria, embora pequena, a Campos Henriques, de forma que qualquer governo que venha a constituir-se tem de contar com ella e — com elle, ambos de muito mau humor, se o ministerio actual definitivamente cahir.

Como constituir um governo, sem elementos da maioria, que obtenha os suffragios da maioria?

Um governo Julio de Vilhena é inviavel. Seria battido em todas as sessões da camara pelo voto da maioria de Campos Henriques, e igualmente é inviavel um governo em que entrem amigos de Julio de Vilhena, pois estes dois homens, Vilhena e Campos Henriques, passaram a constituir, com os seus respectivos amigos, duas hostes inconciliaveis. Vilhena não perdoa aos regeneradores de Campos Henriques a sua defecção; Campos Henriques não perdoa aos regeneradores de Vilhena o seu abandono.

As *Novidades* d'esta tarde fallam na hypothese d'um ministerio presidido por um homem publico, affastado da politica activa e «*sem ligação de especie alguma com os diversos agrupamentos politicos*». Seria um regresso ao *amarallismo* e ninguem o quer; mas admittindo o advento d'esse homem publico affastado da politica activa, onde ir buscar os outros? Fóra dos partidos? E que apoio dariam estes a semelhante ministerio? Dentro dos partidos? Mas a situação é tão melindrosa, que todo o partido que estiver representado no poder descontenta e irrita o que estiver na opposição. Por outro lado, os politicos da opposição, que, n'este momento, são o Vilhena, o Alpoim, o Teixeira de Sousa não deitam um ministerio abaixo para o substituir por um outro extranho aos seus interesses. Isso seria, como se diz na gyria liberal—*não colher os fructos da victoria*. O fructo da victoria é — o poder. Imagine que o rei não os chama ao poder. E' a desconsolação sem limites e é a ira surda, prompta a



explodir, dos descontentamentos associados d'aquelles tres politicos.

Assim, a situação politica resume-se n'estas palavras : com o parlamento actual não ha governo possível, e, por outro lado, não é possível dissolver o parlamento. Aqui tem v. a monarchia, encalhada. . .

\*

Situação terrivel?

Sem duvida.

A monarchia devora-se a si mesma.

Quer ver já um aspecto d'esse caso de autophagia?

Um jornal da tarde, *O Liberal*, orgão do ministro da marinha do ministerio Campos Henriques, recorda o lance do general Pavia, appella para o exercito e reclama a sua intervenção para metter o parlamento na ordem.

E' insensato?

E' insensato, mas é assim.

Leia. E' d'esta tarde :

*«Ao exercito cumpre entrar em scena, para metter na ordem os discolos e os perturbadores da*

*tranquillidade nacional. Soldados e marinheiros tem de marchar dentro em pouco, a occupar o seu posto, ao som do clarim da patria, soando estri-dentemente, em alto clangor de afflicção. Officiaes de terra e de mar, de espada nua, resolutos e decididos, teem de dizer — Basta! aos que ahi andam embaraçando a vida da nação, não sabemos se para satisfazer ambições sem medida, se para pôr em pratica criminosos planos de traição e de saque. Eis o que muitos pensam e dizem. Só o exercito pode restabelecer a ordem e manter a tranquillidade de que tanto carecemos? Talvez! E' doloroso dizel-o, mas é a verdade, e nós não nos habituamos a illudil-a, ou a occultal-a. Desde que, nem no parlamento, d'onde devia baixar o exemplo da cordura e da correccção, ha o socego e a compostura que deviam ser para todos exemplo e lição; desde que, nem na mais alta assembléa do paiz se respeitam as conveniencias e se observam as leis da decencia e da ordem, é porque vae em começo a derrocada tremenda e cumpre que a catastrophe terrivel não nos subverta e sepulte a todos. Chegou ao exercito a hora de intervir? Intervenha então a tempo, ou, dentro em breve, estará tudo perdido.»*

Note: é o orgão de um ministro e ministro da marinha que incita os officiaes de terra e de *mar*, a, de espada nua, «metterem na ordem» o parlamento.

E' a anarchia, dirá v.

E'.

E' uma situação sem precedentes na historia de povo algum — d'um lado, o Estado a cair aos peda-



ços, a desabar com fragores de derrocada; do outro, a sociedade assistindo de braços cruzados, a este estranho espectáculo.

E' incrível.

No entanto, não se equivoque. A revolução está imminente. Não se frustra um facto que está na propria natureza das coisas e em Portugal, tudo, mesmo a anarchia do poder, clama revolução. Esse mesmo órgão conservador, pedindo o golpe de Pavia e a intervenção da força armada, é já a revolução. As revoluções começam sempre por um pouco de desordem — anarchia nos factos, anarchia nas ruas. O appello do *Liberal* ao exercito e á armada é o principio d'essa desordem.

A revolução, escripta nos factos, está — repito — imminente, e sabe o que eu temo? Não é que ella não venha, mas que nos traga — os monarchicos.

A isso estamos arriscados, meu amigo!

Já pensou na hypothese de uma republica de rotativos?

Isso pode vir. A historia tem d'essas surpresas e os revolucionarios d'essas decepções. Não ha nada que surprehenda mais os revolucionarios do que o dia seguinte das revoluções. Ainda escorrendo o suor heroico da façanha, ainda com as mãos ennegrecidas pela polvora dos ultimos combates, elles consideram a sociedade e veem tudo, como na vespera, no seu logar; elles consideram o poder e não poucas vezes encontram ali não os seus irmãos, não os seus amigos, mas — os seus adversarios. E' que, se é o povo que faz as revoluções são muitas vezes os seus inimigos que se aproveitam d'ellas.

Os politicos monarchicos portuguezes tem na sua frente dois caminhos e não tem outros — um que os

conduz ao abysmo em que vão inevitavelmente precipitar-se as instituições, outro que os conduz á inevitavel Republica. São duas fatalidades pesando sobre o seu destino.

E' licito acreditar que o pensamento d'esses homens, tão pouco heroicos, seja o de se suicidarem com as instituições? Só morrem com os principios os paladinos e La Rochejaquelein não é chefe de partido em Portugal. Os principios hão de morrer, mas elles procurarão salvar-se seja como fôr, mesmo fazendo não já com o ceu, mas com o inferno, os accordos de Tartuffo — grande perigo, grave perigo para conjurar o qual nos devemos preparar todos, como no côro do *Fausto*, não só com as pontas, mas com as cruzes das nossas espadas.



---

**Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104-1.<sup>o</sup>, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.**

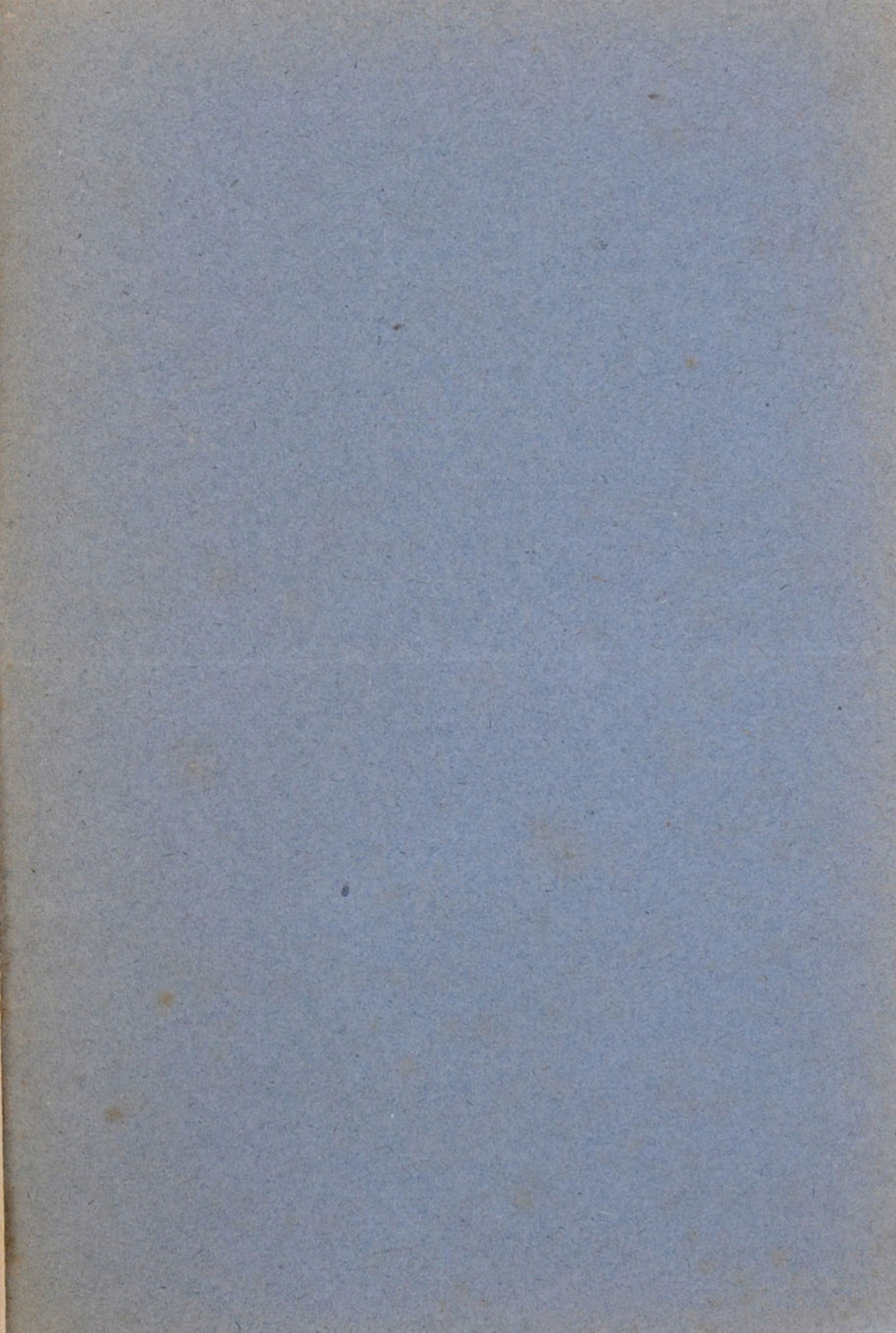
---

**Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.**

**Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.**

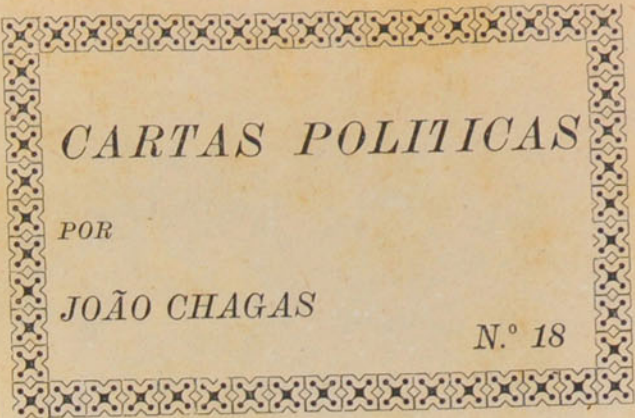
**Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.**





10





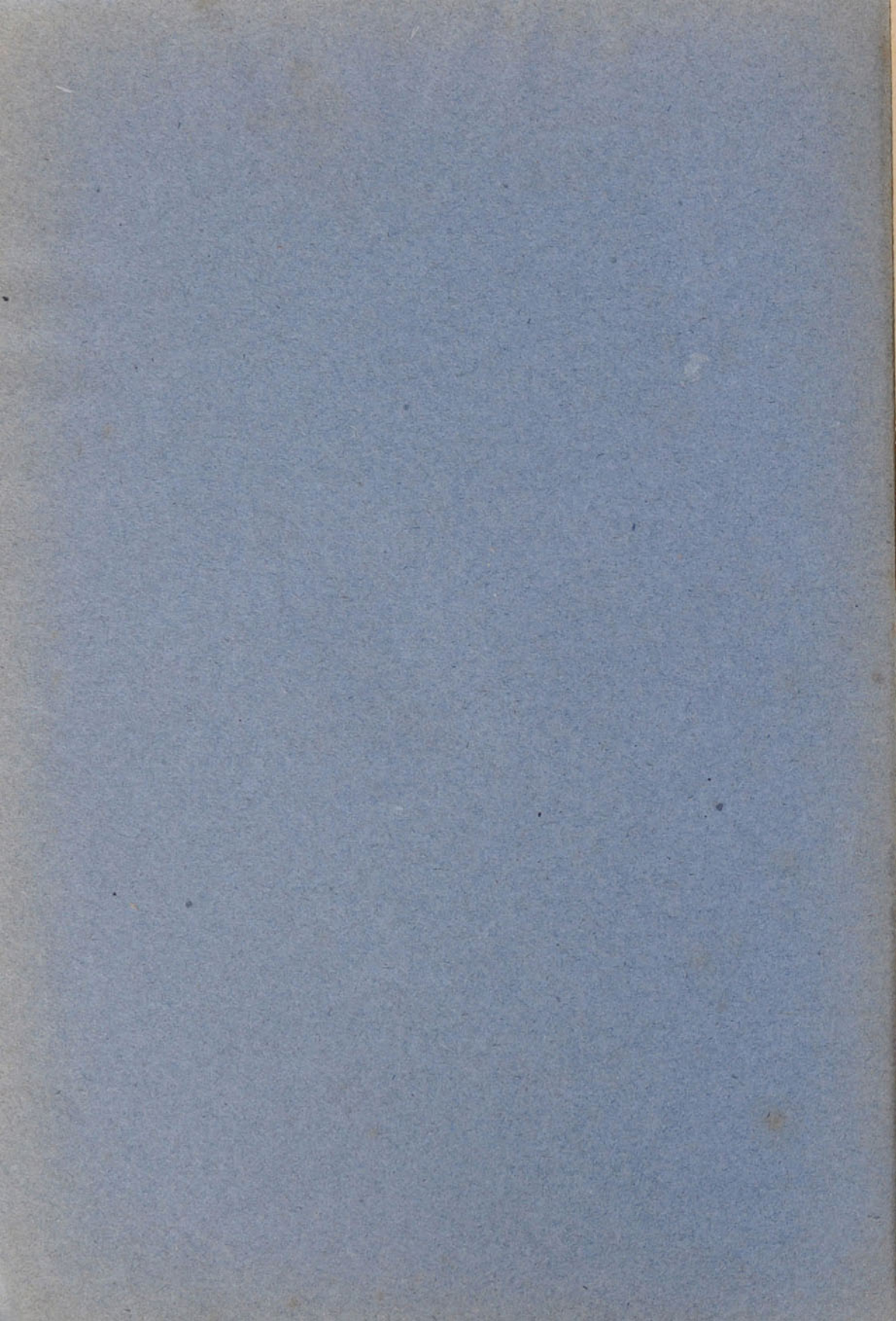
*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

N.º 18







# CARTA

A

UM TENENTE DE INFANTERIA

SOBRE

OS DEVERES

DO EXERCITO PARA COM A NAÇÃO

---

---

*Lisboa, 5 de Abril de 1909.*

• Chegou ao exercito a hora de intervir? Intervenha então a tempo, ou, dentro em breve, estará tudo perdido.

*O Liberal* — *Orgão do ministro da marinha sr. Antonio Cabral* — 29 de Março de 1909.

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

**Q**UANDO OS órgãos officiosos dos governos se dirigem n'estes termos ao exercito, não é de extranhar que nós, que não temos as responsabilidades do poder executivo, entabolemos conversa com a tropa.

E' por isso que, affoutamente, me dirijo a si, meu bravo tenente, desenvolvendo n'esta carta as considerações que ha dias resumi no vão da janella em que, mais de uma vez, nos encontramos a trocar impressões sobre os casos da patria e os nossos deveres de patriotas.

Era minha idéa, como sabe e v. mesmo m'ó aconselhou, endereçar esta carta ao exercito e já ágora á armada, visto o ministro da marinha nos dar o exemplo das proclamações não só ás tropas de terra como ás de mar.

Reflecti, porem, que, para me dirigir a essas corporações, me faltava a auctoridade revolucionaria do poder executivo e conteve-me, alem d'isso, o pensamento de que me tornava até certo ponto ridiculo fallando a tanto figurão empenachado com o meu chapéu de coco na cabeça, como um triste paisano que sou. Ah! se eu tivesse simplesmente um cavallo!

Depois — deixe-me dizer-lhe — sinto que me falta a eloquencia militar, se é que alguém a possui no nosso tempo do anti-militarismo, e se eu não sou um discipulo activo do anti-militarista Gustavo Hervé, tambem não me deixo inflamar pela gloria das armas. Sempre que computo os encargos dos exercitos permanentes e verifico que elles representam uma parte



consideravel da miseria dos homens, sinto diminuir em mim o meu gosto por essas organizações sociaes que, na minha puericia, meus paes me ensinaram a amar fazendo-me brincar com soldados de chumbo.

Por outro lado finalmente, não vejo que seja necessario fazer evangelismo patriotico junto do exercito, como foi preciso fazel-o junto do povo.

O que entendemos nós por exercito?

Aquillo a que chamamos exercito, em Portugal, não são os soldados: são os chefes. O soldado é um producto da incultura publica. E' o povo, e o povo mais ignorante e servo que é o povo agricola. Os chefes, ao contrario, são, ou presume-se que devem ser homens cultos. Todos, ou quasi todos elles passaram pelas escolas primarias e superiores; muitos d'elles exercitaram a sua intelligencia em cursos scientificos. N'uma sociedade geralmente inculta, devem, em rigor, constituir uma *élite*.

\*

Que iria eu dizer a esse *élite*?

A verdade?

Mas porventura a desconhece ella?

Diz v. que o exercito vive sequestrado da sociedade, sem contacto com o mundo civil, entre òs muros

das casernas e sob a dura vigilancia da Disciplina, que lhe espreita todos os movimentos, mesmo os da alma. O exercito seria assim uma ordem monastica. Os seus camaradas seriam — monges.

Parece-me exaggerado.

O exercito não pôde ser impermeavel e, por outro lado, a crise nacional atravessou mesmo as mais espessas camadas da sociedade portugueza.

O exercito não lê jornaes?

Diz v. que lê algumas vezes o *Portugal*, surrateiramente mettido, todos os dias, debaixo da porta dos quartéis.

E' o que basta.

Admittindo que não lê senão o *Portugal*, isso lhe basta para não ignorar. O *Portugal* reflecte um estado não já de conflicto social, mas de guerra civil e eu não creio que a sua leitura converta. O *Portugal* não faz mais reaccionarios do que os que já havia n'este abençoado paiz de frades. O que faz é animar os que havia.

Pensa v. que esse seu camarada de quem me fallou e de quem tão expressivamente diz que «saboreia o *Portugal*», — pensa v. que é uma alma conquistada pelo bem conhecido pae do pequeno Albino?

Qual!

Essa alma já lhe pertencia de ha muito.

Depois, deixe-me dizer-lhe: lêr o *Portugal*, saborear mesmo o *Portugal* não define. Aqui estou eu que o leio, que até certo ponto mesmo o saboreio, como a um d'esses muitos «phenomenos picarescos de decomposição social» de que fallava Eça de Queiroz e que são os nossos jornaes. Quem sabe! E' possivel



que o *Portugal* encontre nos quarteis ámadores como eu.

N'estes termos, que poderia eu dizer ao exercito que elle não saiba?

Por ultimo emfim, dirigir-me ao exercito, appellar para o exercito dava-me a impressão de lhe estar a pedir a esmola da sua solidariedade para uma obra que, afinal, tanto o interessa a elle como a mim, ou talvez mais a elle do que a mim, porque se trata em summa, da patria, e entre nós dois quem tem mais deveres para com ella, não sou eu, mas elle. Elle tem armas para a salvar, ou, pelo menos, para não a perder, e eu não as tenho.

O exercito, diz v., tem a sua psychologia.

Justamente. O exercito tem a sua psychologia! E' a da Força, e profundamente me vexaria supplicar a Força em nome do Direito.

\*

Não me dirijo ao exercito, mas dirijo-me a v. e com v. não ha então receio que me detenha. Fallo comsigo como fallaria com um irmão, se tivesse um irmão na carreira das armas. Não sollicito a sua solidariedade: tenho-a.

Ainda me recordo do que lhe ouvi dizer n'esse ou-



tomno de 1907, em que as nossas paixões patrióticas exacerbadas, nos approximaram. Como eu lhe perguntasse se o fim da dictadura daria satisfação ás suas aspirações democraticas, v. gravemente respondeu-me:

—Não! Nós não somos republicanos porque a monarchia opprime e porque a monarchia rouba. Somos republicanos por educação. Quando fomos para a fileira já levavamos connosco essas idéas. Não somos soldados sediciosos, ou indisciplinados. Somos -- a Sociedade.

Posso, portanto, expôr-lhe com toda a confiança a minha opinião pessoal sobre a situação do exercito a que v. pertence, perante a nação, á qual pertencemos todos.

Essa situação é especialmente melindrosa.

A sociedade portugueza pronunciou-se toda ella sobre a questão politica. Não emittiram a seu respeito uma opinião tão sómente aquelles cuja mentalidade não dá contribuição alguma para a apreciação do espirito publico. Houve um tempo em que os portuguezes não tinham politica. Hoje todos a tem. As mais obscuras, as mais humildes unidades sociaes tem politica. Tem politica as mulheres, tem politica as creanças. O conflicto politico interessou toda a gente e como as ficções acabaram e a questão que está posta é a da forma de governo, todos a esta hora se pronunciaram já, — contra elle, ou a seu favor.

Qual é a classe social que ainda a este respeito não emittiu uma opinião?

O exercito.

Mas o exercito, clama v., não póde ter opiniões politicas!

Tanto peor, porque chegou o momento de as ter.



A neutralidade do exercito é um facto indispensavel perante os conflictos dos partidos. Perante um conflicto d'esta ordem, não faz sentido.

O exercito não pode ser neutral perante a nação, como não pode ser neutral perante o poder constituido. Quando, como agora, se levanta um conflicto entre poder constituido e nação, é forçoso que elle se pronuncie e se ainda o não fez, hade fazel-o e breve, porque assim o reclamam imperativamente as circumstancias.

Que nos vae dizer o exercito?

Não sei!

V. mesmo, que faz parte d'elle, não o sabe; mas um facto está averiguado, que é este: se o exercito não acompanhar a nação, não tem para onde ir. Fica sem destino na sociedade, fica sem destino na historia, porque não se comprehende que elle exista só para que exista o José Luciano e o Espregueira. A concepção de um exercito rotativo é vazia de significação social; a concepção de um exercito reaccionario e carola, muito menos. A Igreja já não tem tropa ao seu serviço.

\*

Entretanto, as circumstancias que hão de obrigar-o a pronunciar-se, são cada vez mais imperiosas.

Repare: não é a nação que o convida com a sua agitação, ou os seus appellos, a pronunciar-se. São as circumstancias.

Ha dez dias que estamos sem governo e não é a primeira vez que isto succede. Já temos estado sem governo vinte dias e mais. Não é uma crise ministerial: é uma crise constitucional.

A monarchia não tem partidos. Está reduzida a facções. As facções não se entendem. Com todas ellas não é possível reunir um ministerio e cada uma separadamente declarou guerra á outra. Um velho hemiplegico, que já ha quarenta annos era ministro e que é a actualidade mais viçosa da politica portugueza, — ó patria!—decide da situação. O rei é elle, porque o reino está sem rei. D. Manuel não é mesmo uma creança: é uma sombra.

Um reino governado por uma creança é, na realidade, governado por si mesmo, como o foi a Hollanda, durante a menoridade da rainha Guilhermina. A creança é um symbolo. Aqui, o symbolo da realeza cahiu. A nação já não o reconhece e os mesmos politicos não o reconhecem senão para o manejar ao sabor dos seus



vis interesses. O rei é alternativamente lisongeadado e ameaçado, conforme promette o poder a um, ou a outro.

Ante-hontem, como constasse que o poder iria parar novamente ás mãos de Campos Henriques, por instigações do José Luciano, o *bloco* enfureceu-se e poz logo no *Dia* a questão da responsabilidade do rei:

«Desde que a Carta considera um principe aos dezoito annos, apto para exercer a suprema magistratura, a idade nada influe, nem attenua na responsabilidade moral ou na responsabilidade historica. Ambas são integras. Dezoito annos tinha o grande principe que se chamou Pedro V, ao subir ao throno; apenas 24 contava esse rei excepcional, quando desceu ao tumulo. E o luminoso rasto que o seu alto espirito deixou na Historia ainda hoje brilha com fulgor intenso!»

Mas no dia seguinte, domingo, o rei chamou todos ao palacio, a hypothese de um ministerio sahido da rua dos Navegantes pareceu affastar-se, e o *bloco*, logo, no *Dia*:

«Quem reina? perguntavamos nós ante-hontem aqui. A chamada dos chefes politicos ao Paço, hontem, equivalendo á resposta, veio dizer-nos que se o poder moderador estivera de visita nos Navegantes, não se dera bem com aquelles ares e já regressára ao palacio das Necessidades, onde quer continuar residindo. Decerto El-Rei não representaria uma comedia impropria da sua pessoa e da sua alta magistratura, a que o supponmos inteiramente in-



*capaz de sugeitar-se, consultando aquelles eminentes homens publicos, com o proposito reservado de fazer só o que o sr. José Luciano quizesse.»*

A' tarde, porém, e a despeito d'estas consultas de «eminentes homens publicos» corre o boato de que se planeia um ministerio progressista. A furia do bloco não conhece limites e rei e instituições são envolvidos nas mesmas ameaças:

*«Um ministerio retintamente progressista consideramol-o uma insolita provocação. Mas o repto será acceto. Se á paz preferem a guerra tel-a-hão. Guerra em todos os campos e soffrer-lhe-ha as consequencias quem para ella nos tiver levado. Isto é claro e muito terminante para que nos ouça quem deva ouvir-nos (sic). Não fazemos ameaças, improprias de nós. Com toda a lealdade definimos situações para que duvidas não haja n'estas horas de crise, que podem ter uma grande influencia na politica do paiz e nos destinos da monarchia. Ficaremos bem entendidos?»*

Semilhante situação deve forçosamente resolver-se por uma desordem entre monarchicos — desordem de taberna, desordem de tasca em que haverá tudo, até facadas.

Quando?

Amanhã.

Já não ha governo possivel. A monarchia não está dividida. Está — *emiettée*. Pulverisa-se. Não é já uma construcção, nem de construcção tem a apparencia. E' caliça.



Seja qual fôr o governo que se constituir descontentará, irritará, enfurecerá os que ficarem de fóra.

Um governo José Luciano é uma briga. Um governo Vilhena é outra. O *blóco* não consente que José Luciano governe. José Luciano não consente que governe o *blóco*. Venha um governo que não seja nem do José Luciano, nem do *blóco*! — Impossivel. E' indispensavel que no governo que vier, seja elle qual fôr, predomine uma d'estas duas influencias, — a do José Luciano, ou a do *blóco*.

O José Luciano é um velho autoritario, senhor de roça, mandão e obedecido, mas o *blóco* é uma associação de interesses ferozes servidos por colmilhos terriveis.

— Considera-se, no momento em que lhe estou escrevendo, a situação das instituições e não se vê que haja maneira d'ellas sahirem da sua crise. Por vezes temos a impressão de que, de todo em todo, ellas não conseguem reunir entre os seus politicos sete homens que todos acceitem, e que vão dar este espectaculo espantoso ao paiz e ao mundo — de um regimen politico que, n'um dado momento da sua historia, se declara impotente para governar.

Pensa que isso não vae succeder?

Vae succeder e breve. Já mesmo está succedendo.

A monarchia já se declarou impotente para governar. Os seus inuteis esforços d'estes ultimos, desgraçados dias, são essa impotencia.

\*

Mas prosigamos.

O outro dia, como vimos, o jornal do ministro da marinha appellava para o exercito e para a armada (não esqueçamos que tambem appellava para a armada) convidando-os a metterem na ordem o parlamento — especie de 18 Brumario rotativo, ó manes de Bonaparte!

O exercito ha de intervir, não o duvido. Ha de intervir, como uma patrulha intervem n'uma desordem.

Não são os republicanos, não é o Portugal revolucionario que o chama para o campo da revolta. — São as circumstancias tumultuarias das instituições, é a sua dissolução, é a sua anarchia.

Sómente—não cessarei de lh'o dizer—se estamos dando ao mundo o espectaculo vergonhoso d'esta monarchia sem poder; no meio de uma sociedade, na apparencia tão impotente como ella, isso se deve ao exercito. Sim, meu amigo, ao exercito!

A impotencia da nação é festa da omnipotencia do exercito. Ella é activa. Quem a mantem inactiva é elle, com o mysterio da sua personalidade, com a permanente ameaça da sua força; e factos como a absolvição, pelo primeiro conselho de guerra da segunda divisão militar, do responsavel do morticinio que, faz



hoje um anno, se deu no Largo de S. Domingos, d'esta cidade, não constituem ameaças só: são verdadeiras advertencias ao povo para que se mantenha no stricto limite da ordem, isto é da servidão imposta pelas razões brutaes da força.

O povo teme o exercito, o que não deve envaidecer o exercito, porque elle é a força armada até aos dentes e o povo é apenas o Direito, eternamente desarmado. Teme-o e é esse temor que o mantem coacto.

Eu não sei de facto mais commovente do que esse que tantas vezes tenho presenciado nas ruas de Lisboa, á passagem de um regimento, e que v. mesmo terá presenciado, quando sahe com o seu.

O regimento passa e é como se passasse uma claridade. Todos os olhos brilham, todos os rostos se animam. E' a patria que passa, não a patria que ha de bater-se com o estrangeiro — pobre pequena patria sem inimigos externos, ou muito fraca para os combater! — mas a patria armada que um dia talvez se baterá contra os inimigos internos — os oppressores, os expoliadores, os saqueadores — e triumphará d'elles.

Viva o exercito! viva o exercito!

Estes gritos tem uma vibração que não é, porém, a do enthusiasmo. Não são exclamações de amor patrio, envaidecido pelo spectaculo da nação armada. São como que appellos. como que supplicas da multidão á força. *Viva o exercito!* isto é, protegei-nos! defendei-nos! sejae connosço! não dispareis as vossas espingardas contra os nossos peitos! não nos massacreis na hora suprema das nossas luctas! olhae que somos irmãos!

O regimento passa e é um enyigma que passa.

O que vae ali? A redempção? A morte?  
O povo não o sabe.

\*

Aqui tem v. A acção do exercito é terrivel. E' uma acção depressiva. Na realidade, é impeditiva. O exercito é hoje o unico obstaculo ao progresso politico da nação. Quem lhe obstrue as portas do futuro é elle. Nada do que existe seria possivel sem elle.

Attribue-se ao Espregueira o ultimo emprestimo.  
E' falso. Quem o fez foi elle.

Agora mesmo Lourenço Marques está passando para as mãos dos inglezes e já os jornaes da opposição imputam a autoria d'essa nova calamidade ao ultimo governo.

E' falso. A responsabilidade é d'elle.

De resto, tudo o que, d'ora avante, fôr succedendo de mau n'este paiz é da sua responsabilidade, pois elle e só elle é o depositario das energias nacionaes.

O destino de Portugal não está nos mares, como diz a *Liga Naval*: está na bocca das espingardas dos seus soldados e marinheiros.





**Escriptorios das CARTAS POLITICAS — rua do  
Arco do Bandeira, 104, 1.º, — LISBOA.**

---

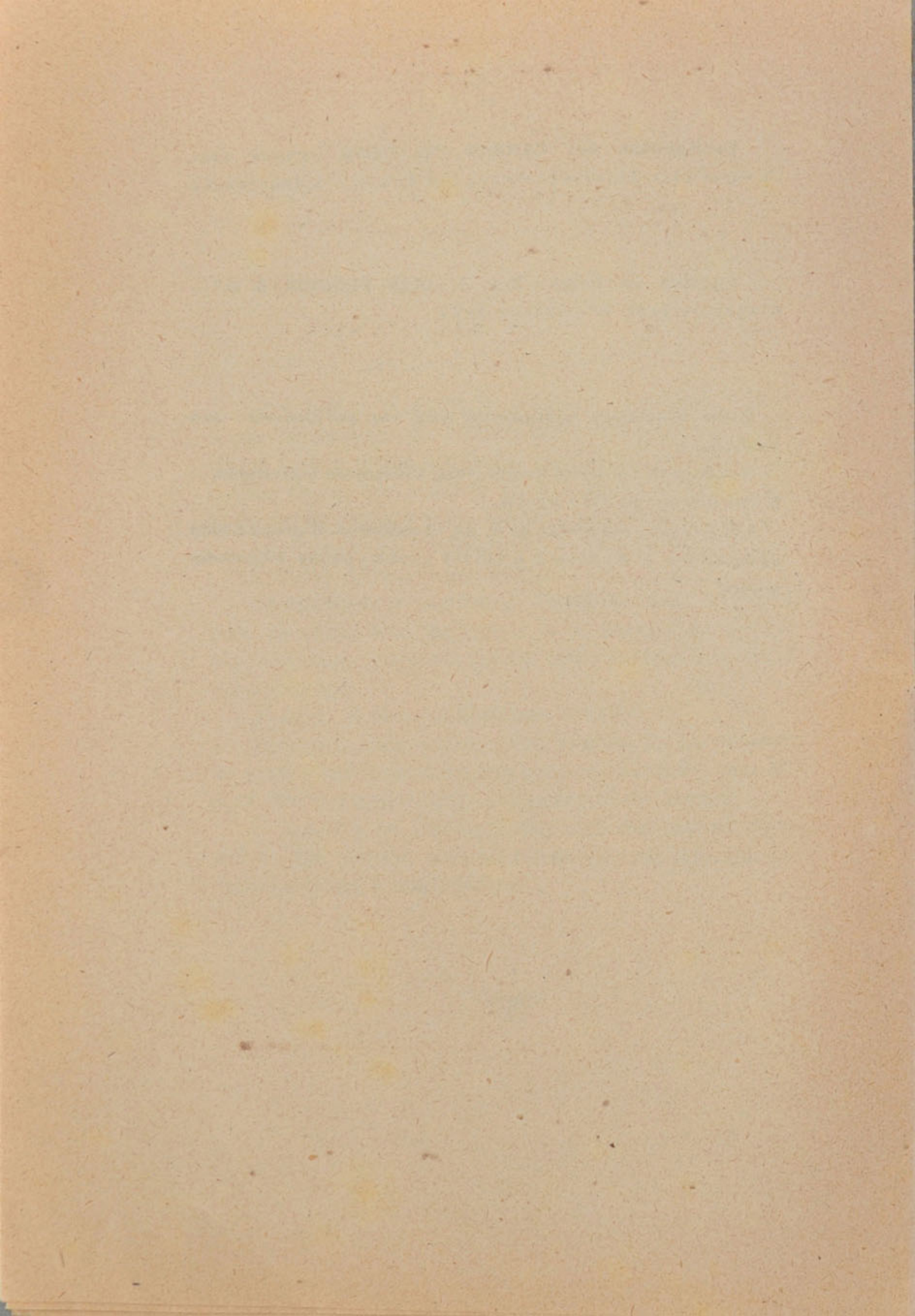
**Agentes no Porto — Srs. A. DIAS PEREIRA & C.<sup>ª</sup> —  
Cancellia Velha, 57.**

---

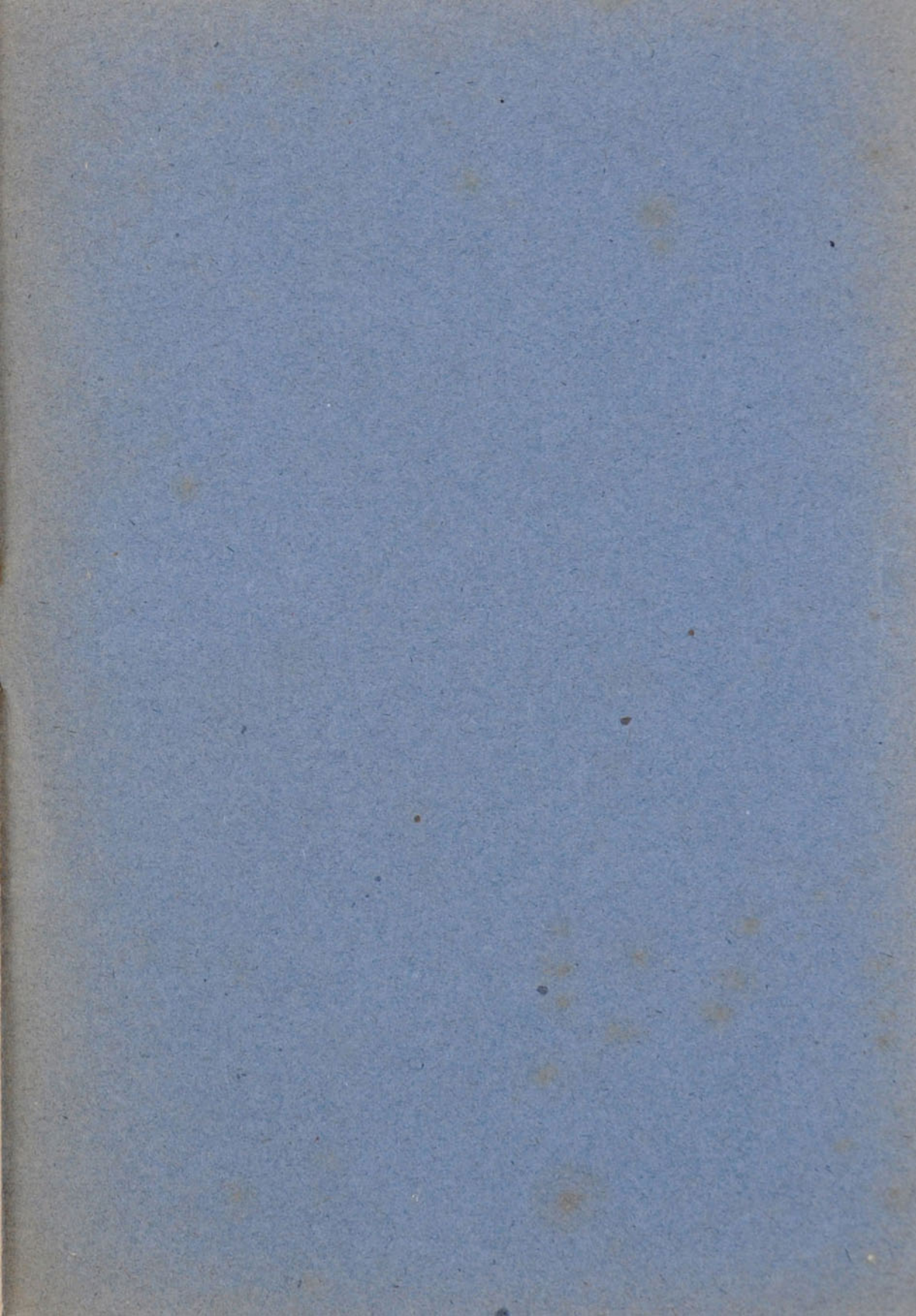
**Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos  
sabbados.**

**Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. —  
O seu preço é de 50 reis.**

**Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta  
assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantada-  
mente.**









10



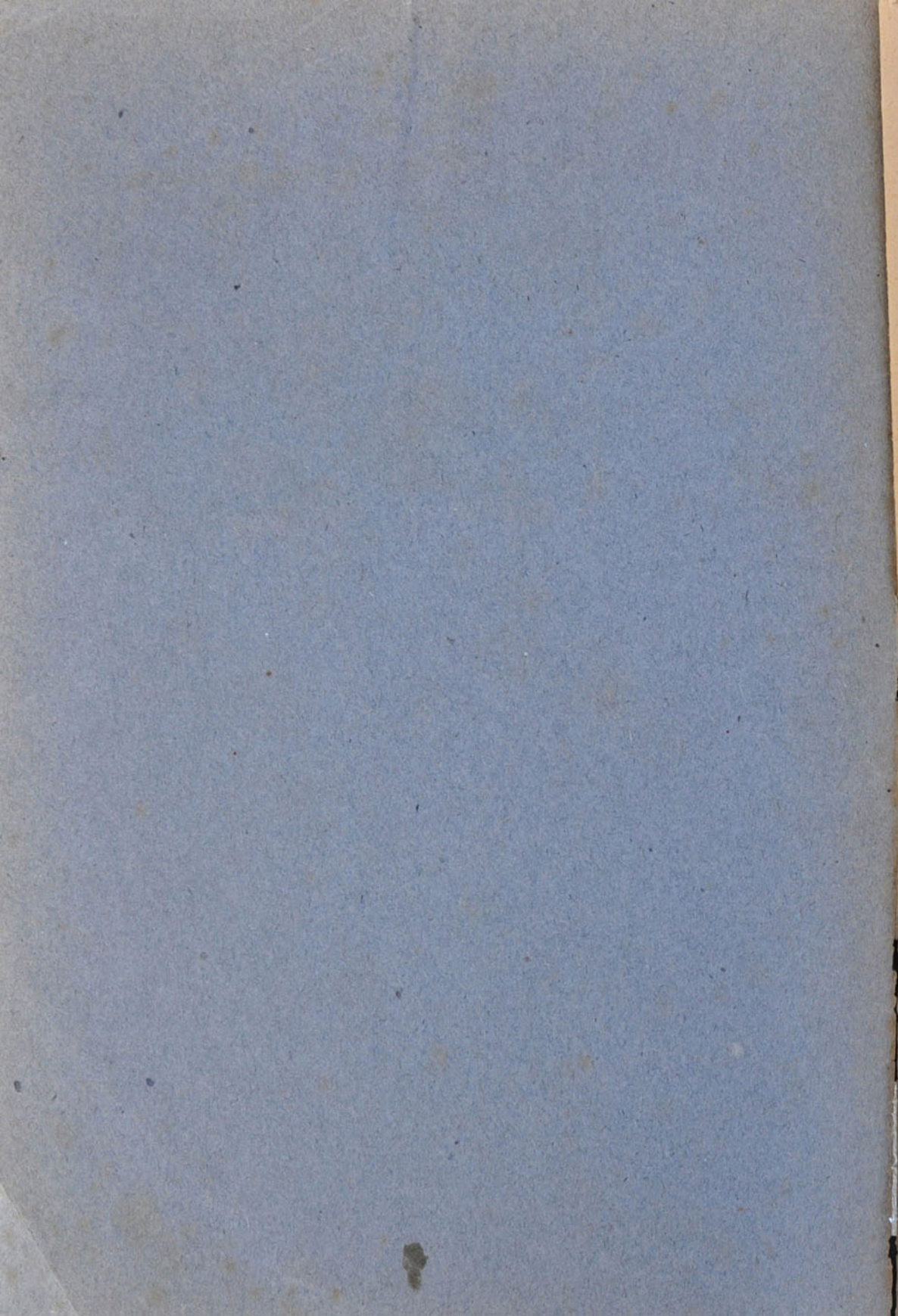
*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 19*







# CARTA

AO

CONGRESSO DE SETUBAL, AO REUNIR-SE

PARA ELEGER

O ULTIMO DIRECTORIO

DO

PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUEZ

---

---

*Lisboa, 12 de Abril de 1909.*

**O** QUE é o partido republicano?  
Maioria?  
Sim, maioria; mas maioria sem apparatus social. E' a maioria das revoluções.  
As classes médias estão no partido republicano?  
Ostensivamente, não.  
As classes médias acompanham-n'o com interesse

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

e com sympathia, dão-lhe mesmo uma solidariedade secreta, votam algumas vezes com elle, leem os seus jornaes com curiosidade, mas não vão mais longe. Ellas são constituídas d'aquella cathegoria social de individuos que se dizem republicanos «no fundo», mas não tomam compromissos, porque tem interesses a salvar, ou são muito fracos para terem mesmo uma opinião. E' o medico que receia perder os seus doentes, é o advogado que receia perder os seus clientes, é o funcionario que receia perder o seu lugar, é o artista que receia perder os seus amigos e protectores, são todos os escravos do egoismo, da necessidade e da commodidade.

No partido republicano estão representadas todas as classes, mas as unicas classes que lá estão em peso são as classes populares.

Aos homens do partido republicano incumbe guiar essa multidão enorme — e estão sós.

Sós!

Quem os secunda?

Repare-se; o numero dos republicanos é cada vez maior; o numero dos seus dirigentes é sempre o mesmo: — meia duzia d'homens á frente de um milhão.

Os compromissos da hora presente são terriveis. Ninguem os quer assumir; mas, por isso mesmo, as responsabilidades dos que os tomaram são tremendas.

Esses — repito — estão sós. Representação consideravel de vontades!

Qual é o seu mandato?

E' o de fazer entrar pela primeira vez na scena politica da nação, esta soberania nova — o Povo — o povo que depois de ter sido escarnecido, é odiado, o povo de quem a velha sociedade zombou e a quem



hoje persegue, o povo sem papel social até aqui e a quem os seus velhos senhores não reconhecem o direito de o representar, o povo ignorante, o povo miseravel, o povo maltrapilho, marcado por todos os stygmas da servidão.

Fazer vingar a causa de um partido de burguezes é facil. A burguezia corrompe-se, renega o seu passado e a sua tradição, limpa-se da crosta original da sua origem, enfeita-se com brazões, pede aos nobres que lhes acceite as filhas. E' um simulacro de nobreza, e a nobreza pactua com ella, mesmo nas horas de revolução. Assim se explica a existencia de uma Europa feudal no nosso tempo. E' a obra da burguezia.

Com o povo, a nobreza não pactua nunca, porque o povo é o seu inimigo secular e irreductivel. O povo foi, é e hade ser sempre a Revolução que derruba thronos e altares, nega os privilegios e proclama a igualdade.

Com a burguezia a nobreza fica existindo. Uma é necessaria á outra. A burguezia pede aos nobres—nobreza. A nobreza pede á burguezia—oiro. Com o povo, a nobreza subverte-se, porque elle lhe nega o direito de existir.

Fazer vingar a causa do povo em Portugal é operar uma obra de prodigio. E' por assim dizer—crear. O povo não está feito. E' fazel-o. Não é resuscital-o. Elle nunca existiu. Na realidade, é dar-lhe nascimento e mostral-o á propria nação assombrada, como um homem novo e sem precedentes.

E' essa obra que se está operando. O homem está nascendo, entre sangue, entre lagrimas, dores, duvidas, impaciencias, anciedades, perplexidades, embru-



lhado nos farrapos da sua miseria; mas quem é que ostensivamente o acompanha?

Toda a gente e muita pouca gente.

As responsabilidades dos homens da Republica são assim tanto maiores quanto elles são menos numerosos e não podem dividil-as por muitos; e é entre esse pequeno numero de individuos que o congresso de Setubal vae escolher os que hão de compor o ultimo directorio do partido republicano portuguez. O ultimo, sim! O seu mandato dura tres annos e a monárchia não dura tanto. Os homens que o receberam são, portanto, aquelles pela mão de quem o povo fará a sua entrada na scena politica portugueza. — Esse mandato é imperativo, mas não é um mandato dos homens: é um mandato dos factos. Quem lh'o impõe é o Destino, em cujo velho livro aberto só não lerão n'este momento os cegos.

O congresso de Setubal é, portanto, um facto social da maior importancia. Não fica apenas nos annaes de um partido. Fica, ha-de ficar na historia.

\*

Momento opportuno para trocar algumas uteis impressões com os republicanos.

Durante muitos annos o espirito revolucionario



encontrou dentro do partido republicano uma reacção que, pode dizer-se, só tinha o seu equivalente na reacção official do poder constituido. Esta combatia-o perseguindo-o, aquella combatia-o desconhecendo-o, repellindo-o, exautorando-o. Dir-se-hia que o espirito revolucionario era o inimigo d'ambas, porque de ambas soffria guerra cruel. Esses tempos felizmente passaram. Podemos recordal-os. O certo é que mostrar ardores revolucionarios, dentro do partido republicano, era tornar-se suspeito. Ser, ou querer ser a acção revolucionaria, era tornar-se perigoso; e como não é licito a um partido de natureza revolucionaria combater a escancaras a revolução, os reaccionarios da republica combatiam-n'a com todas as armas da reacção clandestina. Tempos ominosos! Não houve no partido republicano um revolucionario que não fosse combatido pelos seus, e de que forma! Com que ferocidade! com que crueldade!

O typo de revolucionario mais caracteristico que eu conheci foi um velho homem que se chamou Felizardo de Lima e que, na realidade, tinha um nome comprido como a legua da Povoá, pois era oriundo de uma familia nobre. Creio mesmo que era aparentado com os Braganças.

Era pequeno, magro, secco, com uma cara de fuinha, toda lavrada de rugas, uma barbicha aspera e uma cabelleira solta que lhe cahia ás mechas, para a direita, para a esquerda, para traz, para diante, sempre que elle gesticulava, ou se movia. Piscava constantemente os olhitos pequeninos, e as azas do seu nariz de boa raça, palpitavam sempre. Era muito nervoso e todo elle, corpo e alma, estava n'uma constante agitação.

Já não era novo quando eu o conheci, já os seus



cabellos embranqueciam e, quando me veiu parar ás mãos, já tinha uma tradição revolucionaria. Vinha do Setembrismo — ultimo abencerragem! Dizia-se ainda *penicheiro*. Pertencia a essa cathegoria de velhos revolucionarios liberaes, ainda contemporaneos de successos, que nós, rapazes novos, só conheciamos dos compendios.

Felizardo de Lima era republicano e já antes de haver republicanos revolucionarios em Portugal, pregava, reclamava a revolução. Conspirava sempre e a todas as esquinas. Para elle não havia estados sociaes propicios á revolução. A revolução era sempre urgente. Nenhum interesse humano, nenhum convite da natureza o desviava, ou distrahia d'esta obsessão. Conheceu elle o amor? Para esse homem, nunca existiu a alegria de um dia de sol. Pode dizer-se que, em toda a sua vida, nunca fez reparo na Vida. Vida, para elle, só queria dizer — Revolução.

Os proprios interesses da familia os associou aos da Revolução. Deixou duas filhas, a uma das quaes deu este nome — *Republica* e a outra este — *Marseilha*. Assim foram registadas n'uma das administrações dos bairros do Porto, onde sempre o conheci e onde elle morreu.

Dos seus interesses nunca cuidou e pela Revolução, a cada passo, os esquecia completamente. A's vezes, *à bout de ressources*, anichava-se em qualquer parte, em situações miserrimas que lhe davam o bastante para não morrer de fome; mas ao menor rebate revolucionario da vida social, ou dos seus sentidos, largava tudo. No dia seguinte não tinha que comer. De uma vez, estando na Beira, ensinando, creio eu, pois era n'isso que principalmente se occupava, ouviu



dizer que *havia qualquer coisa* no Porto e foi o que bastou. Largou a escola, renunciou ao unico pedaço de pão que n'esse momento lhe estava garantido, e veio por ali abaixo como um doido, com lume nos olhos, a cabeça em febre, a deitar os bofes pela bocca fóra.

Era assim.

Typo de revolucionario á maneira de Luiza Michel e de Blanqui, fizera como estes voto da pobreza. Blanqui dizia-se pobre como Job e era esse o seu titulo de nobreza. Felizardo de Lima era pobre como Job. Era uma natureza christã, evangelica, que encontrava alimento no sacrificio. Nutria-se da febre da sua paixão. Não sei como morreu, porque não assisti aos seus ultimos momentos, mas deve ter morrido n'umas palhas.

Pois bem, meus amigos e correigionarios, este fanatico, este illuminado, este martyr, este precursor, este antepassado, foi, durante quasi toda a sua infornada vida, um homem suspeito e eu, eu que lhes estou fallando, muitas vezes ouvi dizer que elle era—um espião da policia.

E porquê? porque foi elle um homem suspeito? Porque foi—a Revolução.

Assim tambem Blanqui foi suspeito e tambem o denunciaram como espião de policia.

E' que homens como estes não são apenas a Revolução: são tambem e principalmente a intransigencia revolucionaria e, de todo o tempo, os intransigentes de todos os partidos tiveram por inimigos os conciliadores e capituladores que os levam ás concessões que infamam e ás derrotas que anniquilam.

\*

Felizmente esses maus tempos passaram e a revolução não encontra já hoje em Portugal outra reacção que não seja a da sociedade conservadora e a do poder constituído; mas, por isso mesmo, não ha já debate possível nem sobre a questão de facto, nem sobre a questão de personalidades, perante a unica solução nacional, o que singularmente simplifica a tarefa de um congresso destinado apenas a encaral-a de frente.

O partido republicano não pede n'este momento aos seus homens outra coisa que não seja isto: acção—acção util, acção efficaz, acção corajosa, acção sem perplexidades e sem sophismas.

Resta que os seus homens lh'a deem, e ácerca d'estes já reconheci que as suas responsabilidades são complexas.

E porque o são?

Porque elles vão assumir não já perante um partido, mas perante a sociedade, o encargo de operar a sua transformação?

Não!

Esse encargo não o assumem. Seria irrisorio que meia duzia d'homens, embora generosos, accitassem o mandato de promover um movimento politico, ou social, sem o concurso da propria sociedade.



Assumem, porem, o encargo moral de trabalharem para elle, e esse encargo é terrivel, porque lhes impõe terriveis responsabilidades de consciencia.

De consciencia—repare-se.

E' preciso abraçar a revolução, não como uma contingencia, mas como uma necessidade. E' preciso reconhecel-a necessaria e urgente e reconhecel-a não perante os homens e para lisongear as suas paixões, mas perante o proprio fôro intimo, com a decisão e a bravura dos grandes actos de natureza moral, antes de dar para ella o primeiro passo.

Por isso tambem eu penso que aquelles que acceitarem no congresso de Setubal o encargo de dirigir o partido republicano devem fazer exame de consciencia e verificar com escrupulo se a revolução está, não digo já no seu programma politico, mas no seu programma moral, por quanto acceitar semelhante encargo n'este momento não é um acto politico: é um acto moral.

Seja como fôr, da resolução ou irresolução d'esses homens está dependente a ordem, ou a desordem n'este paiz.

Crear um estado social revolucionario e não o resolver pela revolução é promover a anarchia.

O que é que contem a sociedade portugueza nos limites da ordem?

A esperanza na revolução.

Note-se: todos a esperam, mesmo os que não a desejam, mesmo os que não cooperam n'ella, e todos a esperam como uma solução d'ordem.

Secundar esta situação social é fazer obra de ordem. Entregal-a a si mesmo e ás suas impaciencias é crear o tumulto.

Isso succederia se os homens que vão ser collocados á frente da democracia aguardassem a resolução da crise política e social, da acção fortuita dos acontecimentos.

Os acontecimentos, em Portugal, só por si, desacompanhados e desajudados, não podem dar nada de bom.

\*

Acaba de se constituir, do modo que se sabe, um novo governo, succedendo a um outro que durou tres mezes, e já se diz que não durará quinze dias. Quinze dias, um mez, dois mezes, em todo o caso — governo ephemero.

Depois?

Outro governo?

Qual?

A organização da camara não comporta a idéa de outro governo que não seja constituído á imagem e semilhança d'este, e já se diz mesmo que outro está sendo organizado n'estas condições, na casa da rua dos Navegantes, para onde se transferiram todos os poderes do Estado; mas é isto indefinidamente supportavel?

Os proprios autores d'esta baixa comedia acabarão por se fatigar de a representar.



A dissolução?

Mas a dissolução é o fim do mundo, é a guerra das influencias mais do que nunca feroz, é o rei fazendo a politica do pae, a favor de uma facção contra as outras e enfurecendo estas, é a agitação de cima passando para baixo.

Que solução tem isto?

Nenhuma.

Um momento virá e breve, em que a monarchia, não tendo mais nada a esperar, se suicide praticando um derradeiro acto de loucura, ou, quem sabe? como em 1808, fugindo de novo e d'esta vez não já diante dos francezes, mas diante da propria nação.

Isso pode succeder. Tudo pode succeder.

O que não pode succeder é que semelhante crise se prolongue.

No outomno passado, por occasião da viagem ao Norte e das suas illusões tão depressa dissipadas, os interesses monarchicos pareceram ter um momento de solidariedade. Foi quando, nas eleições municipaes do Porto, todas as facções reunidas, sem excepção dos dissidentes, fizeram presente ao rei, n'uma salva de prata do ourives Manuel Reis, de uma boa eleição monarchica.

Fugaz solidariedade!

Os monarchicos quizeram dar-se a si proprios a illusão de uma monarchia— a monarchia nova!

Ai d'elles!

A monarchia já não existia, nem n'elles proprios.

A illusão desfez-se.

A monarchia desapareceu. No seu logar ficaram alguns homens brigando e é essa briga que nos está preparando uma terrivel situação não já politica mas



social, se o partido republicano não intervier a tempo.

Amanhã póde succeder isto: o governo pode vagar novamente e por um prazo de tempo que ponha não já as instituições á mercê da nação, mas a nação á mercê da anarchia, sem um governo legal e—o que é peor — sem um governo revolucionario.

Por isso eu escrevi que é mister reconhecer a revolução como necessaria e urgente. Ella não é necessaria aos revolucionarios, mas á nação. Não são os revolucionarios que tem pressa. E' a nação que não pode esperar.

O congresso de Setubal acode a esta urgencia elegendo um directorio que, na presente conjunctura, ficará sendo o depositario das derradeiras esperanças da Democracia e a unica garantia que resta ao paiz de sahir sem demasiado abalo da crise em que o lançaram as instituições.

E' um mandato imperativo?

Não ha dúvida.

Por outro lado, encontrará o congresso, entre os homens da republica, um grupo que accete uniformemente este mandato?

Não sei, mas é preciso que os encontre.

O programma politico do partido republicano no actual momento é, ou deve ser isto: *unidade de pensamento, unidade de acção*, e tudo quanto não seja isto é um desastre. E' a esterilidade, é a impotencia, é o insuccesso.

O partido republicano não é, n'este momento, um partido de governo, mas um partido de revolução. Em meu conceito mesmo nunca foi um partido de governo. Atribuir-lhe a missão de governar é baixal-o á ca-



thegoria de um partido monarchico. Não é um partido de governo: é uma forma de governo, o que é diferente, e as formas de governo não são o privilegio de um partido, mas o da sociedade.

E' frequente perguntar-se onde estão os homens de governo do partido republicano.

Onde estão?

Estão na sociedade!

E' tambem frequente perguntar-se quaes são as suas idéas de governo.

Estupida pergunta!

As idéas de governo do partido republicano são as idéas de governo da Republica, e porventura se ignora o que é Republica e quaes são as suas idéas?

O partido republicano, em rigor, desapparece no dia em que se proclamar a Republica. N'esse dia, não ha mais um partido republicano: ha—a Republica, com as suas livres correntes de opinião, a que corresponderão outros tantos partidos.

Mas quê! A mentalidade conservadora está tão corrompida pelo espectaculo dos costumes politicos da monarchia liberal que o partido republicano ainda hoje não é para ella senão um partido mais que ambiciona o poder, como o partido progressista, ou o partido regenerador, e cujo *desideratum* se reduz afinal a fazer com que um certo numero d'homens sejam ministros e tragam um correio a cavallo chouteando atraz.

Partido de revolução, o partido republicano reconhece-a finalmente necessaria, sem debate e sem contradicção, e, ou se lança n'ella como um só homem e n'um mesmo arranco, ou condemna-se a ser, na sociedade portugueza, não um elemento de progresso, mas um fautor mais de desordem.

Dizem os monarchicos que os republicanos estão divididos.

Não o estão e se algumas vezes o estão, podem francamente dar a conhecer os motivos das suas divisões, porque não os envergonham. O que os tem dividido, o que alguma vez os divide ainda são puros e generosos interesses, que uns pretendem servir de um modo, outros de outro modo.

O momento é, porém, muito grave e nem essas divisões são já permitidas.—E' preciso que todos os republicanos sirvam a Republica do mesmo modo.





Escriptorios das **CARTAS POLITICAS** — rua do  
Arco do Bandeira, 104, 1.º, — LISBOA.

---

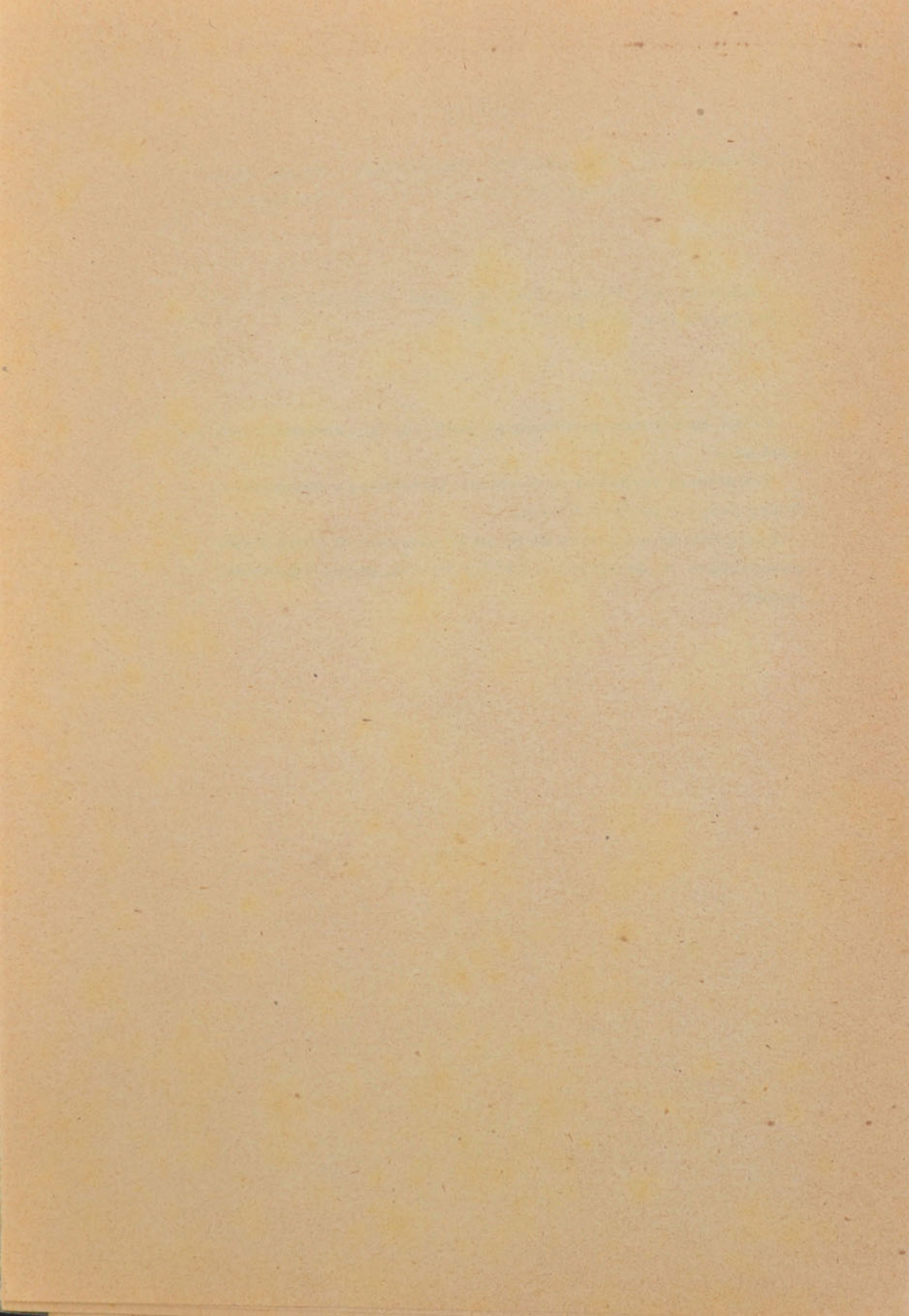
Agentes no Porto — Srs. **A. DIAS PEREIRA & C.<sup>a</sup>** —  
Cancellia Velha, 57.

---

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos  
sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. —  
O seu preço é de **50 reis**.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta  
assignatura é de **300 e 600 reis**, pagos adiantada-  
mente.









10



*CARTAS POLITICAS*

*POR*

*JOÃO CHAGAS*

*N.º 24*

46





# CARTA

AO

SR. JOSÉ D'ALPOIM

SOBRE A SUA SITUAÇÃO PERANTE

O PAIZ

E PERANTE OS REPUBLICANOS

---

---

2.<sup>a</sup> SERIE

*Lisboa, 17 de Maio de 1909.*

**E**u pertenço infelizmente, meu caro sr. José d'Alpoim, ao numero dos homens que não se reduzem a nenhum sentimento de conveniencia, quando se encontram em presença de verdades que é preciso servir, e digo *infelizmente*, porque homens com o meu terrível sestro de servir acima de tudo a verdade, não fazem amigos e não engendram

---

---

EDITOR & PROPRIETÁRIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO  
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

senão inimigos. A verdade, a todo o transe, é coisa que, em geral, não convem a ninguém, que quando não affronta uns, affronta outros, o que faz com que nós, pondo-nos incondicionalmente ao seu serviço, nos collocamos em quasi permanente hostilidade com o meio social.

N'uma peça de um d'esses dramaturgos scandinavos que, por serem muito obscuros, são comprehendidos por toda a gente, diz uma mulher ao marido, vendo-o recolher a casa, todo esfarrapado, depois de uma das suas sortidas em prol de uma verdade que o apaixonava e particularmente desgostoso por haver inutilisado n'esse lance umas calças novas que vestira :

—Quando um homem sahe para a rua, afim de defender a justiça e a verdade, nunca veste umas calças novas!

Quer isto dizer que o homem que se propõe servir a verdade é sempre mal visto, quando não é maltratado. Eu tenho rasgado algumas calças ao seu serviço e quanto a ser mal visto, sou-o geralmente por todos aquelles a quem a verdade, de uma ou de outra maneira, contraria, irrita, encolerisa.

E' o que me vae succeder consigo. Eu vou contrariar-o, irritar-o, encolerisar-o e vou perder os ultimos direitos que tinha, que já eram escassos, de apparecer alguma vez nas columnas do *Dia*, sob o aspecto lisongeiro do mais fulminante pamphletario d'este paiz, sabido como é que a sua solidariedade com os homens da sua escolha nunca faz as coisas por menos.

Não importa!

Perca-se tudo, mas diga-se a verdade e diga-se tan-



to mais depressa quanto a verdade sobre a sua situação perante o paiz e—escute!—perante os republicanos, pertence ao número das verdades urgentes.

O sr. — como todos os homens politicos para quem são inimigos todos aquelles que contrariam a sua politica—verá n'isto um acto de hostilidade pessoal.

Não é!

Inimigo pessoal seu é o José Luciano, que corre comsigo no empenhó de mandar. Eu não sou o José Luciano. Os seus interesses não contrariam os meus e se porventura pensa (por certo o está pensando) que a sua ambição de governar contraria a Republica, que eu advogo, está em equivoco. A minha republica, meu caro sr. Alpoim, não soffre com a sua ambição, como não soffreu com a ambição de João Franco. Passou por cima d'elle, como tão bem sabe; passaria por cima do sr., se se lhe pozesse diante, e inimigo é só aquelle que tem a força, que o sr. não tem, como elle não teve.

Porque seria eu seu inimigo?

Mas a verdade é assim: parece sempre ser o inimigo d'aquelles a quem contraria, e o que eu vou dizer é a verdade.

\*

Vejamos em primeiro lugar o que é o partido que o sr. pretendeu crear.

A dissidencia progressista não foi, não é um partido mais. E', como a dissidencia franquista, como a dissidencia henriquista, uma scisão. De idéas? Não! De individuos. A dissidencia progressista foi um acto pessoal.

A dissidencia progressista tem a mesma origem do franquismo. O que dá lugar ao franquismo são as incompatibilidades de poder pessoal entre João Franco e Hintze Ribeiro. O que deu lugar á dissidencia progressista foram as suas incompatibilidades de poder pessoal com o José Luciano. Sim! de poder pessoal! Não o neguemos, e para que havemos de negal-o? Os factos proclamam-n'o bem alto. A origem da dissidencia — diz o sr. — foi a questão dos tabacos. Digamos a verdade: a questão dos tabacos foi o pretexto. E como não seria assim! Desde que o partido progressista resolveu, como resolveu, a contento dos dissidentes, essa questão, não havia mais motivo para a dissidencia. A dissidencia *pro facto* cessava. Não cessou. Porquê? Porque a dissidencia era o sr., com o seu desejo de constituir partido e de fazer carreira á parte, fóra da tutela despotica do José Luciano.



Affirma constantemente o *Correio da Noite* que o sr. se separou do partido progressista, por não lhe ter sido dada pelo José Luciano a pasta do reino, a qual é, pela sua natureza politica, um instrumento de acção politica pessoal. Não é, porém, necessaria essa affirmacão para verificar que a dissidencia foi o acto pessoal de um homem publico que quer constituir partido e governar.

Tinha o seu acto pessoal algumas condições de exito na opinião publica?

Não tinha.

O unico que o tinha era o de João Franco, cuja dissidencia, da mesma origem que a sua, reivindicou, comtudo, primeiro que ninguem, um programma de reformas dos costumes politicos. Essas reformas, em primeiro logar eram necessarias e havia muita gente que acreditava na sua possibilidade dentro das instituições. Depois, havia muita gente que acreditava em João Franco, o qual começava por acreditar em si, — condição essencial para communicar fé aos outros. João Franco era rico, não o esqueça, e, n'um regimen politico de depredação, um homem rico ainda é o que offerece mais garantias. Imagina porventura que o Franco teria feito a carreira que fez, se fosse pobre! A probidade dos pobres não tem caução e a primeira condição para ser acreditado, na sociedade proprietaria do nosso tempo, é — possuir. O Franco possuia. Possuia mundos e fundos e, por isso, pôde fascinar a opinião — fazendo-lhe tilintar aos ouvidos o oiro de fabula dos Palaviccini. Não lhe dou novidade dizendo-lhe que o João Franco falhou. Mas por que falhou? Por que o privaram do rei, ponto de appoio do seu poder? Não! Bem sabe que não! Ainda o rei era vivo e promettia

viver e já elle tinha falhado. Falhou por que desilludiu. Falhou a monarchia liberal que elle promettera e de que modo falhou! Fazendo-o emigrar a si — homem politico conservador, que já tinha sido ministro e se considerava chefe de partido, para um exilio que até ahi só conhecera os maltrapilhos do Direito. Falhou o seu programma de reforma de costumes politicos, que, com elle, attingiram o auge da corrupção, porque se antes d'eile os corruptos eram os politicos, com elle o maior corrupto foi o rei. Tremendo desastre! e tão tremendo que, sem a morte inesperada do rei, era — como muito bem sabe — a queda da monarchia.

O mallogro de João Franco prejudicou todas as aventuras politicas pessoaes, — que não se tornaram mais possiveis. Quem, depois d'elle, dava credito a novos programmas politicos? Quem, depois d'elle, acreditava em novas promessas? Ninguem! João Franco tornou a opinião absolutamente sceptica e affastou-a com horror de todos os politicos, sem excepção, mostrando-os capazes de todas as mentiras para servirem as suas ambições.

Se antes de João Franco, o sr. e o seu grupo tinham, pois, muito pouco que fazer, depois d'elle ficaram sem funcção, e sem funcção ficariam se a dictadura não vem dar emprego á sua actividade, lançando-os na lucta contra ella, de braço dado com os republicanos.



\*

O que é que explica a sua intervenção n'essas luctas?

O sr. explica-a pelo seu amor aos principios liberaes.

Dê-me licença para discordar. Não se servem os principios atacando-os e o sr. atacou-os, collocando-se ao lado dos republicanos e associando-se com elles para a obra de um movimento revolucionario que tinha em vista destruir o regimen liberal.

Liberaes, houve-os em todo o nosso seculo XIX, que combateram com as armas na mão, dictaduras e governos dictatoriaes como o de João Franco, sem comtudo combaterem o regimen. Assim os setembristas combateram a reacção cartista, assim os patuleias combateram a reacção cabralina, affirmando sempre e nunca desmentindo os seus sentimentos realistas. Depois da revolução de Setembro, Manuel Passos podia dizer: «Nas luctas civis ninguem peccou. Todos somos subditos fieis da rainha—todos liberaes»; e ao depor as armas, em junho de 46, a junta de Santarem podia fallar d'este modo á rainha: «Os abaixo assignados julgam do seu dever declarar a Vossa Magestade, que no meio da mais justa, da mais santa, da mais nobre e mais legitima insurreicção contra as tyrannias de seus ultimos ministros,

nunca o augusto nome de Vossa Magestade deixou de ser victoriado pelo povo, que sempre confiou nas virtudes de Vossa Magestade».

Póde o sr. dizer outro tanto?

Não póde.

O sr. combateu o regimen, o que vale dizer — o rei, e cooperou na obra da sua deposição. Não foi, portanto, o seu amor aos principios o que o levou a essas luctas, mas a sua ambição contrariada que não soffria, como a de tantos outros soffreu, que a bota de um rei a pizasse, e que, para abrir caminho, se lançava de cabeça nos empreendimentos mais aventureiros.

Esta é a verdade. A sua solidariedade com a acção revolucionaria de 1908 não teve outro mobil, nem eu lhe encontrei nunca outro. Se ella tivesse tido outro, o sr. não estaria na monarchia: estaria na republica e não agora, mas ha muito tempo, como fez Augusto José da Cunha.

O sr., porém—não me leve a mal que lh'o diga— não sabe servir as suas ambições. A força dos ambiciosos é a audacia. O sr. é timido. Se tivesse rompido com a monarchia por occasião da dictadura, o sr. ía longe. Com o seu humor combativo, a sua indole inquietada, a sua paixão de si mesmo, a sua carreira não tinha limites. Quando um homem como o sr. se torna popular sobe até onde é possível subir e se o sr. adhere á republica nós corriamos o risco de o ver tornar-se popular até esse extremo.

Não adheriu. Não teve, não digo já esse movimento d'alma, mas esse arranque physico, e imaginou servir melhor a sua ambição envolvendo-se clandestinamente n'um *complot* de revolucionarios, que lhe



abriria as portas da republica, se vingasse, e não lhe fecharia as da monarchia, se não vingasse.

O sr. imaginava ter assim duas portas abertas á sua ambição.

Como se enganou! Nunca ha duas portas abertas na vida! Nunca! *Il faut qu'une porte soit ouverte, ou fermée*, diz o proverbio francez.

Em consequencia do seu equivoco, fecharam-se-lhe duas portas — a da republica e a da monarchia e a sua ambição, deante da qual se abria uma tão larga estrada, encalhou.

Sorri?

Não sorria. O sr. perdeu o direito á republica, e da monarchia tem pouco a esperar.

\*

O direito á republica, perdeu-o, eu lh'o affirmo. Eu sei! eu sei! O sr. julga-me um jacobino, de tão má raça que não hesita em sacrificar o seu amigo, o seu irmão, a verdades de seita. Chame-me como quizer e dê ás minhas verdades o nome que entender. Eu exprimo opiniões populares e na republica, meu caro sr. Alpoim, muitos podem mandar, mas quem julga é o povo.

Ora, o povo julga-o mal e, n'este momento, muito mal.

O povo conhece a historia das suas ligações claudenas com os republicanos e nunca comprehendeu o seu regresso á monarchia depois dos acontecimentos de janeiro de 1908. O que fez com que até hoje elle não se indispozesse completamente comsigo, foi, em primeiro logar, a sua situação de opposição, e depois a benevolencia dos republicanos. O sr. não pode realmente queixar-se d'estes. Entre homens de uma indole menos benigna do que a nossa, o sr. teria experimentado já rudes provações. Imagine simplesmente o seu caso em França, com essas feras que são os republicanos francezes! Aqui, n'esta nossa doce terra de Portugal, o sr. pôde romper, de um dia para o outro, os compromissos que contrahiou com as nossas seitas revolucionarias e regressar á sua antiga situação de homem de governo e de homem d'ordem. Como tal, pode occupar de novo o seu logar nos pares e prestar ali as suas homenagens a principios que na vespera pretendia substituir por outros. A nova monarchia deu no Porto uma verdadeira batalha ao espirito republicano, por occasião das eleições municipaes, mancommunando-se para esse effeito todos os partidos monarchicos, e o sr. pôde associar-se e associar o seu partido a essa obra, sem que d'ahi lhe viesse dissabor de maior. A nova monarchia fez manifestações monarchicas de um caracter evidentemente aggressivo para o espirito republicano; uma d'ellas foi a vinda a Lisboa dos realistas e reaccionarios do Porto, trazendo á sua frente o velho catholico conde de Samodães, e o sr. pôde juntar a essa manifestação os dissidentes do Porto, sem maior precalço



do que o que soffreram todos nas ruas de Lisboa, ao atravessal-as no meio dos sorrisos publicos. Aqui e ali, um ou outro jornal republicano fazia uma leve objecção a estas contradicções; mas o sr. corria ao *Dia*, explicava-se:— «estava onde estivera sempre», «não havia sombra de contradicção nos seus actos», agradecia os bons termos do reparo, verificava a lealdade da imprensa republicana, gabava os seus «brilhantes artigos», enaltecia os seus «brilhantes jornalistas» e tudo ficava em nada. A nuvem passava. O sr. não pôde queixar-se dos republicanos. Verdadeiramente, tem sido um mimalho.

Mas esta situação não podia eternisar-se. Os republicanos tratavam-n'o bem, emquanto o sr. se conservasse na opposição. Em rigor, tinham-n'o condemnado á opposição. Só o consentiam na monarchia, com a condição de não ser governo. Desde que o sr., como o está mostrando, se prepara para o ser, e já mesmo parece que o é, com o appoio que dá a uma situação ministerial, obrigando-se por esse facto a todas as contradicções e desmentidos em que são useiros e veseiros todos os partidos monarchicos portuguezes que passam da opposição para o governo, o sr. perdeu o direito á benevolencia dos republicanos e encheu a medida da opinião a seu respeito, e até que ponto a encheu e vae enchendo, não o sabe.

O povo julga-o mal, disse eu.

Julga.

Julga-o mal pelo dia d'hontem e está julgando-o muito mal pelo dia d'hoje. Ainda esperou algum tempo para o condemnar. N'este momento já o está condemnando inexoravelmente.

O sr. escreveu ha tempo, a 10 de fevereiro, no

*Dia*, que não existia ligação entre si e os republicanos; mas com esse sestro de se contradizer, que faz com que, muitas vezes, desminta o que justamente acaba de afirmar, accrescentava: «Terminada a lucta, os dissidentes, que se tinham entendido com os republicanos no movimento revolucionario, (*sic*) por preferirem *tudo* á monarchia absoluta que então havia, acham-se onde estavam antes da dictadura».

Ora aqui está!

O sr. imagina que os dissidentes se acham onde estavam, depois de se terem entendido com os republicanos no movimento revolucionario.

O povo não o entende assim. O povo entende e — deixe dizer-lh'o — entende muito bem que quem esteve n'um movimento revolucionario não readquire essa liberdade de acção que o sr. se concede a si proprio e aos seus amigos. Não se entra na revolução para se sahir d'ella e voltar para traz e combatel-a e ser amanhã o seu inimigo. Não se viaja dentro d'ella com esse bilhete de ida e volta de que ainda ha pouco fallava Jaurès na camara franceza. Quem lá entra assume compromissos moraes a que fica indissolovelmente ligado. Rompe-os? — Apostata. Não se entra na revolução, como se entra n'uma sala. A revolução é mysteriosa e sagrada. Entrar n'ella é ser iniciado. Não é sentar praça n'um partido: é mais grave — é ser admittido nos mysterios de uma religião.

O sr., segundo a sua affirmação, entendeu-se com os republicanos para um movimento revolucionario. O seu logar era na revolução, emquanto ella não realisasse a sua obra. Não está na Revolução e está na Ordem, mas onde não póde estar é no poder. A situação é muito grave. O regimen cahe e a sua politica con-



siste em defender-se da sociedade. Todo o governo monarchico em Portugal, dentro da crise da monarchia, é um governo reaccionario. O sr. deseja o poder. Para quê? Para fazer a republica? Não! Para manter e defender a monarchia; e como pode admittir-se que o revolucionario da vespera seja porventura o reaccionario d'amanhã? O sr. — eu posso dizel-o — conheceu factos e homens que ficaria ignorando, sem as suas cumplicidades com os republicanos. E' esse conhecimento que quer levar para o poder? Não póde ser! A sua solidariedade com a revolução invalidou-o para o governo, e se o facto de o pretender já inquieta a opinião popular, o facto de o vir occupar, alarma-a como um d'esses perigos que ella não esperaria um dia para conjurar.

\*

Agora, vejamos.

Para que quer realmente o sr. o poder? Para quê?

Para servir as suas ambições?

Como?

Pois o sr. não viu ainda que a monarchia é contrariada por um movimento democratico esmagador,

que está sem opinião, que está sem servidores e que está perdida!

O sr. acredita em si proprio?

Então, deixe-me dizer-lhe: é louco!

Pois o sr. acredita que um homem e um homem com os seus precedentes politicos, hostilizado pela opinião, quasi sem partido e cercado apenas por meia duzia de amigos pessoaes, pode já hoje em Portugal e depois de tudo o que se passou, governar com fortuna?

O Franco tentou-o e tinha outras condições. Foi uma decepção. O sr. não é já uma decepção. Ninguem o espera, ninguem o quer. Até certo ponto o Franco foi preciso á monarchia. Foi preciso para a desmascarar. O sr. já não é preciso. A monarchia está desmascarada.

Se o sr. alguma vez governasse, iria governar entre dois odios— os de baixo e os de cima, açulando uns, ou outros a cada movimento que fizesse. Se se movesse para o lado dos reaccionarios, desencadeiaria a revolução; se se movesse para o lado da revolução, desencadeiaria os reaccionarios, e se é facil fazer equilibrios nas columnas do *Dia* não é facil fazel-os no governo.

A sua ambição é insensata. A do Franco ainda se fundava no poder do rei. A sua não se funda em poder algum e não sei qual sejam os seus designios, mas estou certo de que o sr. proprio não os conhece. O que me parece é que está jogando a cabra-cega com o Destino. Aonde elle o conduzirá não sei. Conduzil-o para a monarchia é conduzil-o para o inferno. E' para onde o sr. n'este momento caminha, a tropeçar nos fundos de garrafa das suas opiniões. Para a republica já não o conduz. E' vereda que perdeu. O sr. está con-



vencido e ainda ha pouco tempo o dizia, que o seu merito lhe garante uma situação em qualquer regimen. Foi quando escreveu que «*os que valem mantem o seu valor em todos os campos e em todas as situações*». Não é bem assim. Na republica não basta o Merito: é precisa tambem a Virtude.



# “Cartas Politicas”

---

Com o numero 20 terminou a **1.<sup>a</sup> serie** das «Cartas Politicas», recomeçando a numeração com o numero 21.

A **1.<sup>a</sup> serie** ficará constituindo um volume de 320 paginas, para o qual se estão fazendo capas especiaes de percalina, que podem desde já ser requisitadas e cujo preço é de 160 réis, sendo o da capa e o da encadernação de 250 réis.

As capas podem ser requisitadas separadamente, assim como pode ser confiado á administração das «Cartas Politicas» o cuidado da encadernação.

---

**Escriptorios das CARTAS POLITICAS — rua do Arco do Bandeira, 104, 1.<sup>o</sup> — LISBOA.**

**Agentes no Porto — Srs. A. DIAS PEREIRA & C.<sup>a</sup> — Cancellia Velha, 57.**

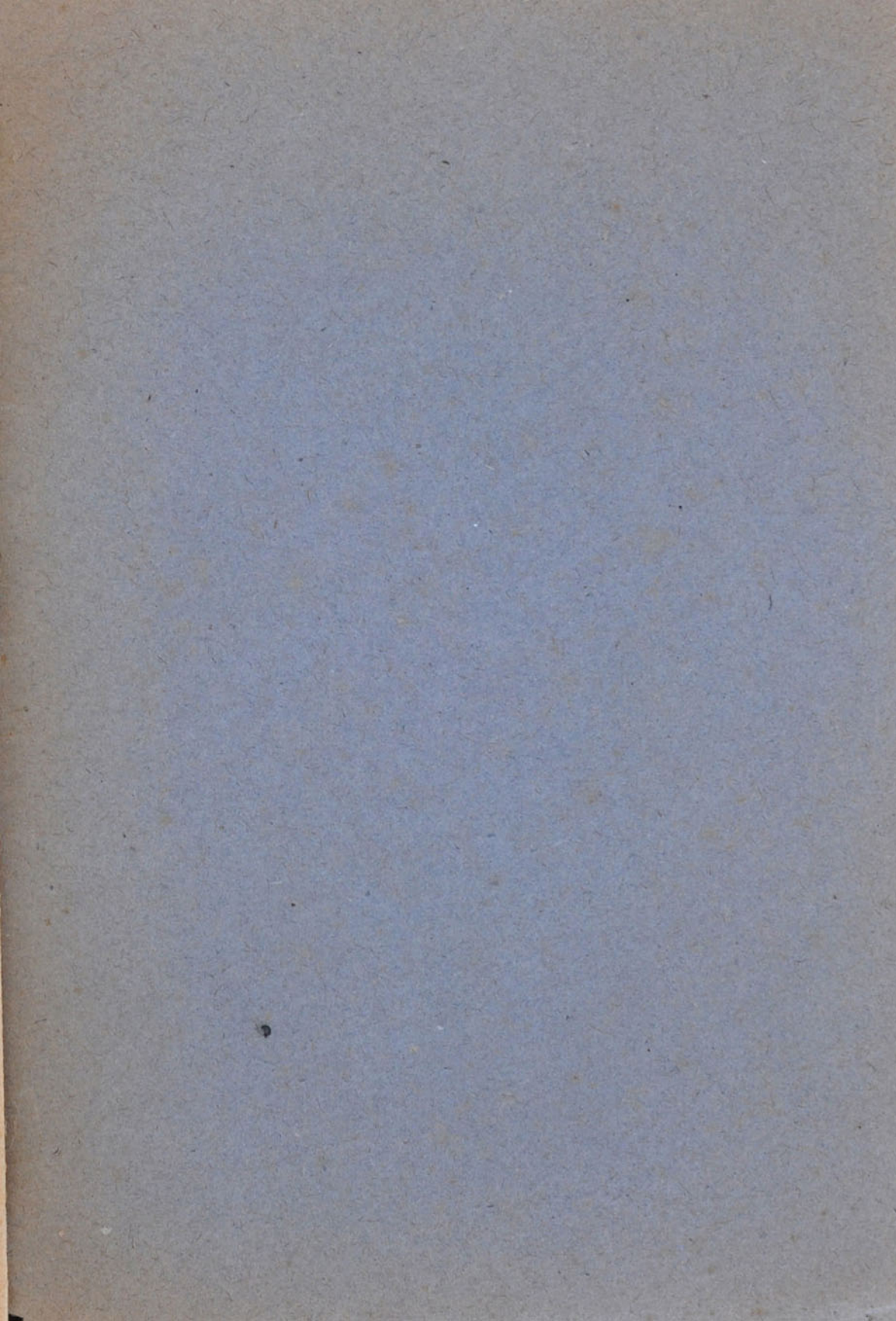
**Agente em Coimbra — Sr. ANTONIO MENDES PINTO DOS SANTOS, Rua da Sophia, 13.**

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.





10